

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA**

JUMA AMANDA FERREIRA SANTOS

**A CONSTRUÇÃO DA RESILIÊNCIA URBANA ENTRE MULHERES DE ORIGEM
NORDESTINA EM UM CONTEXTO DE VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL,
BAIRRO NOVO RECREIO, GUARULHOS-SP.**

**São Paulo
2022**

JUMA AMANDA FERREIRA SANTOS

A CONSTRUÇÃO DA RESILIÊNCIA URBANA ENTRE MULHERES DE ORIGEM NORDESTINA EM UM CONTEXTO DE VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL, BAIRRO NOVO RECREIO, GUARULHOS-SP.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública para obtenção do título de Mestre em Ciências, pela Universidade de São Paulo.

Área de concentração: Saúde Ambiental, modos de vida e sustentabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Luiz Giatti.

**São Paulo
2022**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA**

FOLHA DE APROVAÇÃO

JUMA AMANDA FERREIRA SANTOS

**A CONSTRUÇÃO DA RESILIÊNCIA URBANA ENTRE MULHERES DE ORIGEM
NORDESTINA EM UM CONTEXTO DE VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL,
BAIRRO NOVO RECREIO, GUARULHOS-SP.**

Aprovado em: XX de XXXXXX de 2022.

Banca Examinadora:

SÃO PAULO

2022

*Dedico à aquela que não me deu à luz
mas me dá seu cuidado constante, Têta.*

AGRADECIMENTOS

Às mulheres que muitas vezes pensaram em mim antes de pensar nelas e que através delas e por elas me tornei quem sou e quem não sou: Titia, Vovó, Mamãe e Teta;

Às mulheres que nunca tinham me visto e nem sabiam da minha existência, mas dedicaram a falar da sua história a mim, mostrando e demonstrando suas dores, lutas e conquistas;

À Karen e sua família por terem me recebido tantas vezes em sua casa com tanto zelo e amor fraterno;

Às mulheres que me antecederam e lutaram entregando muitas vezes suas próprias vidas para que hoje eu tivesse todos os direitos que tenho, sobretudo o direito de frequentar as universidades públicas desse país, que por tanto tempo impediu que as mulheres conhecessem o universo da ciência;

À Paloma que foi minha companheira fiel durante todo esse processo tortuoso, muitas vezes sendo minha bóia e luz em dias escuros;

À Tamara que com sua escuta conseguiu me ajudar tantas vezes me fazendo descobrir sobre a mulher que eu sou e que posso vir a ser;

Ao Prof. Dr. Leandro Luiz Giatti pela paciência, humanidade e por tantas vezes conseguir reenergizar forças e não me deixar desistir;

Aos amigos da Faculdade de Saúde Pública, Beth, Mateus, Livia, Jussara, Simone e em especial a Izabela que de forma muito genuína e amorosa conseguiu estar ao meu lado não tão somente dentro dos muros da FSP, como também na minha vida; dividindo comigo uma forma acalentadora de sentir o mundo;

A todos os colaboradores da Faculdade de Saúde Pública da USP. Em especial, à equipe de secretaria e professores vinculados ao Programa de Pós- Graduação em Saúde Pública;

Ao CNPq, pela bolsa de estudos concedida;

À sociedade civil, que investiu na minha formação e manutenção das universidades públicas. É muito esforço mas ainda estou em cima de muito privilégio. Que na minha caminhada eu nunca me esqueça de quem, sem nem se dar conta, deu tudo para que eu estivesse aqui.

RESUMO

Esta pesquisa teve como principal objetivo investigar o processo de construção da resiliência das mulheres de origem nordestina do bairro Novo Recreio, Guarulhos-SP, tenta também identificar elementos de empoderamento. Foram utilizados nos procedimentos metodológicos, técnicas participativas: observação participante e a História Oral. Seguiu-se referências sobre resiliência urbana em contexto de insustentabilidade e vulnerabilidade socioambiental, processo de periferização e migração das mulheres nordestinas em/para São Paulo, urbanização, participação social e protagonismo feminino. Foram feitas entrevistas semi-estruturadas com quatro mulheres por meio das histórias de vidas; que juntadas às observações de campo, foi realizada análise de dados, aportada na técnica de análise de conteúdo. Os principais resultados obtidos partem das histórias de sofrimento na infância e adolescência, tais como casamentos infantis, impossibilidade de estudar e a vivência da/na marginalidade urbana. Pode-se considerar que as vivências obtidas pelas mulheres no Nordeste colaboram no potencial criativo e existencial, desenvolvendo mecanismos de superação e adaptação.

Palavras-chave: mulheres nordestinas; resiliência urbana; migração; favelização.

ABSTRACT

This research aimed to investigate the process of resilience building of women from northeastern that moved to Novo Recreio neighborhood, in Guarulhos-SP, and also try to identify elements of empowerment. Participatory instruments were used in the methodological procedures, such as participant observation and Oral History. References were based on urban resilience in a context of unsustainability and socio-environmental vulnerability, process of peripherization and migration of northeastern women in/to São Paulo, urbanization, social participation and female protagonism. Semi-structured interviews were performed with four women through life stories; that assimilated with the field observation, data analysis was made, supported by the content analysis technique. The main results obtained starts from stories of suffering in childhood and adolescence, such as child marriages, the impossibility of studying and the experience of living in an urban marginality. The main results arising from the experiences induced by women in Northeast entailed in creative and existential potential, developing components of resilience and adaptation.

Keywords: Northeastern women; urban resilience; migration; slums.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução do número de adolescentes >15 anos em casamentos e uniões precoces no Brasil.....	46
Tabela 2 - Evolução do número de adolescentes em casamentos e uniões precoces no Brasil... ..	47

LISTA DE ABREVIATURAS

CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
CLT	Consolidação de Leis do Trabalho
PIR	Projeto Internacional de Resiliência
SES	Secretaria de Estado da Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
ACS	Agente Comunitário de Saúde
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
GNB	Girls Not Brides
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
UNFPA	Fundo de Populações das Nações Unidas
ZD	Zona de Defesa
APA	Área de Preservação Ambiental
SAAE	Sistema Autônomo de Água e Esgoto
IF	Instituto Florestal
IVJ	Índice de Vulnerabilidade Juvenil
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.2 Revisão de literatura.....	15
1.2.1 O processo de urbanização brasileiro.....	15
1.2.2 O processo de urbanização e migração dos Nordestinos para São Paulo.....	17
1.2.3 A migrante nordestina.....	20
1.2.4 Resiliência: Origem e Usos.....	21
1.2.5 Vulnerabilidade socioambiental e o processo de periferização.....	27
2. OBJETIVOS.....	30
2.1 Objetivo geral.....	30
2.2 Objetivos específicos.....	30
3. METODOLOGIA.....	31
3.1 Os sujeitos da pesquisa.....	31
3.2 Procedimentos metodológicos.....	32
3.2.1 Observação participante.....	32
3.2.2 História Oral.....	32
3.2.3 Análise de dados.....	33
3.2.4 Plano amostral e critérios de inclusão e exclusão.....	34
4. DISCUSSÃO DE DADOS.....	36
4.1 Caracterização dos sujeitos da pesquisa.....	36
4.2 As mulheres da pesquisa e suas experiências familiares.....	38
4.2.1 As vivências das mulheres entrevistadas durante a infância.....	38
4.2.2 As vivências das mulheres durante a adolescência.....	42
4.2.2.1 Casamentos infantis.....	42
4.2.2.2 Dificuldades e/ou impossibilidade de estudar.....	46

4.2.2.3 Vivencias de perdas e luto.....	2 54
4.3 Chegada no bairro, percepções e interações sociais.....	57
4.3.1 Sonhos e motivações para migrar para São Paulo (dificuldades e percepções)	57
4.3.2 Chegada ao bairro Novo Recreio e o sonho da casa própria	63
4.3.3 Como era o bairro quando você chegou?.....	66
4.3.4 Semelhanças e diferenças do Novo Recreio e seu local de origem (água, alimento e energia - nexos).....	72
4.4 Participação e relação com o poder público.....	81
4.4.1 Acontecimentos marcantes com relação à participação dos moradores.....	82
4.4.2 Empoderamento e protagonismo feminino.....	
5. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	
7. ANEXOS.....	
Anexo 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para mulheres entrevistadas.	
Anexo 2 – Roteiro de entrevista semi-estruturada aplicado às mulheres.	
Anexo 3 – Plano de ação (viabilidade frente à pandemia)	

1.INTRODUÇÃO

A história das diferentes formas de habitação tem sido objeto de estudo entre muitos pesquisadores brasileiros. Em São Paulo, especificamente, uma lacuna permanece pela ausência de estudos sobre aglomerados subnormais, e diz respeito ao aparecimento e à difusão, pelo espaço da cidade, de uma forma de morar presente em todo o país e cuja denominação passou a integrar até mesmo o vocabulário acadêmico internacional: a favela (TASCHNER, 2001).

As situações de pobreza e desigualdade social na América Latina fazem com que 44% de sua população viva em favelas ou subúrbios com estrutura precária e condições mínimas de sobrevivência. Em dados divulgados no início do ano de 2005 pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), identifica-se a maior parte das favelas nas cidades, onde vivem três de cada quatro latino-americanos. Um estudo, intitulado “Pobreza e precariedade do habitat na América Latina”, mostra que a precariedade é maior nas periferias das cidades do interior que, em sua maioria, não chegam a receber ajuda federal. Dos domicílios em bairros precários, 76% têm problemas de qualidade da construção e dos serviços básicos, como saneamento e iluminação (JORGE, 2005).

O tema domicílios em aglomerados subnormais¹ – como são chamadas as favelas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – assume hoje uma dimensão histórica sem progresso na história do Brasil. Dados do Censo de 2010 (IBGE) mostram que o número de brasileiros vivendo nessas condições passou de 6,5 milhões no ano 2000 para 11,4 milhões em 2010, distribuídos em 6.329 aglomerados subnormais situados em 323 municípios; 88% desses domicílios estão concentrados em 20 grandes cidades (PASTERNAK e OTTAVIANO, 2016).

De acordo com o IBGE dos cerca de 3,2 milhões de domicílios em aglomerados subnormais contabilizadas nas 27 unidades da federação, 1,6 milhão se encontram no Sudeste, que é a região mais populosa no país. A Região Sudeste

¹ Aglomerado subnormal é o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características: irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública). Sua existência está relacionada à forte especulação imobiliária e fundiária e ao decorrente espraiamento territorial do tecido urbano, à carência de infraestruturas as mais diversas, incluindo de transporte e, por fim, à periferização da população. Surgem, nesse contexto, como uma resposta de uma parcela da população à necessidade de moradia, e que irá habitar espaços menos valorizados pelo setor imobiliário e fundiário dispersos pelo tecido urbano (IBGE, 2010).

reúne praticamente metade dos domicílios situados nas comunidades carentes (setores aglomerados subnormais) existentes em todo país (55,5%), e também o maior percentual de domicílios nestas áreas (49,8%) (BRASIL, 2010).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2011), cerca de 45% da população adulta da região metropolitana de São Paulo são originárias de outros estados ou países, 69,36% são oriundos do Nordeste. Em Guarulhos, 35% dos moradores de comunidades carentes não são paulistas, 74.493 dos 212.582 moradores de regiões carentes (BRASIL, 2011).

O crescimento urbano na cidade de São Paulo transcendeu os limites de sua espacialidade ocupando espaços dos municípios vizinhos, em especial, Guarulhos. A proximidade entre os municípios colaborou para que a espacialidade guarulhense fosse extremamente incorporada ao padrão periférico da capital, determinando uma nova lógica de reprodução do espaço no município (GAMA, 2009).

Com o acelerado crescimento demográfico do município de Guarulhos o processo de periferização ganhou impulso, principalmente em virtude da necessidade de constituição de um lugar propício à reprodução da força de trabalho. O amplo espaço na periferia do município incorporou o que se convencionou como padrão periférico de crescimento (BONDUKI, 1998; ANT, 1994 *apud* GOMES, 2009).

Na década de 1980, o processo democrático iniciado passou a refletir na feminização dos fluxos migratórios. No que diz respeito aos migrantes nordestinos vários aspectos estão envolvidos, desde a falta de oportunidade de trabalho na região Nordeste mais enfática às mulheres; até mudanças na própria condição feminina, de aspiração de ruptura da situação de opressão, violência e discriminação (D'ÁVILA NETO; NAZARETH, 2009).

Desde as primeiras migrações os nordestinos vêm formando uma interessante massa de trabalhadores homens disponíveis a baixo custo de contratação em especial à construção civil, em função da pouca ou nenhuma capacitação profissional. Enquanto as mulheres concentram-se especialmente a atender as necessidades de realização de serviços domésticos, incluindo o cuidado de crianças, trabalhos considerados informais até a década de 1990; pelo entendimento de ausência de necessidade de capacitação profissional, já que eram “naturais” para as mulheres, e cuja regulamentação profissional efetivou-se somente com a criação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) das Domésticas,

sancionada como Lei no ano de 2015 (BRASIL, 2013).

A violência contra a mulher nordestina migrante, contudo, recebeu novas maneiras para a antiga invisibilidade social, com a entrada no mercado de trabalho do Sudeste. A partir da década de 1990, vem sendo cada vez mais evidente a presença delas como força de trabalho em diversas áreas, além dos serviços domésticos, atuando como atendentes de telemarketing, manicures, serventes de escolas, faxineiras, vendedoras de loja, cozinheiras, merendeiras, auxiliares de enfermagem, recepcionistas, doceira e microempresárias em diversas áreas, mas, não necessariamente recebendo o devido reconhecimento (FERREIRA, 2015).

A mulher migrante nordestina vem sendo aprisionada em uma identidade carregada de não reconhecimentos. É invisível por sua etnogenia, é invisível por seu gênero, é invisível por seu tipo de trabalho, é invisível por sua condição econômica. Ela incorpora severinidade², é a visibilidade do estigma da invisibilidade em sua pior atribuição de irremediavelmente "miserável e inferior". Como alguém nesta condição pode desenvolver a autonomia identitária e ser capaz do exercício da verdadeira cidadania para construção da democracia, é comumente impensável pela sociedade que a institui. É preciso partir, então, para a captura de aspectos de construção intersubjetiva indivíduo-sociedade com base na fala do próprio sujeito, cuja interpretação leva à melhor compreensão da relação "singular-particular-universal" e de como se desenvolve o sentido emancipatório (FERREIRA, 2015).

Com isso não nos resta dúvida da necessidade da mulher migrante nordestina ser resiliente. Mas, deve-se entender a resiliência como a habilidade de um sistema em absorver perturbações e reorganizar-se enquanto experimenta mudanças, de modo a reter essencialmente a mesma função, estrutura, identidade e feedbacks. A noção de velocidade de retorno ao equilíbrio (WALTER, et al., 2004, p.4) leva ao que

² A identificação mais acurada da importância da participação dos nordestinos na constituição do grupo populacional de excluídos, pela construção e manutenção da política de identidade de invisibilidade, é possível de ser feita pela investigação do reconhecimento da existência e nominação do estigma identitário do "Severino" e da "Severina", instituído a todos os indivíduos nascidos na região Nordeste do País, como referencial de miséria (como ignorância natural) e de inferioridade (desvalia humana) do migrante que busca a sobrevivência, tornando-se generalização de um jeito irremediável de ser e viver, denominado de "severinidade" (FERREIRA, 2015).

foi denominado “resiliência de engenharia” e, embora relacionada a um aspecto da “resiliência ecológica”, não pode ser considerada como a medida de resiliência. Devido à possibilidade de vários estados estáveis, ao considerar a extensão em que um sistema pode ser alterado, o tempo de retorno não mede todas as maneiras pelas quais um sistema pode falhar, permanentemente ou temporariamente, para reter funções essenciais (HOLLING, 1996 apud WALTER, et al., 2004, p.4).

A resiliência em sistemas sócio-ecológicos (SES - Social Ecological Systems) é sobre as pessoas e a natureza como sistemas interdependentes. Isto é verdade para as comunidades locais e seus ecossistemas circundantes, mas a grande aceleração das atividades humanas na Terra também torna isso um problema em escala global (STEFFEN et al. 2007 apud FOLKE et al., 2010, p.4), tornando difícil e até mesmo irracional continuar a separar os ecossistemas ecológicos, ambientais e social e tentar explicá-los independentemente, mesmo para fins analíticos.

O crescimento da população urbana brasileira tem sobrecarregado sistemas de abastecimento de água, energia e de alimentos. Isso requer pesquisas e desenvolvimento de alternativas para suprir essas demandas, e também, pesquisas que estudem a forma como essas carências estão sendo supridas e/ou a forma que essas carências são enxergadas. Nesse contexto de desafio de obtenção de recursos as populações de baixa renda, que por sua vez habitam localidades periféricas das cidades, são as mais vulneráveis quanto à falta de serviços básicos e abastecimento de alimentos, água e energia, em quantidade e principalmente em qualidade (HOFF, 2011; GIATTI; et.al., 2017).

Para se ter acesso à água é preciso energia para seu fornecimento, que por sua vez implica sua maior produção através da água, enquanto que para produção de alimento é necessário água e energia; Hoff (2011) chama essa interdependência de nexos. Em outras palavras, produzir alimento na cidade implica em menor gasto de recursos energéticos, como em transporte, por exemplo, já que os alimentos produzidos são comercializados localmente, sem percorrer grandes distâncias (LAJERSZTAJN; VERAS; SALDIVA, 2016).

1.2 REVISÃO DE LITERATURA

1.2.1 O processo de urbanização brasileiro

O processo de urbanização acontece, significativamente, conforme às necessidades da reprodução da força de trabalho. Isso porque a provisão das condições do trabalhador se locomover, ter acesso aos recursos básicos (água, luz, bens de consumo), e à moradia ocorre em consonância com os tipos de relação econômica que mantêm uma dada formação social (DEÁK, 2016). Assim, as formas do trabalho se reproduzir e se especializar possuem elevado impacto sobre a maneira pela qual as cidades se formam.

O Brasil é um país com profundas raízes coloniais nunca ceifadas; isto faz com que muitos aspectos da reprodução da sua força de trabalho – e, portanto, de seu processo de urbanização – derivem de suas origens escravistas. O trabalho assalariado doméstico é um dos exemplos deste fenômeno. Proveniente da figura da mucama³ do Brasil rural/escravocrata, a existência da empregada doméstica atravessa o processo de urbanização brasileiro para se fazer presente ainda na contemporaneidade (RONCADOR, 2008).

Antes de iniciar o processo de urbanização na década de 1930, o país havia deflagrado sua Independência, em 1822, sem romper com a economia de bases coloniais. Apenas a partir da Lei de Terras (que implementou a privatização da terra), em 1850, e da Lei Áurea 1888 (que aboliu a escravidão, e tornou o assalariamento a modalidade de trabalho principal) foram satisfeitas as duas condições fundamentais para que o Brasil se tornasse uma nação capitalista (DEÁK, 2016).

O Brasil, durante a República Velha, se estabelece como uma nação, ainda que capitalista, prevalentemente rural e de economia agroexportadora. Esta condição será importante para que aspectos oriundos do regime escravocrata perdurem em sua reprodução social. Como destaca Sevcenko, a instauração de um regime republicano no Brasil, e as falas de “modernização” nele imbuídas, não

³ Segundo o Dicionário Michaelis (online), a definição de mucama: “Escrava negra escolhida para ajudar nos serviços caseiros, para acompanhar pessoas da família ou para servir de ama de leite; camba.” Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/mucama/>>. Acesso em 26 abril 2021.

representaram uma ruptura com as bases históricas que estruturaram a formação do país desde a colônia:

No afã do esforço modernizador, as novas elites se empenhavam em reduzir a complexa realidade social brasileira, singularizada pelas mazelas herdadas do colonialismo e da escravidão, a ajustamento em conformidade com padrões abstratos de gestão social hauridos de modelos europeus ou norte-americanos [...] Era como se a instauração do novo regime implicasse pelo mesmo ato o cancelamento do passado histórico do país e pela mera reforma institucional ele tivesse fixado um nexco co-extensivo com a cultura e a sociedade das potências industrializadas (SEVCENKO, 1998, p. 27).

Em meio a transição da República Velha, as maneiras de sociabilidade do mundo escravista se adaptam de acordo com a nova base produtiva do capital. Ao tratar das mulheres recém-libertas em São Paulo, neste período, Telles (2013) reflete sobre a condição específica dessa parcela da população: tendo sido frustrada a esperança de inserção social a partir da abolição, o trabalho doméstico era a única alternativa de sustento para estas trabalhadoras. Como atesta a autora:

Para libertas e descendentes migrantes ou nascidas na capital [paulistana], que deixavam o cativo e a cidade de origem sem posses, os serviços domésticos, a faina diária e a dependência dos patrões e seus salários minguados constituíram a forma de sobrevivência possível num mercado de trabalho pouco generoso. O ingresso crescente de estrangeiros, a expansão da cidade e seus serviços, somados ao decréscimo da população escrava, aumentavam a demanda por serviços urbanos e domésticos em geral (TELLES, 2013, p. 89).

Com a Revolução de 1930, e, posteriormente, com o Golpe que instaurará o Estado Novo, em 1937, começam a ser geradas as infraestruturas para que o país se industrialize. Dentre as principais medidas neste sentido, temos a criação das indústrias estatais de base (Petrobras, Companhia Siderúrgica Nacional, etc.), e a regulamentação das condições para que os trabalhadores se formalizem, mediante a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, em 1943. Como reflexo destas iniciativas, o Brasil deixa de ser uma nação predominantemente rural, em 1930, para se tornar país de população assalariada/urbana em meados da década de 1970 (OLIVEIRA, 2003).

Decorrência de uma sociedade estruturalmente desigual, a heterogeneidade da produção das infraestruturas caracterizou o processo de urbanização do Brasil. Isso se deu tanto em escala nacional, com a industrialização concentrada no eixo sul-sudeste, quanto na escala das cidades, com a expansão das favelas em contraponto às infraestruturas sofisticadas como metrô, aeroportos, etc. Este processo “empurrou”, de modo centrípeto, as populações do campo e regiões

predominantemente agrárias (sobretudo a nordeste) para as grandes aglomerações industriais urbanas (situadas principalmente no sudeste). Tal afluxo asseverou as profissões que estariam destinadas aos migrantes, e os estigmas que recairiam sobre estes em função de sua origem e formação:

A entrada do migrante rural no mercado de trabalho se dá em geral, para os homens, na construção civil, e, para mulheres, no serviço doméstico. São os únicos canais abertos para os que têm de “aceitar qualquer serviço”, pois “não têm desembaraço”, “são acanhados”, “afobam-se” [...], “não sabem mexer com máquinas” (MELLO e NOVAIS, 2002, p. 598).

1.2.2 O processo de urbanização e a migração dos nordestinos para São Paulo

Para entendermos a presença maciça dos nordestinos na metrópole de São Paulo é necessário que conheçamos o processo de formação econômica do espaço brasileiro e a reprodução ampliada do capital. A compreensão das áreas de expulsão das áreas de atração fazem parte do processo (GOMES, 2007). Para conhecermos o processo seguimos os passos de Oliveira (1981 apud GOMES, 2007, p.26) sob a ótica da divisão regional do trabalho e da crítica ao conceito dos “desequilíbrios regionais”. A “região” é fundamentada na particularidade da reprodução do capital.

Há uma tendência para a completa homogeneização da reprodução do capital e de suas formas, sob a égide do processo de concentração e centralização do capital, que acabaria por fazer desaparecer as “regiões”, no sentido proposto por essa investigação. Tal tendência quase nunca chega a materializar-se de forma completa e acabada, pelo próprio fato de que o processo de reprodução do capital e por definição desigual e combinado (...)

Tal pensamento teórico é a referência que o autor utiliza para explicar o desenvolvimento desigual e combinado no Nordeste e do Centro-Sul do Brasil. Essas regiões se diferenciaram nas suas formas de desenvolvimento do capital. A partir de transformações sociais, políticas e econômicas sofridas por essas regiões, Oliveira (1981) analisa a complementaridade entre elas.

O Nordeste “açucareiro” se transformou em Nordeste “algodoeiro-pecuário”

subordinado ao mercado internacional, especialmente, no século XIX. Essa economia formou uma classe latifundiária, com o controle político local, os chamados “coronéis”. Nesse rastro é que surge o Nordeste das secas (OLIVEIRA, 1981 apud GOMES, 2007).

No Centro-Sul formou-se a oligarquia dos barões de café, que seguia a mesma estrutura de subordinação do Nordeste, viabilizando a reprodução do capital e atendendo aos interesses do mercado externo (GOMES, 2007).

Essas transformações ocorrem, sobretudo, a partir de 1930 e são resultados de uma política centralizadora, fortalecendo o Estado; tanto no Nordeste como no Centro-Sul existe uma mudança estrutural e há um enfraquecimento do poder local e das economias regionais; os chamados “arquipélagos” ligados a uma economia externa são substituídos por uma economia integrada. A concentração fundiária e a modernização do campo, somadas às mudanças nas relações de trabalho e de poder, provocam uma grande expropriação e estimulam um grande fluxo migratório. Esses fluxos se intensificam nos períodos das secas. O crescimento demográfico acelera nesse período. Ao mesmo tempo, o Centro-Sul se transforma em um grande polo de atração, pela dinâmica de sua economia (GOMES, 2007).

A conversão da região do café em “região” da indústria começa a redefinir a própria divisão regional do trabalho em todo o conjunto nacional. Seu papel nessa divisão regional do trabalho no que respeita à região Nordeste passa a ser de um lado, sistematicamente, a reserva do exército industrial: as migrações Nordeste - São Paulo chegam a constituir um formidável contingente que vai suprir os postos de trabalho criado pela industrialização, e contribuir para manter baixos os níveis de salários reais de toda a massa trabalhadora (OLIVEIRA, 1981, p.45-46).

Singer (1973) reforçou a teoria de que as desigualdades regionais são o motor das migrações internas, as quais acompanham a industrialização das regiões mais desenvolvidas. A divisão regional do trabalho aponta para a interdependência dessas regiões. Há uma subordinação econômica em que algumas regiões do país que exportam matéria-prima e mão-de-obra, denominadas naquele contexto de exército reserva, e importam produtos, industrializados de outra região.

A integração do espaço nacional, por meio de ferrovias e rodovias acelerou e estimulou a migração inter-regional, crescendo deliberadamente o número de nordestinos em São Paulo. Outros fatores favoreceram para a expansão dessa migração, como a política trabalhista de Getúlio Vargas que regulamentava algumas

reivindicações do operariado, entre elas o salário mínimo. Os salários nas áreas urbanas eram um chamativo à migração inter-regional, pois os ganhos salariais, apesar da legislação federal, eram e são diferenciados. Outro fator relevante é a política migratória, em 1930, para a qual Getúlio Vargas, na gestão no Ministério do Trabalho Lindolfo Collor, sugere uma lei de cotas (Decreto n.19482 de 12/12/1930), que desestimula a imigração externa. Ele assina um decreto que limita "(...) em 1/3 o número de trabalhadores nacionais superam em número os estrangeiros na composição da classe operária" (ALBURQUERQUE, 1900 apud GOMES, 2007).

A partir da publicação do decreto, existia o prazo de 90 dias para a verificação dessa cota de brasileiros natos em todas as categorias profissionais. A reserva do mercado para o trabalho nacional se viabilizaria a partir da redução da entrada no país de passageiros da 3ª classe da lei de cotas. Essa lei tinha um efeito desestimulante para o movimento operário. A política de nacionalização da mão-de-obra foi reafirmada no Decreto 19.770 de 19/03/1931, em que requeria proporcionalidade de 2/3 de nacionais para os cargos de direção na estrutura sindical. Existiu uma simultaneidade entre a política de nacionalização da mão-de-obra e a migração de nordestinos para São Paulo (GOMES, 2007).

O infortúnio da seca sempre elevou o número de migrantes nordestinos para o Centro-Sul. A questão, muitas vezes, era erroneamente tratada como calamidade natural que ocasionava esses deslocamentos forçados. Entretanto, enxergamos a "questão da seca" como um problema social, a qual denominou-se de "indústria da seca" em que a organização agrária fez com que o camponês/sertanejo nordestino participasse dessa "grande diáspora" (GOMES, 2007).

A "indústria da seca" é a designação dada a todo esse processo, em que acontece a apropriação inadequada dos recursos financeiros públicos enviados para auxiliar os flagelados, ou o tráfico de influência em benefício dos detentores do poder, ou ainda a montagem de um sistema de exploração em cima de uma população exaurida nos seus reduzidos e/ou inexistentes recursos (SOUZA E MEDEIROS, 1983 apud GOMES, 2007).

1.2.3 A migrante nordestina

Falar das relações de gênero, sobretudo no Nordeste é relatar a violência. Chauí (1985 apud FERREIRA, 2015) relata que, de fato não é a transgressão da normatividade, mas, sim, a instituição da assimetria das relações interativas, o estabelecimento da relação hierárquica de desigualdade, visando à dominação, opressão e exploração efetivadas na passividade e no silêncio. Uma assimetria que não escolhe classe social, credo ou etnia para ocorrer nas realidades extra e intrafamiliar, acompanhando o que se identifica em pesquisas contemporâneas, no que se referem aos determinantes serem variados de origem econômica, política, social, de história de vida e estruturas individuais, sendo um fenômeno biopsicossocial, com especificidade histórica. Essa violência denominada "estrutural" influencia as práticas de socialização "naturalizando", tanto a situação do oprimido como a do opressor quanto ao desempenho de seus papéis (MINAYO, 1994).

No Brasil, desde o início da colonização a instituição do "código de virilidade" para os homens na posição de senhores de escravos, proprietários de terras, que deu subsídio à cultura diante da falta de uma esfera moral autônoma institucionalizada, como já dito. As mulheres nordestinas, e conseqüentemente, seus filhos adolescentes e crianças pagaram mais caro por isso, sobretudo, pelo fato do Nordeste ter sido o berço da colonização e seu centro financeiro até o século XVIII, portanto, berço da formação do que chamamos hoje de "povo brasileiro". Outras mulheres, em outras partes do país viveram os mesmos tipos de problemas, mas no Nordeste deu-se maior concentração de população escrava e livre de baixa renda pelo histórico de desenvolvimento do capitalismo (FERREIRA, 2015).

Em 2013, os migrantes nordestinos representavam 36,90% do 19 milhões de habitantes da região metropolitana de São Paulo, e as mulheres já representavam 55,5% do total dos que residem há mais de 3 anos, sendo estes 40,20% na condição de não ter completado o ensino fundamental, dos quais 59% são baianos (SÃO PAULO, 2014). Em relação à população em idade produtiva (73,7%), de 30 a 60 anos de idade, os migrantes nordestinos junto aos nortistas formam a classe mais baixa, cujo rendimento médio é de R\$1000,00 (um mil reais) per capita por

domicílio. Os baianos têm a maior proporção de empregados domésticos (21,1%) e os cearenses, a de mais baixa inserção nessa condição (10,1%), destinando-se mais ao empreendedorismo formal e informal (SÃO PAULO, 2014).

1.2.4 Resiliência: Origem e Usos

Resiliência é um conceito extremamente abrangente que repetidamente gera discussões polêmicas. Bourdieu et al. (1999) consideram uma prática negativa para as ciências sociais, visto que com diversas perspectivas acaba gerando uma imprecisão frente ao real significado do termo.

A resiliência começou a ser utilizada primeiramente na área da física e engenharia. Na ciência dos materiais, o termo resiliência já era utilizado desde 1807, quando Thomas Young publicou um capítulo sobre elasticidade. No princípio esse termo era aplicado no caso de fraturas de corpos elásticos causadas por impactos. Hoje em dia, o significado de resiliência não é o mesmo. Ela é definida pelo material que suporta uma pressão e que mesmo se deformando, consiga voltar à sua forma original. Esses seriam os materiais mais resilientes. Entretanto, nem todo material que sofre um impacto e não se deforma é resiliente, uma vez que existem materiais que suportam a pressão sem se deformar, ou seja, não precisam passar pelo processo de retornar à sua forma original. Esse tipo de material é visto como resistente. Já na engenharia de resiliência existem quatro objetivos principais: a capacidade de reagir a eventos adversos; monitoramento de processos; a capacidade de prever problemas e por último, a capacidade de se aprender com erros (GORDON, 1978; BRANDÃO et al., 2011; BRESSANI et al., 2017)

A evolução do conceito resiliência está dividida em duas gerações. A primeira, nos anos 1970, se questiona: “Entre as crianças que vivem em risco social, o que distingue os que se adaptam positivamente dos que não se adaptam à sociedade?” (Luthar, 1993 e Kaplan, 1999 apud INFANTE, 2005). Esse tipo de pesquisa procurava apontar os fatores de risco e de resiliência que influenciava no desenvolvimento de crianças que se adaptavam positivamente, apesar de viverem em condições de adversidade. Um marco nessa primeira geração foi o estudo longitudinal de Emmy Werner e Ruth Smith (1992 apud INFANTE, 2005) em Kauai, Havaí. Onde foram estudadas 505 pessoas, durante 32 anos, do período pré-natal, em 1955, até a vida adulta.

O estudo consistiu em identificar em um grupo de indivíduos que viviam em condições de adversidade similares, os fatores que diferenciavam os que se adaptavam positivamente à sociedade daqueles que assumiam condutas de risco. No desenvolvimento histórico dessa primeira geração, começa-se a ampliar o foco de pesquisa, que se desloca de um interesse em qualidades pessoais, que permitiriam superar a adversidade (como a auto-estima e autonomia) para uma atenção maior em estudar os fatores externos ao indivíduo (nível socioeconômico, estrutura familiar, presença de um adulto próximo). A grande maioria dos estudiosos dessa geração se identificou com o modelo triádico de resiliência, que organiza os fatores resilientes e de risco em três grupos: os atributos individuais, os aspectos da família e as características dos ambientes sociais a que as pessoas pertencem. McCubbin e McCubbin (1992), determinam quatro particularidades na resiliência do suporte social: a vizinhança, os suportes interoperacionais, os laços familiares e grupos de ajuda recíproca, sendo que cada um deles partilham de um mesmo ambiente em adversidades e que juntos alcançam a resiliência, se adaptando e solucionando problemas maiores.

Os pesquisadores da segunda geração, que começaram a publicar nos anos 1990, se perguntavam: “Quais são os processos associados a uma adaptação positiva, já que a pessoa viveu ou vive em condições de adversidade?” O núcleo da pesquisa desta segunda geração resgata o interesse da primeira em inferir que fatores estão presentes nos indivíduos com alto risco social, que se adaptam positivamente à sociedade, ao que agregam o estudo da dinâmica entre fatores que estão na base da adaptação resiliente. Dos pesquisadores pioneiros na noção dinâmica de resiliência, Michael Rutter (1991 apud INFANTE, 2005) propôs o conceito de mecanismos protetores e Edith Grotberg (1993 apud INFANTE, 2005) formulou o conceito que, como veremos, dá base ao Projeto Internacional de Resiliência (PIR).

Michael Rutter (1991 apud INFANTE, 1997) entende resiliência como uma resposta global em que estão em jogo os mecanismos de proteção, entendendo por estes não o valor contrário aos fatores de risco, mas aquela dinâmica que permite ao indivíduo sair fortalecido da adversidade, em cada situação específica, respeitando as características pessoais.

Edith Grotberg foi pioneira na noção dinâmica da resiliência, já que em seu estudo PIR define que esta requer a interação de fatores resilientes advindos de três

diferentes níveis: suporte social (eu tenho), habilidades (eu posso) e força interna (eu sou e eu estou). Dessa maneira, apesar de estruturar os fatores de resiliência num modelo triádico, incorpora como elemento essencial a dinâmica e a comunicação entre esses fatores.

Autores mais recentes dessa segunda geração são Luthar, Cushing, Masten, Kaplan e Benard (1999 apud INFANTE, 2005), que entendem resiliência como um processo dinâmico em que as influências do ambiente e do indivíduo interagem em uma relação recíproca, que permite à pessoa se adaptar, apesar da adversidade. Grande parte dos pesquisadores dessa geração simpatiza com o modelo ecológico-transacional de resiliência, que tem suas bases no modelo ecológico de Bronfenbrenner (1981 apud INFANTE, 2005). A concepção que norteia o modelo ecológico-transacional de resiliência consiste no indivíduo estar imerso em uma ecologia determinada por diferentes níveis, que interatuam entre si, exercendo uma interferência direta em seu desenvolvimento humano. Os pontos que formam o marco ecológico são: o individual, o familiar, o comunitário (vinculado aos serviços sociais), e o cultural (vinculado aos valores sociais).

Ao entender esses processos dinâmicos de relação entre os diferentes níveis do modelo ecológico, poder-se-á entender melhor o processo imerso na resiliência. Em consequência, o obstáculo dessa geração de pesquisadores é o reconhecimento dos processos da base da adaptação resiliente, que permitirá avançar na teoria e na pesquisa, além de possibilitar a criação de estratégias programáticas dirigidas a promover resiliência e qualidade de vida (INFANTE, 2005).

A pesquisa sobre 'resiliência' representa tendência crescente na literatura das ciências sociais com maior reconhecimento do papel das forças e processos sociais na promoção do bem-estar e qualidade de vida entre diversas populações. Estabelecemos a resiliência como uma adaptação em resposta à adversidade que se manifesta de três maneiras diferentes: recuperação, sustentabilidade e crescimento (MURRAY E ZAUTRA, 2011). A recuperação ocorre em resposta a um estressor significativo, sugerindo que as pessoas são capazes de fazer ajustes psicofisiológicos e sociais necessários para retornar a homeostase, aliviando quaisquer perturbações resultantes do estressor. Os desafios que precisam ser enfrentados em resposta à adversidade para os processos de sustentabilidade e crescimento são aqueles que refletem dimensões eudaimônicas, ou seja, dimensões

que visem o bem-estar através do domínio, auto aceitação, relações sociais positivas, propósito na vida e crescimento. Muitas pessoas são capazes de sustentar seu senso de propósito e seu engajamento em valores sociais diante da adversidade, são capazes de continuar com pouco ou nenhum sinal de impacto do estressor. As pessoas podem experimentar um ligeiro avanço com objetivos e propósitos pessoais que dão significado às suas vidas e pouco ou nenhum impacto sobre sua saúde e bem-estar geral.

Isso pode implicar que as pessoas sustentem afeto positivo, o polo positivo dos aspectos hedônicos do bem-estar, ou seja, há um grau de ajustamento afetivo ainda que o contexto da adversidade afete negativamente o bem-estar geral (RYFF E SINGER, 1998 apud MURRAY E ZAUTRA, 2011).

A resiliência se refere também ao crescimento quando inclui os ganhos adicionais e avanços após a adversidade através de novas aprendizagens e obtenção de um forte senso de autonomia. Podendo até contribuir para uma nova direção que dê sentido à vida. Por fim, a resiliência da comunidade é um processo e deve ser examinada longitudinalmente, através de avaliações únicas e transversais. Assim como cada um de nós é moldado por experiências passadas e esperanças para o que ainda está por vir, as comunidades também enfrentam novos desafios e moldam políticas baseadas em sucessos e quedas anteriores, bem como metas para o futuro.

Na literatura, a resiliência comunitária apresenta duas teorias, uma latino-americana e uma norte-americana. Na América Latina, o enfoque maior é em populações carentes e discriminadas. Ojeda et al. (2007) declara que o aporte latino-americano para o conceito de resiliência é focado mais para o coletivo pois a preocupação maior é com a epidemiologia social e não com sistemas de saúde-doença mais comumente estudados. Somente examinando o movimento passado e futuro de uma comunidade, podemos entender sua dinâmica atual (OJEDA et al., 2007; TEDESCHI, PARK E CALHOUN, 1998 apud MURRAY E ZAUTRA, 2011).

É necessária uma melhor base científica para o desenvolvimento sustentável do que é geralmente aplicado (por exemplo, uma nova “ciência da sustentabilidade”). O “Consórcio para o Desenvolvimento Sustentável” (do Conselho

Internacional para a Ciência, a Iniciativa de Ciência e Tecnologia para a Sustentabilidade, a Academia de Ciências do Terceiro Mundo), o Conselho Internacional de Pesquisa dos EUA (1999, 2002), e a Avaliação dos Ecossistemas do Milênio (2003), todos têm focado cada vez mais atenção em noções como robustez, vulnerabilidade e risco. Existe, portanto, uma boa razão para isso, como são essas características de Sistemas Sócio-Ecológicos (SES) que irão determinar a sua capacidade de se adaptar e se beneficiar da mudança. Em particular, a dinâmica de estabilidade de todos os sistemas interligados, de seres humanos e natureza emergem de três atributos complementares: resiliência, adaptabilidade e transformabilidade (WALKER, et al., 2004, p.1).

Há uma grande diferença entre resiliência e adaptabilidade, por um lado, e transformabilidade, por outro. Resiliência e adaptabilidade têm a ver com a dinâmica de um sistema particular, ou um conjunto de sistemas intimamente relacionados. Transformabilidade refere-se a alterar fundamentalmente a natureza de um sistema. Tal como acontece com muitos termos sob a rubrica de resiliência, a linha divisória entre “intimamente relacionado” e “fundamentalmente alterado” pode ser confusa e sujeita a interpretação (WALKER, et al., 2004).

A resiliência foi originalmente introduzida por Holling (1973) como um conceito para ajudar a entender a capacidade dos ecossistemas com atratores alternativos para persistir no estado original sujeito a perturbações, como revisado por Gunderson (2000), Folke (2006) e Scheffer (2009). Em alguns campos, o termo resiliência foi tecnicamente usado em um sentido restrito para se referir à taxa de retorno ao equilíbrio mediante uma perturbação (chamada de resiliência de engenharia por Holling em 1996). No entanto, muitos sistemas complexos possuem múltiplos atratores. Isto implica que uma perturbação pode levar o sistema a um limite que marca o limite da bacia de atração ou domínio de estabilidade do estado original, fazendo com que o sistema seja atraído para um estado contrastante. Isso é qualitativamente diferente de retornar ao estado original, e a definição de Holling (1996) de resiliência ecológica ou ecossistêmica tem sido instrumental para enfatizar essa diferença (FOLKE et al., 2010).

Existem muitas maneiras pelas quais a resiliência é revelada na vida das pessoas e comunidades. Exemplos de resiliência são abundantes, com o tema permeando nossas conversas e servindo como uma fonte de inspiração para a perseverança em

tempos difíceis. Um foco na resiliência é apenas uma parte de um movimento maior nas ciências sociais enfatizando o papel das forças e processos sociais na promoção do bem-estar e da qualidade de vida entre as diversas populações. Enquanto nossa rica literatura sobre estresse e patologia fornece informações importantes sobre as experiências das pessoas, reconhecendo tanto o positivo quanto o negativo é essencial para compreender e apreciar o nosso dia-a-dia (ZAUTRA, 2003). As definições de resiliência também são numerosas, com perguntas sobre a melhor forma de definir o termo. As definições são importantes, pois servem de base para o entendimento e para fornecer estrutura para intervenções e pesquisas. (BARNHART, 1988; ZAUTRA, 2003 apud MURRAY E ZAUTRA, 2011).

Assim como na física, a resiliência está presente na psicologia e na psiquiatria há muitos anos, nos primórdios da psicanálise e da psicologia do desenvolvimento. Fazendo uma analogia ao termo utilizado nessas áreas, temos a pressão e deformação do material temporária como um trauma gerado por estresse, por exemplo. Apesar de ser uma analogia didática, na psicologia e na psiquiatria o termo não pode se resumir a tão pouco. Com o passar dos anos, o termo é adaptado para trazer novas análises e novas propostas (BARREIRA, 2006; YUNES, 2001).

Uma das atrações do conceito de resiliência é sua capacidade de servir como um “objeto de fronteira” (BRAND E JAZ, 2007 apud MEEROW E NEWELL, 2016) ou “conceito de ponte” (BEICHLER et al., 2014 apud MEEROW E NEWELL, 2016), permitindo múltiplos domínios de conhecimento interface. O conceito compartilhado de resiliência urbana, por exemplo, ajudou a fundir as agendas de “adaptação às mudanças climáticas” e “redução do risco de desastres” (ARUP, 2014 apud MEEROW E NEWELL, 2016), bem como as prioridades de segurança e sustentabilidade (COAFFE, 2008 apud MEEROW E NEWELL, 2016). Mas a flexibilidade do termo e a inclusão inerente também levaram a uma confusão conceitual, especialmente em relação a termos semelhantes, como sustentabilidade, vulnerabilidade e adaptação (ELMQVIST, 2014 apud MEEROW E NEWELL, 2016). Esses conceitos são comumente usados em estudos e políticas urbanas, mas de várias maneiras, incluindo como características mensuráveis, conceitos descritivos, metáforas e modos de pensar ou paradigmas.

Entender o conceito de resiliência urbana exige conhecimento de como a teoria

da resiliência se desenvolveu. Embora o termo tenha uma longa história de uso em psicologia e engenharia, na literatura sobre mudança ambiental global, a resiliência é comumente atribuída ao ecologista C.S. Holling (BROWN, 2014; GARSCHAGEN, 2013; MEEROW E NEWELL, 2015 apud MEEROW E NEWELL, 2016). Holling (1973 apud MEEROW E NEWELL, 2016) definiu resiliência como a capacidade de um ecossistema de manter características funcionais básicas diante de distúrbios.

Caracterizando os ecossistemas como tendo múltiplos estados estáveis e em um estado de fluxo constante, Holling (1996 apud MEEROW E NEWELL, 2016) posteriormente distinguiu entre resiliência estática de “engenharia”, referindo-se à capacidade de um sistema de se recuperar de seu estado anterior e resiliência dinâmica “ecológica”, que se concentra na manutenção de funções-chave quando perturbadas.

1.2.5 Vulnerabilidade socioambiental e o processo de periferização

Existem favelas em todas as regiões brasileiras. Sua distribuição varia pelo território brasileiro. Em 1991, os aglomerados favelados, segundo o Censo Demográfico, eram 3.187; no ano 2000, atingiram 3.906 assentamentos e, em 2010, o Censo Demográfico contabilizou 6.329 aglomerados (TASCHNER, 2016).

Assim como os aglomerados, os domicílios e a população favelada também vêm aumentando desde 1980, a taxas maiores que a população total. Os domicílios totais para o país cresceram a 3,08% ao ano, entre 1980 e 1991, enquanto os favelados cresceram a 8,18% anuais. No período entre 1991 e 2000 os domicílios totais cresceram a 0,88% anuais, enquanto os favelados tiveram uma taxa de incremento anual de 4,18%. Entre 2000 e 2010, a taxa de aumento anual do parque domiciliar brasileiro foi 0,57%, enquanto a dos domicílios favelados atingiu 6,93%. A população favelada em 1980 alcançava 2,25 milhões de pessoas; a de 1991, mais de 5 milhões; a do ano 2000, cerca de 7,2 milhões; e, a de 2010, para um total de 3.224.529 domicílios em aglomerados subnormais, era estimada em mais de 14 milhões. Se a população favelada representava 1,62% da total em 1980, esse percentual sobe para 2,76% em 1991, para 3,04% no ano 2000 e alcança 5,61% em 2010 (TASCHNER, 2016).

Em São Paulo, pressupõe-se que as primeiras favelas formaram-se na década de 1940. Ainda que presente há muito tempo, o fenômeno favela em São

Paulo, só vai se desenvolver em larga escala nos anos 1970. Em 1973/1974 a população favelada paulistana não alcançava 72 mil pessoas (71.840), cerca de 1,1% da população municipal. Em 1975 a população favelada representava 1,6% da população do município (TASCHNER, 2001).

No geral, as características dadas às ocupações de favelas tratam da ausência da propriedade legal (invasão de terras públicas ou privadas) não destacando a questão social, econômica e vulnerabilidade social, questões estas, frequentemente, condicionantes para este tipo de ocupação (CASTILHO, 2013).

As habitações são resultado da dedicação de seus habitantes, que utilizam seus rendimentos e tempos livres na construção de suas residências. Pasternak (2002, p.11 apud CASTILHO, 2013) afirma que a habitação construída nas favelas “é resultante de um processo de trabalho importante da população que edifica seus domicílios, reflete, de alguma forma, identidade e cultura de seus moradores”.

As limitações e desafios vivenciados pela população urbana são potencializados quando se trata de populações vulneráveis (LAJERSZTAJN; VERAS; SALDIVA, 2016). Jacobi (1989) ao estudar sobre as políticas estaduais de saneamento e saúde da década de 1970, bem como os movimentos sociais e desafios encontrados na vivência do cotidiano dos excluídos, já alertava para o agravamento das carências urbanas que estão associadas à distribuição desigual dos serviços, resultando em uma piora considerável das condições de vida dos moradores da periferia urbana.

A periferia é uma localização em constante movimento, um espaço em continua transformação. A periferização não aconteceu de modo homogêneo, nem se ajustou em uma unicidade. Os traços de cada bairro refletem sua especificidade/particularidade, sua localidade. A periferia como construção social, é resultado das contradições do capital, que de forma residual promoveu a “inclusão subalterna” da classe trabalhadora nos arredores dos municípios industrializados, como é o caso específico de Guarulhos (GAMA, 2009).

Em torno do termo “exclusão” nos despertando para a existência de um processo de ampla inclusão social nos moldes do capitalismo, ou seja, em *padrões subalternos* em relações capitalistas. Nesse caso, compreendemos a periferia não como uma exclusão do urbano, mas como uma inclusão subalterna que possibilita aos moradores das periferias viverem o urbano, no entanto, em condições precarizadas

(MARTINS, 2003).

Novo Recreio é um bairro periférico da cidade de Guarulhos onde se encontram as famílias de origem nordestina que são o objeto de estudo desta dissertação, e apresenta-se nesse contexto retratado por Pasternak (2002, p.10):

“O mesmo cinza do bloco da laje, a mesma aparência de eterna construção com o vermelho dos tijolos de vedação galgando mais um andar. Um olhar de perto, entretanto, capta sua especialidade: casas menores, densidade domiciliar maior, saneamento precário, lixo e entulhos amontoados, caminhos tortuosos e estreitos ausência de áreas coletivas, situação em áreas de fundo de vale ou grande declividade”.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Investigar o processo de construção da resiliência urbana de mulheres de origem nordestina, buscando identificar elementos de fortalecimento social frente a vulnerabilidades socioambientais, no bairro Novo Recreio, Guarulhos-SP;

2.2 Objetivos específicos

- Conhecer o processo de urbanização/periferização à luz das experiências de mulheres com origem nordestina do bairro Novo Recreio;
- Investigar como vivem mulheres de origem nordestina no Novo Recreio, com enfoque no nexos (água, energia e alimento) e qual sua perspectiva de resiliência urbana.

1. METODOLOGIA

O conhecimento científico é sempre uma busca de articulação entre uma teoria e a realidade empírica: o método é o fio condutor para se formular esta articulação. O método tem, pois, um papel fundamental: além da sua função instrumental, é a “própria alma do conteúdo” e significa o próprio “caminho do pensamento” (MINAYO E SANCHES, 1993, p.240).

O procedimento técnico adotado foi a Pesquisa Qualitativa, sendo que as estratégias metodológicas deste estudo buscaram pelo distanciamento de qualquer ideal de quantificação, neutralidade e generalização. Tentando estar aberto às novas formas de produção científica, caracterizadas pela interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados, apoiando não só na descrição, mas na compreensão e interpretação dos fatos, sem excluir a visão do investigador.

No âmbito da metodologia qualitativa emprega-se a concepção das Ciências Humanas, segundo as quais não se busca estudar o fenômeno em si, mas entender seu significado individual ou coletivo para a vida das pessoas (TURATO, 2005, p.509).

Conforme Minayo e Sanches (1993) é na esfera da subjetividade e do simbolismo que se anuncia a abordagem qualitativa. O entendimento das relações e atividades humanas com os significados que as animam é completamente diferente da reunião dos fenômenos sob conceitos e/ou categorias genéricas dadas pelas observações e experimentações e pela descoberta de leis que ordenariam o social.

A abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se envolve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas.

3.1 Os sujeitos da pesquisa

A população de estudo foi composta por quatro mulheres adultas de origem nordestina e residem no bairro Novo Recreio, localizado no município de Guarulhos (estado de

São Paulo).

3.2 Procedimentos metodológicos

3.2.1 Observação participante

A observação participante é método utilizado por estudiosos que adotam a pesquisa qualitativa e baseia na inserção do pesquisador no interior do grupo observado, tornando integrante dele, interagindo com os sujeitos e tentando compartilhar o seu cotidiano para saber o que significa estar naquela situação (QUEIROZ, et al 2007). Nessa perspectiva metodológica tem-se a oportunidade de ligar o objeto ao seu contexto, contrário ao fundamento de isolamento no qual fomos formados, produzindo uma série de narrativas contextualizadas à partir de notas e entrevistas, com dados qualitativos que serão devidamente analisados. Para Morin (1997), o conhecimento é válido quando se pode dar significado ao seu contexto global, ou seja, quando eu o utilizo no meu dia-a-dia. Outro fator importante nessa observação é inteirar o observador à sua observação, e o conhecedor ao seu conhecimento.

A observação participante foi possível pela existência, na época, de um projeto do qual o professor Leandro Giatti compunha a coordenação. Dessa forma tive acesso à comunidade, às oficinas e encontros que faziam parte desse processo. O que oportunizou visitas domiciliares e vínculos com os moradores do Novo Recreio.

A entrevista semiestruturada foi adotada como ferramenta de pesquisa, pois como afirma Triviños (1987 apud MANZINI, s/d) “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]”.

3.2.2 História Oral

O método ‘história oral’ é fundamentado na história que os indivíduos relatam sobre seu cotidiano ou até mesmo ações que já ocorreram. Ou seja, baseia-se na “premissa de que os conhecimentos sobre os indivíduos só são possíveis com a descrição da experiência humana, tal como ela é vivida e tal como ela é definida por seus próprios atores” (SPINDOLA E SANTOS, 2003, p.120 apud MACCALI et al., 2013, p. 3). Com esse método a possibilidade do pesquisador ter contato com diferentes memórias, as quais constituíram no desenvolvimento do indivíduo tanto pessoal como profissionalmente,

como também permitem ao indivíduo pesquisado o estabelecimento de um diálogo interior com seu próprio eu, tomando consciência sobre sua existência e compreendendo, assim, sua trajetória de vida. Esse tipo de metodologia é destacada pelos dados descritivos, do contato do pesquisador com o pesquisado e a valorização do processo, pois preocupa-se em retratar as perspectivas dos indivíduos, de como esses indivíduos atribuem significados as coisas da vida, sendo esta uma importante proposta da utilização desse método (SILVA et al, 2007 apud MACCALI et al., 2013, p. 3).

3.2.1 Análise de dados

Na análise de dados, aportou-se na técnica de análise de conteúdo com base em Minayo (2006) usada em pesquisas qualitativas, tendo como procedimentos a categorização, inferência, descrição e por fim a interpretação dos dados coletados com base na literatura escolhida.

Produzir inferências sobre o texto objetivo é a razão de ser da análise de conteúdo; confere ao método relevância teórica, implicando pelo menos uma comparação onde a informação puramente descritiva sobre o conteúdo é de pouco valor. Um dado sobre conteúdo de uma comunicação é sem valor até que seja vinculado a outro e esse vínculo é representado por alguma forma de teoria (FRANCO, 1986 apud CAMPOS, 2004).

Gerar inferência não é criar suposições subliminares acerca de determinada mensagem, mas embasar com pressupostos teóricos de várias percepções de mundo e com as situações reais de seus produtores ou receptores. Situação real que é vista segundo o âmbito histórico e social de sua produção e recepção (CAMPOS, 2004).

Dentro da análise de conteúdo, utilizará na pesquisa a categoria a "Análise Temática", que de acordo com Bardin (1997), é um método que melhor se adequou as pesquisas qualitativas. Tal método é operacionalizado em três etapas: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados e interpretação. Um TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) será utilizado, um documento que informa e esclarece o sujeito da pesquisa, de maneira que ele possa tomar sua decisão de forma justa e sem constrangimentos sobre a sua participação em um projeto de pesquisa. É uma proteção legal e moral do pesquisador e do pesquisado, visto ambos estarem assumindo responsabilidades. Que contém de forma didática e bem resumida, as informações mais importantes do protocolo de pesquisa.

3.2. Sujeitos da pesquisa e critérios de inclusão e exclusão

A seleção dos sujeitos é uma fase imprescindível em pesquisa com aplicação da história oral (FERNANDES e GATTÁS, 1956). Os critérios de escolha são variados e podem estar relacionados às fases de organização de personalidade e/ou tipos de ajustamentos sociais que estejam relacionados ao objeto de estudo.

Segundo ALBERTI (2005) a seleção dos sujeitos de pesquisa deve ser feita a partir da posição do entrevistado no grupo e do significado de sua experiência. Dessa forma convém selecionar pessoas que viveram, presenciaram, participaram de situações ligadas ao tema. De acordo com esse aspecto os entrevistados são tomados como “unidades qualitativas” de informação que seriam mais representativos perante o foco de estudo. Outro aspecto ressaltado pela autora é a possibilidade de selecionar entrevistados que sejam capazes de fornecer além de suas experiências ou perspectivas particularizadas a visão geral a respeito do universo pesquisado.

FERNANDES e GATTÁS (1956) ao analisarem sobre as implicações da seleção de sujeitos em pesquisa com uso de fontes orais criticam as escolhas baseadas em intensidades de participação em situações sociais, uma vez que podem parecer representantes típico-ideais criando uma condição limitante quando deveria ser mais dinâmica.

Quanto à quantidade de entrevistas necessárias às pesquisas que utilizam a História Oral não há um número definido, pois isso dependerá do que se pretende investigar. Neste tipo de pesquisa a escolha dos entrevistados já segue algum critério qualitativo, portanto, a quantidade de entrevistados não é o fator mais relevante.

ALBERTI (2005) explica que “o número de entrevistados de uma pesquisa de história oral deve ser suficientemente significativo para viabilizar certo grau de generalização dos resultados do trabalho”. Portanto, não há como definir a amostra sem que se vá a campo. A amostra se define conforme a pesquisa avança. Foram

feitas 4 entrevistas (histórias orais) com aprofundamento, e assim, produção das narrativas.

De acordo com FONTANELA (2008) o encerramento amostral por saturação teórica deve acontecer quando os dados obtidos começam a apresentar repetição ou redundância. Este processo é resultante de um balanço que o pesquisador faz a fim de destacar, no conjunto das informações obtidas as diferenças ou, em contraposição, o que se repete.

Retornando à seleção dos sujeitos, após a identificação do primeiro participante, com apoio da Unidade Básica de Saúde de Novo Recreio, os outros foram definidos por meio da utilização da técnica de amostragem da “Bola de Neve” conhecida como “snowball samplig”. Trata-se de uma técnica de amostragem que usa cadeias de referência, uma espécie de rede. A amostra se caracteriza pela identificação dos casos de interesse a partir da própria população que está sendo pesquisada, ou seja, os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes, que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objeto proposto.

Obedecendo toda referência metodológica forma selecionadas apenas mulheres de origem nordestina com idade superior a 18 anos e que residam no bairro Novo Recreio há mais de 5 anos, pois era importante que essas mulheres conhecessem, ainda que superficialmente, a história da formação do bairro; e que tenham residido no Nordeste por pelo menos 15 anos.

4. DISCUSSÃO DE DADOS

4.1 Caracterização dos sujeitos da pesquisa

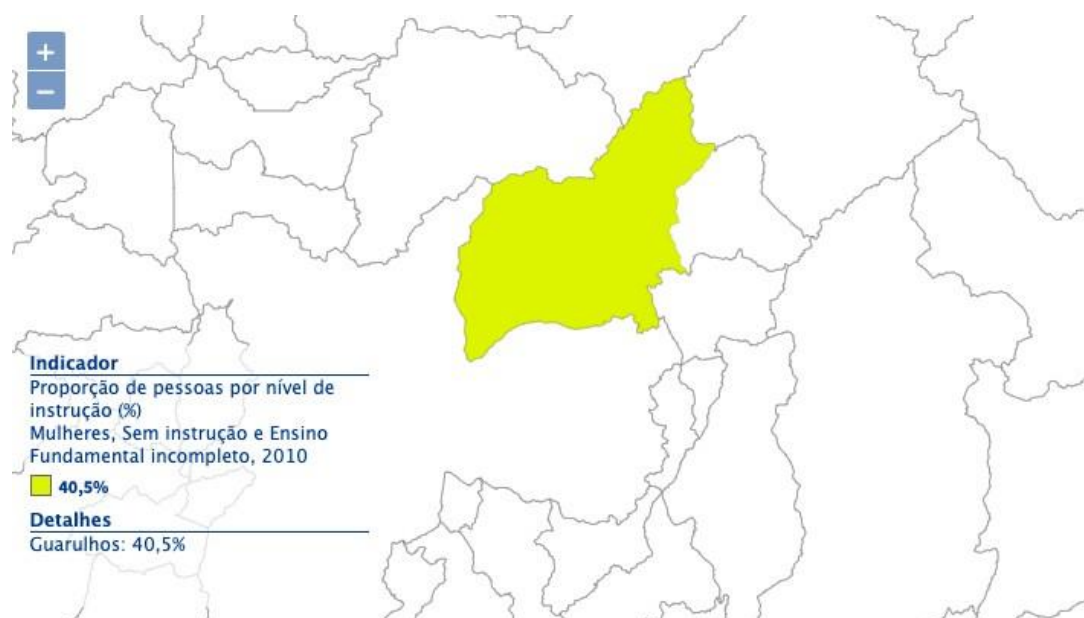
Participaram dessa pesquisa 4 mulheres moradoras do Bairro Novo Recreio. A tabela 1 a seguir demonstra o perfil das entrevistadas segundo idade, tempo em que moravam no bairro, região de origem e grau de escolaridade, respectivamente:

	Idade	Período que residiam no bairro Novo Recreio	Grau de escolaridade
Entrevistada 1	59	28 anos	Ensino fundamental completo
Entrevistada 2	63	24 anos	Ensino fundamental incompleto
Entrevistada 3	57	23 anos	Ensino fundamental incompleto
Entrevistada 4	69	28 anos	Ensino médio

Todas as mulheres entrevistadas nesse estudo moravam no Novo Recreio há mais de 20 anos, o que pode ser relevante para a pesquisa por possibilitar visões diferenciadas sobre os diversos momentos da história local.

Quanto ao grau de escolaridade houve duas entrevistadas que relataram ter ensino fundamental incompleto, enquanto a entrevistada 1 tinha ensino fundamental completo e a entrevistada 4, ensino médio completo. Levando em consideração as mulheres entrevistadas e o território em que viviam, cabe destacar, que conforme a figura 1, quase metade das mulheres que moravam em Guarulhos não tinha instrução e/ou tinha ensino fundamental incompleto.

Figura 1: Proporção de mulheres, sem nível de instrução e ensino fundamental incompleto conforme CENSO 2010



Fonte: IBGE, 2010

Em relação à procedência, três das quatro entrevistadas eram do Pernambuco e uma do Alagoas. Quanto à ocupação, as entrevistadas 3 e 4 eram (ou já haviam sido) domésticas, enquanto a entrevistada 1 cozinheira e a entrevistada 2, auxiliar de limpeza. Todas as mulheres entrevistadas eram mães/casadas e todas migraram para São Paulo antes dos 30 anos, conforme tabela 2 a seguir.

	Procedência	Ocupação	Idade ao migrar para São Paulo
Entrevistada 1 (Josefa)	Arcoverde - PE	Cozinheira	14 anos
Entrevistada 2 (Socorro)	São Caetano - PE	Auxiliar de limpeza	19 anos
Entrevistada 3 (Bete)	São Caetano - PE	Doméstica	26 anos
Entrevistada 4 (Isabel)	Capela - AL	Doméstica	29 anos

O planejamento das atividades no campo foi de acordo com a viabilidade das agendas das ACS (Agente Comunitárias de Saúde) locais, para que assim fossem feitas visitas domiciliares e aplicação dos métodos.

É importante salientar que o vínculo com a Unidade Básica de Saúde da localidade já existia, pois o orientador da pesquisa conduziu projetos anteriores nesse mesmo território.

4.2 As mulheres da pesquisa e suas experiências familiares

As informações fornecidas quanto à idade, tempo que residiam no Novo Recreio, grau de escolaridade, naturalidade, profissão e idade que migrou para São Paulo oferecem dados muito relevantes sobre as mulheres entrevistadas mas, considerando a metodologia utilizada neste estudo, é vultoso entender mais sobre a vivência de cada entrevistada por meio da história oral no intuito de que se possa conhecer aspectos sobre sua origem e experiências marcantes durante infância, adolescência, construindo assim, uma caracterização mais ampla.

4.2.1 As vivências das mulheres entrevistadas durante a infância

*"Como flor é pra florir
Mas sem água, Sol e tempo
Que botão vai abrir?
É muito triste, muito cedo
É muito covarde
Cortar infâncias pela metade
Pra ser um adulto, sem tumulto, não existe atalho
Em resumo
Crianças não têm trabalho"*

(Sementes - Emicida)

Sem nenhuma exceção, todas as mulheres entrevistadas relataram ter tido uma infância muito difícil, marcada apenas pela presença do trabalho na agricultura e dos serviços domésticos, bem como com o cuidado dos irmãos menores. Todas

moraram na zona rural dos seus municípios. Tendo em vista os procedimentos éticos, as entrevistadas receberam nomes fictícios para garantir e preservar o anonimato.

Compreendendo a importância da infância para o desenvolvimento do indivíduo, Josefa nos relata sobre o período de infância:

Aquela época era muito ruim, muito complicado, as mães tinham um filho atrás do outro, a gente pequena já tinha que cuidar dos irmãos, água para ir buscar era longe, ela ia lavar roupa, uma ia com ela e a outra tinha que ficar e cuidar das casas e das crianças, e olha se não cuidasse, cozinhas, fazer tudo (...) Trabalhar muito cedo, correr atrás, eu não quero que nenhum dos meus filhos ou dos meus netos passem pelo que eu passei lá! Graças a Deus a gente vai instruindo eles, eles podem estudar, eles podem brincar, eu posso dizer assim: que eu não tive infância e que eu não tive adolescência, porque minha infância foi trabalhando. Meu pai e minha mãe eram muito ignorantes, a gente não podia jogar bola, a gente não podia pular corda, a gente não podia andar de bicicleta. E quando a gente fazia escondido, apanhava. Naquele tempo não era proibido apanhar.

Josefa (59 anos) veio de uma família de 10 irmãos, pernambucana e filha de pais pernambucanos. Ela migrou para São Paulo com 14 anos com o objetivo de trabalhar, juntar dinheiro e buscar toda a família. Durante a entrevista, Josefa relatou que desconfia ter sido doada pelos avós maternos, mas com 7 anos a mãe foi buscar; ela também relata que seu pai era ruim e que foi rejeitada, então a mãe lhe escondia do seu pai.

Segundo Brougère (2001) a brincadeira, supõe contexto social e cultural, sendo um processo de relações interindividuais, de cultura. Mediante o ato de brincar, a criança explora o mundo e suas possibilidades, e se insere nele, de maneira espontânea e divertida, desenvolvendo assim suas capacidades cognitivas, motoras e afetivas. Entendendo o brincar como atividade lúdica, em que se entra em uma situação imaginária, como atividade que possui regras e ao mesmo tempo é livre e social, em que a criança, através da sua emoção e imaginação se desenvolve e se apropria do mundo ao seu redor, percebemos a relevância da brincadeira para as crianças. As crianças precisam brincar, faz parte do seu descobrimento do mundo e das pessoas, brincando elas aprendem a se comunicar e a se inserir em um contexto social (NAVARRO, 2009).

Outro relato que demonstra muito claramente como mulheres nordestinas são submetidas a situações adversas, recobrando seu potencial criativo e existencial é o da Bete (57 anos), doméstica e pernambucana:

Minha infância foi sofrida. Não tive infância. A infância de uma pessoa na roça não é uma infância. Não brincava, não tinha roupa, não tinha calçado, não tinha uma alimentação adequada que nem hoje. Tinha o básico, né? Um cuscut, uma mandioca, um biju, não sei se você sabe o que é isso. Era isso. Um feijão e uma misturinha, nem era todo dia. Brincar já era, não tinha brinquedo. Panelinha de barro, uns caquinhos que a gente pegava no entulho pra brincar com terra. Isso nos domingos, porque durante a semana: roça (...). Nós não sabíamos o que era Natal, uma festa junina, dia das crianças. Por isso que até hoje eu não gosto de Natal, porque eu não tenho boas lembranças. Não ganhava um presente, não tinha uma roupa, não tem porque comemorar o Natal, minha gente. A gente fica traumatizada com essas coisas. Então não foi uma vida fácil. Minha infância não foi fácil.

De acordo com o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), nos termos do art. 2º da Lei 8.069/90, considera-se criança a pessoa de até 12 (doze) anos de idade incompletos (BRASIL, 1990). Mas o que observamos na fala da Bete é algo muito diferente disso, como mostra no relato a seguir:

Eu criança ainda ficava em casa. Ficava com os pequeninhos. Até 10 anos ficava com meus irmãos pequenos. Passou dos dez anos eu já ia pra roça. Então amanhecia o dia, tomava aquele simples café, ia pra roça com meus pais. Voltava meio dia, era o almoço, lavava os pés, nem tomava banho, só lavava os pés e ia pra escola. Escola longe, no meio do mato. Ia pra escola pra aprender pelo menos a escrever o nome. Quando voltava eram umas 4,5 horas porque era longe. Aí já era o anoitecer. Nós íamos dormir 7 horas, porque não tinha luz, no apagão. Sete horas todo mundo capotava. No outro dia era a mesma vida.

É interessante notar no depoimento de Bete que na sua concepção crianças são indivíduos menores de 10 anos e o quanto essa visão se difere do Estatuto que ampara crianças e adolescentes.

O meio rural brasileiro é demarcado pelas desigualdades no contexto social, cultural e econômico; o pequeno agricultor, por não dispor de condições financeiras para contratar trabalhadores, obriga-se a utilizar o trabalho infante-juvenil como fonte de renda. Nesse contexto, a utilização do trabalho de crianças e adolescentes na agricultura é parte de uma construção cultural e histórica do espaço rural brasileiro.

Desde os primórdios da história humana, as crianças e adolescentes são introduzidas no trabalho agrícola, na condição de ajudantes de seus pais, como forma de aprendizagem, ou até mesmo para não ficarem no ócio do “não ter o que fazer” (VASCONCELOS, 2020).

A pobreza obriga às famílias a submeter o maior número de membros familiares ao trabalho para que, assim, possam crescer recursos à renda familiar, mesmo que em desrespeito à legislação trabalhista e ao Estatuto da Criança e Adolescente.

Este documento é de suma importância no tocante a esta temática, em seu artigo 4º, afirma que:

“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (Brasil, 1990, p, 11).

De acordo com o ECA, a criança é a pessoa com idade de até 12 anos incompletos e adolescente aquele com idade entre 12 e 18 anos. O trabalho é proibido aos menores de 16 anos, no entanto, é permitido a partir dos 14 anos de idade, desde que seja na condição de jovem aprendiz, com autorização dos pais e em atividades que não sejam degradantes, perigosas ou insalubres (BRASIL, 1990).

Segundo Bernardino e Pinheiro, (2015, p. 5):

“A exploração do trabalho infantil e a violência contra crianças e adolescentes estão presentes nos mais variados espaços da sociedade contemporânea, no entanto nem de longe é um fato novo, pelo contrário é um fato que se alastra e está registrado na história”.

Isabel, outra participante da pesquisa, relembra ao ser perguntada como passou sua infância:

Eu nem sei se tive isso! Só sei que passei a minha vida inteira na roça, passei no campo, trabalhando(...) E a minha infância foi assim: foi trabalhando na roça

Os relatos apresentados nos trazem uma similitude de vivência da/na infância, todas essas mulheres tiveram suas infâncias marcadas pelo trabalho (seja ele doméstico ou na agricultura) e pela ausência do "brincar". Desde muito cedo precisando superar obstáculos diante dos contextos de vulnerabilidade.

4.2.2 As vivências das mulheres entrevistadas durante a adolescência

As vivências das entrevistadas no período da adolescência foram ásperas e com muitos fatores em comum entre elas. Casamentos infantis, dificuldade e/ou impossibilidade de estudar e vivências de perda e luto. Submetidas a situações adversas de redescobrir seu potencial criativo e existencial, e dele fazer uso em prol de uma superação de obstáculos.

4.2.2.1 Casamentos infantis

*"Não sei de ninguém que me vendeu
Por dois camelos pra você
Em um negócio armado no meio da rua
Nem cartório algum reconheceu
Um documento que explicita em papel
Que legalmente eu sou sua"
(Eu sou problema meu, Clarice Falcão)*

Acredita-se que o sujeito aprende sobre como é ser homem ou mulher bem antes da adolescência. Entretanto, como descreve Kahhale (2003), é nessa fase que se inicia a reflexão mais elaborada sobre qual posição da mulher dentro da sociedade, percebendo melhor as responsabilidades que deve adquirir ao longo de sua vida tanto no meio familiar, social, quanto profissional.

Bete, uma das entrevistadas, relatou sobre sua vivência:

Eu casei jovem, com 16 anos. Aí eu casei achando que a minha vida ia melhorar. Mas melhorou nada, piorou. Tinha que cuidar de casa, de marido, cuidar de filho, cuidar de roçado, e to até hoje

No sertão, a preocupação com o casamento das filhas moças foi uma constante. É verdade que muitas mulheres não se casaram, entre outras razões por dificuldades de encontrar parceiros à altura, problemas de herança e dote, mas tão logo passadas as “primeiras regras” (menstruação) e a mocinha fizesse corpo de mulher, os pais começavam a se preocupar com o futuro encaminhamento da jovem para o matrimônio. Como nos diz o escritor piauiense Expedito do Rego: “Querino criou a filha rodeada de carinho, esperando casá-la com moço de boa família e algum recurso. Receava morrer sem descendência.” E assim a confecção de enxovais iniciada aos 12 anos de idade das meninas, com peças de linho mandadas bordar e guardadas em papel de seda em baús; os conselhos amigáveis da mãe experiente para que a moça tivesse um comportamento moderado e repleto de solicitude, “para poder casar”, inculcavam na vida feminina a noção da valorização da vida matrimonial e, ao mesmo tempo, imprimiam-lhe uma profunda angústia, caso ela não viesse a contrair casamento antes dos 25 anos de idade (PRIORE e BASSANEZI, 2004).

As decisões conjugais são frequentemente influenciadas pelo desejo de controlar a sexualidade das meninas, especialmente no que diz respeito à iniciação sexual e à gravidez (Population Council, 2013; UNFPA, 2015 apud Taylor et.al), principalmente em contextos vulneráveis, caracterizados por alta insegurança, limitação de oportunidades educacionais e trabalhista para meninas. O casamento é entendido então como um caminho “seguro” para as meninas (Bruce & Hallman, 2008 apud Taylor et.al).

Socorro, nordestina migrante do Pernambuco, recorda sobre sua adolescência:

(...) Aquela humildade, falta quase tudo mas ninguém reclamava! A vida boa! Hoje as pessoas, falta água, já se desespera! Cobra muito! Tipo assim, naquela época era todo mundo na roça, mesmo. Eu casei muito nova, ia fazer 14 anos. (...) Ah, eu acho que assim, foi mais difícil depois que eu casei, prá mim, do que quando estava na roça. Porque naquela época, eu não sei se era lei, que ajudava os casamentos muito novos, os pais arrumavam os casamentos, né, e foi assim que eu casei, dessa maneira. Sofri muito, muito! Eu sofria pelo sofrimento do casamento, sofria por não ter escolhido a pessoa, que mesmo que você escolha as vezes não dá tão

certo, né. Eu sofria porque meus pais não pensaram, eu sofria porque larguei meus estudos, a minha vida não foi muito fácil, não. E eu sofro até hoje, porque eu tinha doze anos na época, eu já tinha meus sonhos. Então aquele sonho foi interrompido com 14 anos. Não é uma coisa para você esquecer. Mas tem que seguir.

Bem diversa foi a sexualidade e o modo do casamento da pobre e da escrava. De modo geral, o casamento não era nem “acertado” entre famílias nem envolvia dote. Mesmo não tendo as mesmas conotações que um casamento de elite, a união de um homem e uma mulher entre os grupos mais pobres também era um valor (PRIORE e BASSANEZI, 2004).

O homem sertanejo cedo procura uma companheira: comumente os nossos patrícios dos campos adotam a conveniência social a que os letrados chamam a constituição de famílias – o casamento. E se explica o motivo: habitando em moradas desprovidas de certos recursos e de diversões, vivem eles absolutamente absorvidos pelo labor e, às vezes insulados, pois as moradas quase sempre são isoladas umas das outras (PRIORE e BASSANEZI, 2004).

Os pagodes, festanças do gado, as festividades religiosas eram os espaços anuais, quase únicos, dos encontros e rápidos casamentos. Segundo ainda ideias populares, o “matuto” só casava quando tinha uma roupa domingueira, um cavalo para começo de vida e uma modesta casa de palha. Pedir a mão da moça antes de ter essas coisas seria receber um não na certa, mesmo porque o “matuto” não gostava de morar com outra família (cunhado ou sogra) (PRIORE e BASSANEZI, 2004).

Entre o grupo social mais pobre as visões do sentido do casamento têm que ser perscrutadas não em livros de memórias, em diários ou cartas. É através da oralidade transmitida nas canções, nos adágios, na literatura de cordel e pelos cantadores que se percebem alguns dos sentidos e representações do que era o casamento (PRIORE e BASSANEZI, 2004).

Um desses sentidos é o de ter se desprendido de um fardo ao casar as filhas, expresso pelos matutos no folclore piauiense (PRIORE e BASSANEZI, 2004):

Quando casou a primeira filha fez uma grande festa, quando casou a segunda deu uma festa ainda maior, casando a terceira, festejou o acontecido vários dias. Mas quando casou o primeiro filho, não fez nenhuma festa. Observando essa disparidade de proceder, o vizinho interpelou-o: - Cuma é, cumpade, não tem festa, não? - Cumpade, o caso agora num é de festa, não. Quando eu casei as três mininas festejei praque eu que dei a carga pros burro. Mas, agora não. Agora fui eu que dei o burro pra carga.

Diferentes características configuram como parte do universo masculino e feminino durante a história da humanidade. Em decorrência disso é que se tem formação de estereótipos, que tendem a fixar essas características como representativas desses grupos. Esses estereótipos, comumente, relacionam a figura masculina o atributo e poder, força e superioridade, ao passo que, a função feminina é concedida estereótipos de submissão, fragilidade e dependência (STREY, 1998; COLLING, 2004).

'*Casamento infantil*' é a definição internacional dada a todo casamento envolvendo uma menina ou menino com idade inferior a 18 anos. Na América Latina os casamentos infantis são, em sua maioria, informais e considerados consensuais, abrangendo diferentes níveis de agência por parte das meninas. Embora meninos e meninas vivenciem casamentos infantis, meninas são desproporcionalmente mais afetadas por esta prática. Esses casamentos frequentemente envolvem meninas na infância ou adolescência (ainda no início da puberdade) com homens muito mais velhos. O universo da agência das meninas, em alguns casamentos e relações de coabitação (morar junto) desafiam os pressupostos existentes sobre o casamento infantil. Essa agência precisa ser compreendida fundamentalmente no contexto das diferenças de poder e das escolhas limitadas disponíveis para as meninas. Na América Latina, os casamentos infantis tendem a diferir da natureza mais ritualizada e formal dessa prática em outros ambientes com altos níveis de prevalência (TAYLOR et. al, 2015).

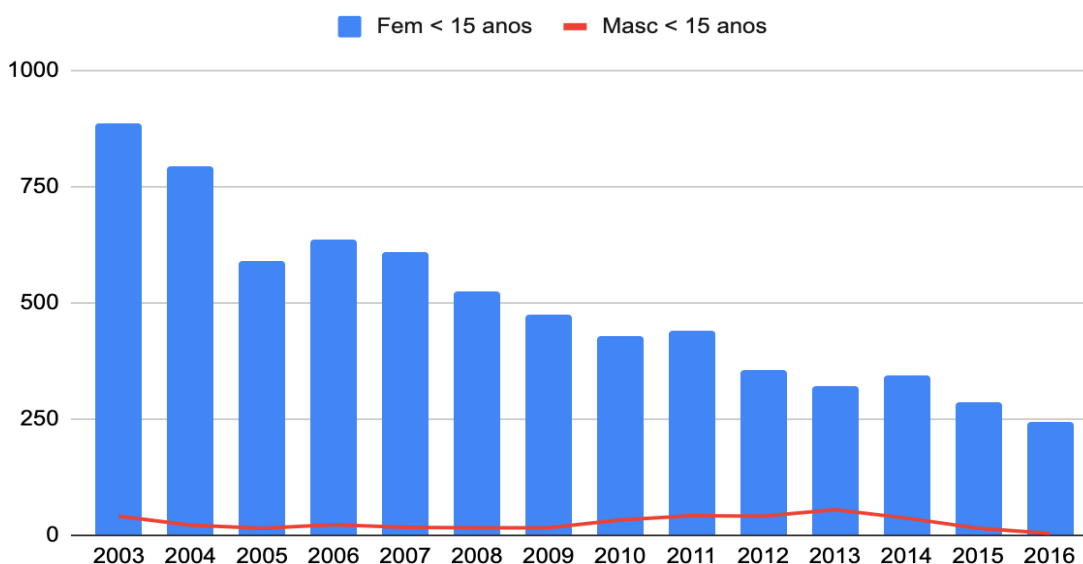
O Brasil se destaca em dados estatísticos sobre casamento na infância e adolescência, na América Central e América Latina. Estima-se que o Brasil ocupa o 4º no mundo em números de mulheres casadas até a idade de 15 anos, com 877 mil

mulheres com idades entre 20 e 24 anos que se casaram até os 15 anos (11%). O Brasil é também o quarto país em números absolutos de meninas casadas com idade inferior a 18: aproximadamente 3 milhões de mulheres com idades entre 20 e 24 anos casaram antes de 18 anos (36% do total de mulheres casadas nessa mesma faixa etária) (TAYLOR et. al, 2015). De acordo com o IBGE, pouco mais de 88 mil meninas e meninos (idades entre 10 e 14 anos) estão em uniões consensuais, civis e/ou religiosas, no Brasil (BRASIL 2010).

O IBGE aponta que 3,8% de homens com idades entre 15 e 19 anos e 23% dos homens com idade entre 20 e 24 anos se casaram em 2015, contra 12,6% de mulheres entre 15 e 19 anos e 37,5% entre 20 e 24 anos. Os homens atingem índices de 80% de união na faixa entre 50 e 60 anos, ao passo que as mulheres alcançam percentual de 70% entre 30 e 40 anos.

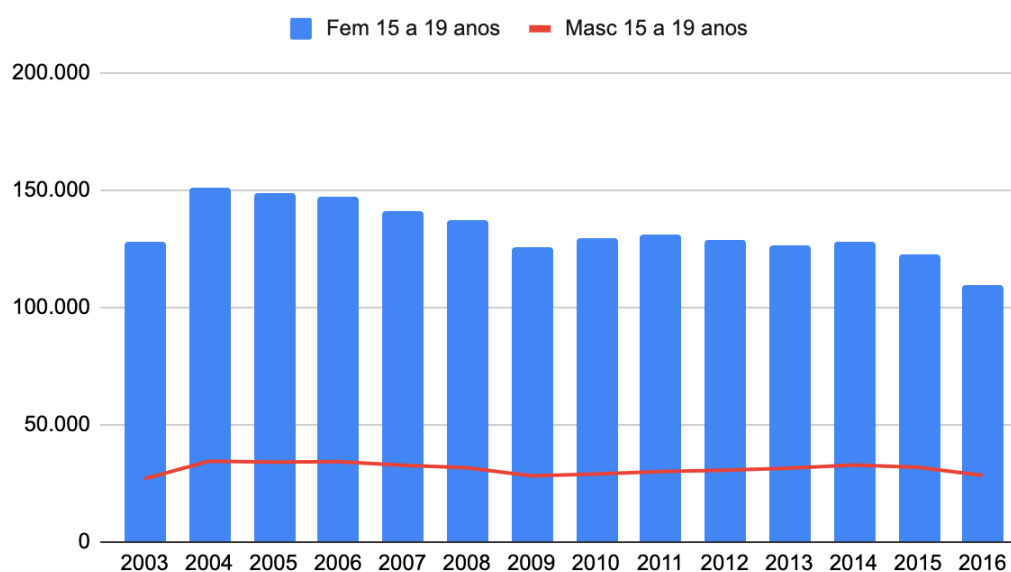
Os dados indicam a permanência dos casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes ao longo dos anos, bem como a desigualdade de sua ocorrência entre meninas e meninos. Entre as meninas com até 15 anos (conforme tabela), observa-se a tendência de retração, com uma redução de 884 casos em 2003 para 244 casos em 2016. Provavelmente, a legislação acerca de estupro de vulnerável tenha impactado nessa redução. Já para os meninos na mesma faixa etária não há retração, com aumento entre os anos de 2010 e 2014 e diminuição considerável em 2016.

Tabela 1 - Evolução do número de adolescentes >15 em casamentos e uniões precoces no Brasil



Fonte: IBGE/ Estatística de Registro Civil

Tabela 2 - Evolução do número de adolescentes em casamentos e uniões precoces no Brasil



Fonte: IBGE/ Estatística de Registro Civil

Entre as meninas com idades entre 15 e 19 anos, observa-se maior persistência nos números: há oscilações ao longo dos anos, mas sem indicação de decréscimo considerável. Entre os meninos de 15 a 19 anos, a situação é a mesma. Isso sugere que, não havendo intervenção específica sobre o fenômeno em termos de leis, políticas públicas e mobilização social, a prática tende a permanecer, impedindo o Brasil de melhorar sua posição no ranking mundial e cumprir com acordos internacionais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 5, meta 5.3 – eliminar o casamento infantil) (tabela 4).

O casamento infantil no país aparenta estar inserido pelas interseccionalidades⁴ de gênero, raça e classe social. Nogueira (2017) afirma que estes seriam os marcadores que, interseccionados, caracterizam relações de poder triplamente opressivas. Ou, “as relações de gênero assumem um padrão exacerbado em associação com a pobreza, tanto pela herança tradicional, quanto pela falta de alternativas - econômicas, sobretudo – para a mulher que deseja libertar-se da tutela familiar” (DUQUE-ARRAZOLA, 1997, p. 393).

A prática do casamento infantil é costumeira no estado do Pernambuco (estado de 3 das nossas 4 entrevistadas), em municípios do interior e até em comunidades periféricas da Região Metropolitana, na qual a união não é percebida com estranheza. O casamento, principalmente para mulheres em situação de vulnerabilidade, é culturalmente sinônimo de seguridade financeira e até mesmo de sobrevivência (PRADO, 2020). Dados da instituição Girls Not Brides (GNB) revelam que garotas de classe social com menor condição econômica têm chances três vezes maiores de casar antes dos 18 anos do que garotas de famílias com maior nível econômico (GNB, 2020 apud PRADO, 2020).

Schaaf (2003) sinaliza que as mulheres rurais encaram solidão, ausência de contatos sociais, trabalho rotineiro, dupla jornada de trabalho, doença, difícil relacionamento com o marido e pobreza constantes. Estas características levam, inclusive, ao adoecimento. Exemplos extremos são os maus-tratos e outras formas de violência, que, nos espaços rurais, são mais difíceis de perceber pelo isolamento das casas.

A ausência de atenção continuada e carência de rede de apoio, em conjunto, configuram caminhos (des)privilegiados de continuidade do desamparo e violações de direitos. Ao se manifestarem na relação profundamente gendrada e sexista que configura, via de regra, o casamento infantil, são tomadas sem estranhamento pelas meninas esposas. Isso acaba por fomentar, destarte, destinos de violências

⁴ A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (Bilge, 2009, p. 70).

domésticas invisíveis às meninas, à comunidade e ao Estado (LOYOLA e VEIGA, 2020).

4.2.2.2 Dificuldades e/ou impossibilidade de estudar

No século XIX no sertão nordestino, a mulher de elite com um mínimo grau de instrução estava restrita à esfera do espaço privado, pois a ela não se concedia a categoria pública do mundo econômico, político, social e cultural. A mulher não era considerada como cidadã política. Muitas moças de famílias poderosas nasceram, cresceram, casaram e, usualmente, morreram nas fazendas de gado. Não estudaram as primeiras letras nas escolas particulares dirigidas por sacerdotes e não foram enviadas às cidades capitais, como ocorria com os rapazes de sua classe social. Raramente aprenderam a ler e, quando o fizeram, foi com professores particulares, contratados pelos pais para ensinar em casa. Muitas aprenderam meramente a assinar o nome e/ou conheceram as primeiras letras. Em contrapartida seus irmãos e primos do sexo masculino aprendiam a ler, recebiam noções de grego, aprendiam ciências naturais, filosofia, geografia e francês, enquanto elas aprendiam a arte de bordar em branco, o crochê, o matiz, a costura e a música (PRIORE e BASSANEZI, 2004).

Taylor et al. (2015) salientam que o casamento infantil amiudamente acontece em territórios com menor acesso à educação e oportunidades de emprego para mulheres e meninas, e com altos índices de violência de gênero. Grande parte das meninas esposas pertence a classes sociais mais vulneráveis, nas quais o insucesso de um ano de estudo não é entendido como problemática, como seria em outros grupos sociais (HEILBORN, 1997).

Socorro (63 anos) que viveu um casamento infantil e dificuldades para estudar nos faz o seguinte relato:

A minha mãe não sabia nem fazer o nome, mas como eu estava na escola, tinha que fugir pra ir na escola, meu pai não deixava ir pra escola, porque tinha que trabalhar, né? Depois do almoço ele ia dar um cochilinho, minha mãe falava: olha, seu pai foi dar um cochilo! Eu ir pra escola. E a noite também acompanhava meus irmãos que pra escola, *mobra*⁵, naquela época

⁵ O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi criado como fundação em dezembro de 1967, pela Lei nº 5.379. Vinculado ao ministério da educação, ele tinha por objetivo ocupar os espaços de alfabetização e educação de adultos anteriormente preenchidos por programas ligados

era *mobral*. E eu ainda consegui ensinar meu pai a fazer o nome. Meu pai era o único que fazia o nome, minha mãe não! Só o nome ele conseguiu fazer, e aí eu sinto orgulho por isso! Por mais que eu insistisse com a minha mãe, não funcionou. O meu pai foi em frente. Meus irmãos não estudaram muito não. Largaram o *mobral* também, e aprenderam aí sozinhos. Eles todos aprenderam aqui: revista, jornal, aprenderam na raça, eles não foram pra escola, só eu fui.

Percebe-se na fala da nossa entrevistada a tentativa da mãe ajudá-la a estudar, o pai proibia. Apesar de toda a dificuldade estabelecida pelo pai, Socorro se orgulha de ter conseguido ensinar ao pai escrever o próprio nome, mas lamenta o fracasso da mãe. Para Marques, Teixeira e Gonçalves (2020) os obstáculos enfrentados pelas mulheres rurais são explicados por algumas vertentes, há aqueles que se explicam tanto pela vertente do patriarcado como da divisão sexual do trabalho e da teoria de gênero. Por essas múltiplas vertentes, salienta-se que as mulheres nos espaços rurais ainda vivem, diariamente, conforme evidencia Saffioti (1992), a força da cultura machista, sexista e patriarcal, reafirmada pela formação doméstica que as impoe na família, concretizada por intermédio da cultura, das tradições e da segregação sexual do trabalho, e enfrentada nas relações. De acordo com Siqueira (2014), nas relações familiares e comunitárias dessas mulheres, observa-se como a ordem de gênero patriarcal ainda rege e é mantida tanto por homens e mulheres.

Josefa (59 anos), ao ser perguntada sobre as maiores dificuldades enfrentadas na infância e adolescência, responde:

Eu acho que era de querer estudar e a gente nem tinha condições, porque tinha que trabalhar e só podia estudar à noite quem trabalhava ou tinha mais de 14 anos, e eu insistia muito em estudar e nessa brincadeira eu deleguei uns 4 anos até os 14 anos. Tentando, mas fazia a metade do primeiro, quando chegava... porque a idade não batia, né? Eu acho que essa foi minha maior dificuldade, as outras eram as coisas que todo mundo passa lá

Josefa ainda faz algumas comparações entre São Paulo, sua cidade de origem e sobre sonhos frustrados:

Acho que nada, acho que está igual. Provavelmente lá hoje é melhor do que aqui. As pessoas são mais estudadas, todos meus sobrinhos são formados,

aos movimentos sociais ou ao governo derrubado em 1964. Projeto condizente com a proposta ideológica do regime militar, o MOBREAL se propunha a alfabetizar 11.4 milhões de adultos até o ano de 1971. No entanto, a fundação começou a funcionar de fato somente em setembro de 1970, com recursos oriundos da Loteria Esportiva e do Imposto de Renda (BRASIL, 2019).

as minhas irmãs também, tudo tem uma vida melhor que a minha, porque lá cresceu mais do que aqui. Apesar de que eu acho que eu me acomodei. Eu não cresci, o bairro cresceu, as coisas melhoraram, mas eu me acomodei, eu sei que eu estou acomodada. Mas agora já não dá mais nem para correr atrás. Se eu quiser correr atrás, tudo bem. Mas acho que não tem mais essa necessidade! Porque eu não acho que eu estou velha, mas os anos pesam. Então, já acho que se eu fosse correr atrás de uma escola eu não conseguiria mais com tanta facilidade, porque eu fiz o fundamental à noite, quando eu fui pro médio, ainda fiz o primeiro, mas o segundo eu já não consegui porque a dez anos atrás a cabeça já não ajudava mais né, porque ainda tinha que trabalhar, né. Aí trabalhava, e estudava, cuidava de casa e de marido, porque meu marido é nordestino daqueles bem nordestino que se pegar algo do chão cai a cabeça, né, então eu não conseguia dar conta, aí eu comecei a ficar muito ruim. Aí eu creio que vai diminuindo a mente da gente, o raciocínio também vai diminuindo (...) o que queria ser nos estudos, eu queria ser psicóloga.

As mulheres rurais, de diferentes regiões do Brasil, em sua maioria tem dificuldade de se retirar do ambiente doméstico, em virtude das ocupações junto aos pais, mães, irmãos, maridos e aos filhos. De acordo com Cordeiro (2007), as pesquisas propendem a assinalar um modelo rígido e assimétrico das relações de gênero na área rural, mostrando que as mulheres são confinadas ao espaço da casa, do roçado e da comunidade onde moram e, neste sentido, defrontam-se com ordens morais de gênero que impõem duras restrições ao ir e vir das mesmas.

No contexto rural, o dia das mulheres aparenta ser ainda maior. Elas despertam muito cedo, geralmente às quatro horas da manhã, para cuidar dos afazeres domésticos, das crianças e do marido, além disso costumam trabalhar durante todo o dia no roçado e são as últimas a se recolherem (OLIVEIRA, 2006; SIQUEIRA, 2014). Acrescentada a essa jornada, muitas vezes, ainda se inclui a busca da água de consumo no poço/fonte cujo acesso se encontra a quilômetros, o que carece horas de caminhada (SOARES, 2009; SIQUEIRA, 2014). Toda essa rotina de trabalho tem pouco ou nenhum reconhecimento; sendo percebida, tantas vezes, apenas como uma "ajuda" aos homens.

Os modos de vida, experiências e lutas empreendidas pelas mulheres pobres dos espaços rurais traz compreensões que muitos desses elementos ajudam a entender o que incita, o que tenciona e o que mobiliza as mães de origem rural e seus filhas a traçarem para elas - as filhas - projetos de vida que as levam ao Ensino Superior. Mais que isso, ajuda a refletir sobre as forças sociais que negaram e

negam oportunidades para as mulheres rurais, de modo geral, ao mesmo tempo que criam outras condições para as jovens desta geração.

Todas as pesquisas com/sobre as mulheres rurais, embora denunciem uma realidade ainda marcada pela precariedade, ou mostrem “mulheres condicionadas pelos valores do mundo rural que as envolve emocional e culturalmente” (COSTA, 1998, p.13), revelam o papel das mesmas como protagonistas de processos sociais novos que configuram um rural que se constitui pela negociação, tensões, fissuras e disputa (ressignificação) em lutas pela igualdade e afirmação de diferenças de gênero. Dessa maneira, se os números mostram que as mulheres rurais acima de 15 anos apresentam uma média de escolarização de 4 anos, por exemplo, as jovens apresentam o dobro desses anos de estudo e têm sido cada vez mais frequente suas chegadas ao Ensino Superior (MARQUES, 2019). Por consequência, suas condições de vida e, especificamente de escolarização, mostram-se mais amplas que aquelas experimentadas pela geração de mulheres que são suas mães.

Esta constatação é explicitada em um diálogo de Bete, ao falar sobre o desejo que seus filhos estudassem:

Entrevistadora: E qual era seu sonho, quando você pensou em vir pra São Paulo, quais eram as expectativas?

Bete: Meu sonho era que meus filhos estudassem e fossem gente. Pra não ser aquela pessoa que eu fui da roça.

Entrevistadora: Então você acha que veio pra cá pensando neles?

Bete: Neles!

Entrevistadora: Porque você acha que vindo prá cá seria melhor pra eles?

Bete: Eu iria trabalhar e dar uma condição de vida melhor para eles, tanto na alimentação, como para eles poderem estudar, que lá era tudo mais difícil. E eu acho que valeu a pena o sofrimento. Valeu a pena, porque todo mundo estudou, minha filha hoje tem faculdade, mas ela não fez aqui, fez em Pernambuco, porque ela ficou aqui só um tempo, aí foi embora porque o noivo dela era de lá, casou, fez faculdade, hoje é professora. Então, se eu não tivesse trazido ela pra cá, pra ela começar aquele estudo, ter tido aquela força de vontade, acho que ela não teria feito isso não.

Um estudo do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) do Brasil aponta que meninas que possuem apenas o ensino primário têm duas vezes mais chances de se casar em relação àquelas que completaram o ensino médio ou superior. Em números, 30% da evasão escolar feminina está ligada ao casamento infantil.

Moura (2008) aponta que durante muito tempo, no contexto da cultura ocidental, a mulher era resumida a um objeto de manipulação e dominação, em atribuição dos valores estipulados pela cultura patriarcal, o que lhe custou uma determinada identidade de mulher. Para essa autora, o modo de organização patriarcal que prevaleceu ao longo da história fez com que a trajetória da mulher fosse contada e estabelecida pelos homens, por seus interesses, que acabaram por definir o seu papel como mãe e esposa.

Isabel, 69 anos, relata:

Eu nunca tinha estudado na minha vida! Meu sonho era estudar. Nunca tinha estudado, meu sonho era estudar porque eu queria ser médica. Queria ser médica da Cruz Vermelha. Acredita? Mas eu só fiquei assim depois da morte da minha mãe. Porque minha mãe morreu eu já tinha 14 anos, e depois de 14 anos eu comecei assistindo isso, eu fiquei apaixonada, eu queria estudar, mas meu pai não deixou. Meu pai não deixou de jeito nenhum eu estudar. Mas eu nunca deixei esse sonho. Aí, quando meus filhos tudo já tinham estudado, aí apareceu um grupo das meninas aí, que estavam dando aula. Mas só que tem uma coisa: eu aprendi a ler, primeiro, na minha bíblia (...) um dia eu ganhei uma bibliazinha assim (...) Aí eu queria aprender a ler, e eu perguntei pra um senhor. E ele me ensinou que a gente ia juntando as letrinhas, assim, e eu comecei a treinar, praticar. Aí comecei aprender a ler na bíblia. As meninas sabem quando eu fui lá eu já sabia ler, já sabia escrever, porque eu copiava. Copiava da bíblia. Aí ligaram lá pro colégio e eu estudei até a 8ª. Aí, de lá eu fui pra escola do Pastor, aí eu fiz o ensino médio. Terminei o ensino médio lá. Aí eu fiquei feliz, porque pelo menos eu sei ler, sei escrever, porque eu queria passear, mas não sabia o nome de um ônibus, de uma rua, não sabe nada! É horrroso, é terrível!

O programa de estudos destinado às meninas era bem diferente do direcionado aos meninos, e mesmo nas matérias comuns, ministradas separadamente, o aprendizado delas limitava-se ao mínimo, de forma ligeira, leve. Só as que mais tarde seriam destinadas ao convento aprendiam latim e música; as demais restringiam-se ao que interessava ao funcionamento do futuro lar: ler, escrever, contar, coser e bordar. No conjunto, o projeto educacional destacava a realização das meninas pelo casamento, tornando-as hábeis na arte de prender a seus maridos e filhos aguçando seu *instinto feminino* na velha prática da sedução, do encanto (PRIORE e BASSANEZI, 2004).

Na contramão de tudo que envolve/envolveu as dificuldades das mulheres nordestinas - e da zona rural - estudar, temos uma sociedade centrada na educação

formal, em que o nível de escolaridade se relaciona a melhores oportunidades de emprego, salário e mobilidade social (SCHWAAB et al., 2017). Como por exemplo, no grau em que a renda é uma função crescente do nível educacional, quanto maior for a desigualdade educacional, mais elevada será a desigualdade de renda. Importantetambém, observar a questão da valoração pelo mercado de trabalho da educação em cada região, pois quanto mais sensível for a remuneração à variável educação, maior será a desigualdade refletida na distribuição de renda nesta região, conforme houver a desigualdade educacional (SCHWAAB,CERETTA e DUTRA, 2017).

4.2.2.3 Vivências de perdas e luto

Para que possamos interpretar a formação da subjetividade dos seres humanos temos de nos atentar às suas condições, culturas e realidades. O ser humano é formado sócio-historicamente e paralelamente se constrói (MOREIRA e CAVALCANTE, 2008).

O social não tem de ser posto como externo tratando-se de um indivíduo, mas sim na origem e desenvolvimento de sua subjetividade. Desta maneira o contexto construtor e construído da mulher não deve ser nulo e a subjetividade humana não pode ser vista como universalmente compartilhada. A forma como enfrentam-se as diversas situações da vida, está relacionada tanto à história individual quanto à história do povo. Na história do sertão nordestino encontramos acontecimentos, eventos e movimentos como a seca, o cangaço, o êxodo, a miséria, a crença e o messianismo que o colocam frente ao dever de significar e dar sentido à vida e à morte de uma maneira específica pertinente a seus vividos (REY, 2004).

A constante exposição às transformações é experiência particular da mulher do sertão. Mudanças vêm ligada a processos de perdas e seus consequentes trabalhos de luto. O ser humano está e é suscetível a deparar-se diariamente com a variação entre o ganhar e o perder. E é, prematuramente e constantemente colocado de frente à limitação, desde seu processo de formação como povo, até sua história pessoal (VERAS, 2009).

Corroborando com o descrito, algumas vezes sem ao menos serem perguntadas as histórias de perda e luto sobressaltam as falas das mulheres, indicando até uma normalidade:

Entrevistadora: Quantos filhos você tem?

Josefa: Tive 5

Josefa: 3 vivos.

Josefa prossegue ao falar dos irmãos:

Eu ainda tenho 7. Somos 8 vivos ainda, minha mãe teve 10 filhos, meu pai e ela são pernambucanos (...) mas praticamente nosso nascimento, que lá tinha mania de só registrar os filhos depois de “tudo grande”. Eu e meus três irmãos mais velhos nascemos lá em Fátima também, e os outros nasceram em Arcoverde, nós somos todos registrados em Arcoverde, os dez.

Uma das situações que provavelmente tem mais poder na exposição às limitações pela qual passa o sertanejo é a seca. A seca não é um acontecimento exclusivamente climático e natural, sua significação e repercussões são amplificadas de fatores sociais, econômicos e políticos. Sucederam seis grandes secas durante o século X e, no século XVIII, sete, de potência maior ainda. A definição da seca do ano de 1792 remete a uma imagem horripilante: *“As estradas juncadas de cadáveres, famílias inteiras mortas de fome e sede, e envolvidas no pó dos campos”* (VILLA, 2000). Era normal, depois de uma seca intensa, o surgimento de doenças e pestes, como no ano de 1794, cenário onde surgiram gafanhotos, cascavéis e ratos, quando faleceu quase um terço da população da então capitania de Pernambuco (VILLA, 2000).

O aspecto social da seca deve ser evidenciado para captar mais um fator que faz parte da rede de vivências de exclusão, pobreza e falta no sertão. A afirmativa de Freire (2005, p.197): “Não há vida sem morte, como não há morte sem vida, mas há também uma ‘morte em vida’. E a ‘morte em vida’ é exatamente a vida proibida de ser vida”, leva a reflexão sobre as dessemelhanças entre vivenciar a certeza da morte como um processo natural, ao qual todo ser humano está sujeito, e a maior exposição a perdas definidas por modelos econômicos e sociais revelados ao longo da história do Brasil colonizado e, atualmente, autocolonizador. Processo que, ao desprezar suas origens, pode se tornar autofágico.

Um tema fundamental na história do sertanejo, que tem uma relação direta com a maneira como se percebe a finitude, é a “transitoriedade”. O caráter de transitoriedade destaca-se desde os ciclos de seca e chuva, nos quais as famílias convivem com o perder e ganhar intermitentes. No decorrer dos tempos de crise, é comum que as pessoas afirmem terem “perdido tudo” ou “perdido tudo, de novo”. As perdas frequentes constroem uma sensação de eternidade.

Fica perceptível no relato da Socorro e Isabel, quando falam sobre os irmãos, a relação direta com a finitude e transitoriedade:

Socorro: Bom, meu pai também é nordestino e nasceu também no município de São Caetano. Meu pai trabalhava em fazendas, nós somos em nove irmãos, alguns já foram, mas somos 9.

Isabel: Tinha um monte. Eram 8 comigo, que se criaram, mas morreram dois. Se criaram tudo, casaram tudo, tiveram filhos, fora dois.

Não é atributo apenas da mulher nordestina o caráter transitório da vida. Na verdade, essa é uma particularidade que podemos classificar como natural de todos os seres vivos. O que não é natural, mas sim desenvolvido sócio-historicamente, é a maneira como cada povo ou indivíduo é exposto e vivencia esse padecimento da vida. Os ataques sociais e morais também são significativos. Mais uma vez coloca o sujeito diante da mediocrização da sua vida ou morte, o que possivelmente afeta na sua visão de finitude.

Certas realidades aparentam ser essenciais nesse entendimento: a problemática da fome, os problemas ligados à terra (latifúndio, falta de reforma agrária), a desigualdade e a exclusão social, o escasso auxílio em saúde e educação, a expropriação do trabalho (incluindo o trabalho escravo) e o crescido índice de mortalidade proveniente da junção desses fatores e de outros mais. Inclusive o da violência doméstica, como dolorosamente relata Isabel ao falar da morte da sua mãe:

Isabel: Eu estava com 14 quando minha mãe morreu. Eu nunca tinha visto alguém morrer. Nunca ninguém falava de alguém ter morrido (...) Ela ficou doente porque ela estava de resguardo não sei de quantos dias. Aí o meu pai, como ele bebia muito, mas a gente não via ele bater nela, ele batia escondidinho lá no quarto, quando só estava ela. Aí socou ela, socou a barriga dela, e minha mãe gritou. A gente nunca ouvia. Eu só percebi uma coisa, eu sabia que era ele, ela era branca, bem grandona, quando eu ia pro rio com ela, eu via aquelas manchas roxas, sabe aquelas manchas roxas? E eu perguntava: mãe, que foi isso? Eu bati! Mas como a gente trabalhava na roça, lidava com cavalo, com tudo, eu não sabia! A casa da gente era casa

grande, tinha o quarto dela separado, nosso quarto separado... Aí, quando foi um dia, ela estava fraca, fraca, começou a cansar, cansar, eu perguntei: Mãe, o que você tem? Fia, eu tô doente! Aí, quando foi um dia ela surgia de nada comigo e falou: fia, vou te contar uma coisa, você fique sabendo que você vai ter uma responsabilidade dos seus sete irmãos, e da casa, dos cavalos, das cabras, você vai ter que trabalhar igual quando você trabalhava comigo, mas muito mais, dobrado. Dar comida pros seus irmãos, dar comida pros bichos, dar comida pra tudo. E outra coisa, eu vou morrer! Foi quando ela contou a história! Eu queria entrar dentro de um buraco. Parecia que tudo desmoronou em cima de mim. E aí foi minha época mais difícil.

O índice de mortalidade engloba fatores voltados para a saúde, violência, desigualdade e demais fatores relacionados. E segue alto e esse fato é utilizado como justificativa para famílias com diversos filhos e nos mostra que a probabilidade de morte de um deles, é tida como comum dentro da experiência destas famílias, diz assim: “quem tem três tem dois, quem tem dois tem um e quem tem um não tem nenhum”.

Socorro, 63 anos:

Entrevistadora: A senhora teve filhos?

Socorro: Tive.

Entrevistadora: Quantos?

Socorro: Eu não sei se eu conto o que tá vivo, ou se...

Entrevistadora: Conta todos!

Socorro: Todos, né? Três, só tem um vivo. Só tenho a minha filha. Morreram dois, mas eu tive, né?

Clarisse Lispector (1998) referenciou esse cenário ao criar uma personagem cuja mãe “Macábea” fez uma promessa à Nossa Senhora da Boa Morte que se a filha sobrevivesse, ela colocaria esse nome depois que a menina completasse um ano de idade e até deixaria a filha sem nome. A mãe, ao não colocar nome em sua filha estaria se protegendo de criar um vínculo maior que poderia gerar um sofrimento maior caso a menina viesse a morrer.

Diante a todos os enfrentamentos e particularidades do ser sertanejo, uma característica que merece destaque é a capacidade desse povo de se reerguer frente a perdas, assim como a seca presente na região, que seca após seca se

restabelece novamente. O sertanejo se adapta da sua forma, no seu tempo a estruturação de suas perdas e recupera suas possibilidades. Enfim: "O sertanejo é antes de tudo um forte" (CUNHA, 1902-2007).

4.3 Chegada no bairro, percepções e interações sociais

4.3.1 Sonhos e motivações para migrar para São Paulo (dificuldades e percepções);

Os motivos de migração poucas vezes são abordados em pesquisas amostrais no país, embora presente em alguns estudos de natureza qualitativa. As razões pessoais de migração foram apresentadas em raras oportunidades; e existem duas possíveis causas para esse fato. Em uma há a dominância de modelos, abordagens e teorias interpretativas do fenômeno migratório como resultado dos desequilíbrios regionais dos fatores de produção (em especial, do trabalho). Noutra, há a regularidade empírica do padrão etário dos migrantes (jovens, sobretudo homens de 15 a 29 anos de idade) (OLIVEIRA e JANNUZZI, 2005).

O enfoque neoclássico propõe que os indivíduos migrariam em busca de trabalho, melhores oportunidades e salários, sucedendo um cálculo racional-econômico para a escolha do destino. Enquanto a abordagem histórico-estruturalista indica que a formação dos fluxos de migrantes decorreria das necessidades e ditames do desenvolvimento econômico capitalista no país. Seja qual for o ponto de vista, os motivos da migração empreendida – pessoal ou compulsoriamente – seriam os relacionados ao trabalho; e os protagonistas do processo, jovens em pleno potencial produtivo (OLIVEIRA e JANNUZZI, 2005).

Entrevistadora: E com qual idade você veio morar em São Paulo?

Bete: Primeiro eu vim aqui em 86. Fiquei só 1 ano e 2 meses. Aí eu não gostei, voltei pra lá. Porque eu tinha deixado casa mobiliada na roça, muita roça, muita mandioca. Eu fiquei lá 5 anos. Aí teve a seca, seca mesmo de não ter nada, só a terra. Aí meu marido resolveu vir prá cá, ficou uns dois meses arrumou emprego, aí eu vim. Vendi tudo que tinha lá, casa com as coisas, e vim prá cá. Morei na casa da minha irmã 15 dias, aí alugamos dois cômodos, fomos morar, aí eu arrumei emprego também, e a vida foi mudando, foi melhorando. Aí depois eu já consegui esta casinha, que eu larguei pra lá uma casarona, bem grande, consegui esta casinha, e eu

sempre trabalhando, graças a Deus eu me sinto hoje rica, pelo que eu passei, eu me acho melhor.

As migrações de mulheres sempre estiveram à margem dos estudos sociológicos. O papel assumido por muitos pesquisadores foi de que a mulher era meramente uma companheira nesse processo migratório, sem autonomia. Por muito tempo, as migrações masculinas ditaram as tendências teóricas e incluíram as mulheres apenas como cônjuge (FARIA, 2017).

Josefa: Eu vim naquela época... tinha uns parentes nossos que traziam as moças pra aqui pra trabalhar em casa de família. Geralmente a família mandava o dinheiro pra passagem, naquela época era muito cara, e a gente vinha! Eu vim trabalhar numa casa de família!

Pacecca e Courtis (2013) perceberam a inclusão da feminização às correntes migratórias a partir da década de 50 e 60, e a partir de uma nitida tendência em nível mundial de incorporar gênero nas teorias da migração internacional, adotando a variável “mulher” e a exploração dos modos como o gênero incide sobre a multiplicidade de fatores que estão em jogo no fenômeno migratório.

O gênero está profundamente entranhado na determinação de quem se muda, como essas mudanças acontecem e os resultados futuros das mulheres e famílias migrantes (BOYD, GRIECO, 2003). A tentativa ao aglutinar os marcadores de diferenças por sexo e as relações de gênero a contextos migratórios internos deve se ater para além das descrições das diferenças entre homens e mulheres. Peres (2009) aponta que as teorias de migração avançam no sentido de compreender as experiências das mulheres migrantes em esferas específicas – família, domicílio, mercado de trabalho.

Estão imbuídos neste processo pontos importantes para pensar as interseccionalidades, presentes em constantes mudanças, sejam através dos papéis de gênero, as redes estratégicas de migração e a conseqüente inserção em mercados de trabalho atrelados à função dos migrantes. E quando se pensa no segmento feminino essas estruturas provocam profundas transformações (FARIA, 2017).

Josefa (59 anos), pernambucana, Isabel (69 anos), alagoana, ao serem perguntadas por quais eram os seus sonhos e suas expectativas ao se mudarem para São Paulo, respondem, respectivamente:

Josefa: Trabalhar, ganhar dinheiro e buscar a minha família prá morar aqui!

Isabel: A minha primeira expectativa, eu casei, fui lá na cidade, fiquei mais 14 anos morando em sítio, não gosto de cidade, só gosto do campo, não gosto de cheiro de gasolina, não gosto de carro, prefiro o barulho dos bichos. Não gosto de cidade. Aí o que é que faz, quando eu estava com meu pai, também ele morreu depois, que eu já estava casada e morava lá, aí eu tive este que está aqui e o outro com dois anos depois. Aí meu pai pegou a nossa terra, arrendou, escondido de mim que ele sabia que eu não deixava, era um sítio maravilhoso, tinha tudo de bom naquele sítio, tudo que tinha ali eu via a mão da minha mãe em cada coisa. Nunca, jamais eu venderia aquele lugar. Aí ele escondido, mais meus três irmãos homens, as mulheres não tinham vez, mulher naquela época não tinha voz ativa prá nada.

O Nordeste brasileiro tem-se caracterizado como uma área de intensos fluxos emigratórios. No cerne desses movimentos podem ser localizados alguns fatores historicamente conhecidos, como a estagnação econômica, as mais diversas manifestações de desigualdades sociais, sobretudo os elevados níveis de desemprego nas áreas urbanas da região.

Isabel: (...) Aí eu deixei minha casa na cidade e vim prá São Paulo, só por uma coisa: eu ouvi dizer que aqui era bom prá trabalhar, prá ganhar dinheiro, então eu vim prá comprar minha terra de volta. Tá ainda no meu sonho. Comprar minha casa de volta. E era tudo mentira. Achei foi enchente, foi dificuldade, achei foi tudo com meus quatro filhos pequenos, que lutei prá chuchu, prá trabalhar, dar comida prá eles, prá por na escola, que eu não queria que nenhum deles ficasse sem estudar.

Entrevistadora: E a senhora já tinha gente aqui, conhecidos...

Isabel: Tinha duas irmãs. Elas que mentiram prá mim, e quando eu cheguei aqui, ó: sumiram! Até hoje. E eu fui me virar só com a coragem. Eu sei que Deus me deu muita força, muita coragem que eu sei que foi ele, que ele cuidou de mim desde que eu estava no ventre da minha mãe, depois cuidou de mim mesmo que eu não soubesse, me deu força, me deu coragem, saúde, para eu cuidar dos meus irmãos, cuidar dos meus filhos, cuidar do marido, e cuidar da dificuldade que eu tive aqui. Nunca tinha tido na minha vida, desde que minha mãe morreu e eu fiquei cuidando dos meus irmãos, eu tive tanta tristeza e tanta dificuldade quanto eu tive aqui em São Paulo.

Você já pensou estar na sua casa dormindo, quando chegar meia-noite, de madrugada, você acordar com suas coisas boiando assim? Todo mundo boiando dentro da água? Eu nunca tinha visto na minha vida. Eu fiquei tão desesperada que eu fui parar num hospital chamado antigo Matarazzo.

As transformações na estrutura produtiva brasileira e as novas configurações do desenvolvimento regional que se delineiam a partir da década de 1970 ambientam importantes modificações na dinâmica migratória nordestina. O processo de desconcentração econômica, amparado pelas políticas de incentivo ao investimento industrial no Nordeste, influencia o comportamento da migração nordestina na década de 1980, onde se destacam os fluxos de retorno (CUNHA e BAENINGER, 2000). Na década de 1990, a migração originada do Nordeste reaquece o comportamento do período que se estende até os anos de 1970, no qual se destacam os fluxos para o Sudeste e Centro-Oeste, sendo que essa retomada ocorre ao mesmo tempo em que a migração de retorno à região também intensifica os seus fluxos, constituindo, assim, uma novidade revelada pelo Censo Demográfico 2000 (OLIVEIRA, 2003).

Nesse contexto, cumpre mencionar os reflexos das políticas públicas de planejamento urbano e regional, encetadas na região a partir da década de 1970, que visavam a estruturar as cidades médias de forma que elas atuassem na redução das disparidades regionais através da interiorização do desenvolvimento e que absorvessem parte dos fluxos migratórios que se destinam às metrópoles (AMORIM FILHO; SERRA, 2001). A estruturação desses centros contou com um célere processo de expansão de conjuntos habitacionais, cujas unidades financiadas pelo governo certamente acabaram atraindo migrantes internos e os de retorno. O caráter seletivo dos investimentos nos setores não-tradicionais (química, metalurgia, minerais não-metálicos, papel e celulose) impôs à região uma feição diferente daquela caracteristicamente produtora de bens de consumo não-duráveis (cana-de-açúcar, algodão). Tal seletividade também teve rebatimentos no espaço nordestino devido à tendência de o movimento de industrialização convergir para as áreas que apresassem certos atributos (tamanho populacional, capacidade de articulação com outros centros de hierarquias distintas, etc.). Ao longo dessas décadas, tais modificações fazem surgir novas configurações regionais, de que são

exemplo os espaços produtivos modernos como o complexo petroquímico de Camaçari (BA), o pólo têxtil e de confecções de Fortaleza (CE), o complexo minero-metalúrgico de Carajás (MA), o pólo agroindustrial de Petrolina (PE)/Juazeiro(BA), a fruticultura do Rio Grande do Norte e a pecuária intensiva no Agreste pernambucano (ARAÚJO, 2000).

Quando se trata de migração interna o tema está ainda pouco estudado. Sempre se recorre aos estudos de migração internacional, embora para Morales (2004) as fontes de informação sobre migração internacional são heterogêneas e não captam a totalidade das múltiplas dimensões do fenômeno. Uma das dimensões de gênero refere-se à variável quantitativa de sexo (número de homens, mulheres migrantes). Se gênero é uma construção social que organiza as relações entre homens e mulheres, gênero atravessa e condiciona todos os aspectos da vida social, configurando de maneira diferente as experiências migratórias de cada sexo. Deste modo, a migração desconhece a contribuição da mulher para a economia, política e a vida social.

Neste sentido, Lisboa (2007) ressalta a importância de considerarmos a perspectiva de gênero nas migrações, ou seja, levar em conta que os fatores que originam e estimulam a migração de homens e mulheres são diferentes.

Na visão de Sertório e Santos (2012) o gênero é analisado como um princípio classificatório que atravessa o movimento migratório e que, juntamente com outras categorias como “classe”, “geração” e “etnia”, configura as oportunidades de mulheres e homens migrantes. O processo migratório funciona muitas vezes como um elemento fundamental para a rearticulação das relações familiares e de gênero.

Logo, ao pensar na migração feminina e sua interconexão com a esfera do trabalho, pode-se perceber que é o trabalho doméstico um dos alvos adotado pelas mulheres migrantes para se ingressarem no mercado de trabalho e com isso garantir sua reprodução da vida e assim serem sujeitos do seu curso de vida e de suas trajetórias.

Para Tavares (2005), pela falta de opção de trabalho para as jovens nas pequenas cidades de onde vieram, as migrações do emprego doméstico passam de

temporárias a definitivas. O trabalho doméstico de jovens é uma realidade mundial, segundo Félix (2010), praticado especialmente em países de Terceiro mundo, por se tratar de atividade de fácil inserção no trabalho precoce e que serve de porta de acesso ao trabalho, principalmente às jovens migrantes do interior que não encontram trabalho em sua região.

A partir dessa perspectiva, os itens “busca por trabalho” e “acesso a serviços sociais” deveriam figurar entre as principais motivações declaradas para a migração. Não é o que aponta o levantamento de motivos de migração da PNAD (2001) no Brasil, o que poderia ser encarado, à primeira vista, como uma evidência a contraditar premissas tão caras à pesquisa na área. De fato, o motivo “acompanhar a família” é o mais mencionado, por mais da metade dos migrantes entrevistados, seguido de motivos relacionados ao trabalho, apontado por pouco menos de um quarto dos entrevistados como a principal razão do último deslocamento no país. Motivos relacionados ao custo da moradia figuram como o terceiro item mais importante para migração, sendo mencionado por 10% dos migrantes. Migrações motivadas por estudo ou por questões de saúde são muito menos frequentes no país (2,9 % e 1,6% dos respondentes, respectivamente).

4.3.2 Chegada ao bairro Novo Recreio e o sonho da casa própria

Possuir um teto para se abrigar da chuva, do frio, do sol ou de qualquer outra intempérie é a primeira, mas não a única razão que leva o ser humano a construir suas casas. O cenário onde se manifestam as relações sociais privadas seja qual for a composição familiar, é a casa. Assim, ela é carregada de conteúdos simbólicos que fazem parte do arcabouço cultural de uma sociedade.

No Brasil, existe uma convicção cultural de que para se ter estabilidade na economia doméstica é necessário comprar a casa própria. Por centenas de anos essa crença foi e ainda é mantida. Ter a própria casa é um objetivo, uma meta a ser atingida. Juntamente com essa ideia, na literatura sobre urbanismo, a casa própria é classificada como explicação principal para o entendimento do processo de urbanização no país ao longo do século XX, sendo uma opção essencial para a

solução do problema da habitação popular, especialmente por meio da autoconstrução em loteamento suburbanos, oficiais ou ilegais (BARONE, 2020).

Josefa e Socorro ao serem questionadas sobre o motivo de irem morar no Novo Recreio, afirmam:

Entrevistadora: E por que a senhora veio morar aqui no Novo Recreio? Quando a senhora chegou a senhora já veio prá cá?

Josefa: Não! Eu morei no Cambuci, numa casa de família, depois eu morei na Vila Matilde. Aí eu voltei pra lá, fiquei quatro anos lá, aí em 86 eu vim prá cá de novo, eu vim aqui pra Guarulhos, que eu não conhecia Guarulhos até 86. Aí morei dois anos no Gopouva e morei dez na Vila São Rafael. Eu vim pra aqui porque seu pagava aluguel, água e luz e estava ficando muito alto e eu não tinha condições, a gente tinha vontade de comprar um terreno e não tinha condições. Aí depois a gente foi se apertando, tinha um colega que chegou aqui primeiro, e eu vim acho que em 2004, 2005 mais ou menos, aí eu ouvi falar disto aqui, aí eu comecei a vir, participei das reuniões, mas era aquela vontade de vir sem vontade, porque achava muito difícil, só tinha ônibus lá na Chiquinha, aí eu não queria vir, aí meu marido começou a insistir, fez um barraco lá atrás e eu achei melhor vir. Estamos aqui, até hoje!

Entrevistadora: Então poderíamos dizer que a senhora veio pelo sonho da casa própria? De ter alguma coisa sua?

Josefa: Sim!

Entrevistadora: Dona Socorro, por que a senhora veio morar aqui no Novo Recreio?

Socorro: A gente pagou muito aluguel, sofreu muito aqui, pagando aluguel. Cada ano a gente mudava de uma casa, porque vinha o aumento, e o aluguel era um absurdo! Eu falei: não, não, tem que dar um jeito. Aí, tem umas pessoas que moravam lá, pessoas não eram muito certas mas não desrespeitavam a gente, faziam os erros deles prá lá, umas mulheres meio tortas. Aí elas falaram assim: Dona Socorro tem uma ocupação em tal lugar. Vamos lá? Eu falei: vamos, não tenho nada a perder, mesmo. E através disso aí foi que eu vinha, ficava todo sábado e domingo em reunião, todo sábado, todo domingo, com fome, dinheiro no bolso mas não tinha o que comprar.

O discurso da "casa própria" foi algo novo, mas não restrito, da classe dominante. Ele surge também, nesse final dos anos 20, nos "bairros operários". No momento em que seus moradores passam a redefinir suas concepções de cidade e de habitação. Para as classes dominantes, a casa própria significava o elemento eficaz para a moralização e controle do trabalhador urbano; já para os operários, ela retrata uma questão de necessidade, sobretudo, de luta pelo direito de sobrevivência na cidade (BARONE, 2020).

A casa própria começa a substituir a moradia de aluguel tornando uma nova lógica ao processo de reprodução da força de trabalho. Explicar os elementos constitutivos da conformação periférica do município de Guarulhos cumpre condição indispensável para que a estrutura intra-urbana do município possa ser explorada em torno dos fatores espoliativos (KOMARICK, 1979) presente no espaço urbano do município.

Bete confirma a ideia da saída do aluguel:

Entrevistadora: Por que você veio morar aqui no novo recreio?

Bete: Porque onde eu morava eu pagava aluguel. Aí teve esta invasão aqui, todo mundo conseguiu um pedacinho. Eu trabalhava, faltei no serviço bem num domingo, perdi dois dias, aí eu vim ver também. Aí arrumei um pedacinho lá perto do (?) por ali, aquele rolo de pau no chão, cheio de eucalipto. Aí minha amiga tinha arrumado aqui, só que ela tinha um namorado, e o rapaz falou pra ela que se fosse pra ela morar aqui ele não queria mais ela, porque o carro não tinha como subir. Porque ali na Chiquinha, aquele pedaço do Zezinho não tinha asfalto. Aí ela falou pra mim: Aí, eu não quero esse terreno não, se tu quiser, pega pra você, porque eu não vou querer, porque meu namorado... Aí eu peguei! Já peguei umas madeirinhas. Aí meu namorado já folgava na segunda e na terça, aí já limpou um pouco, já organizou, e aí foi! Aí já saí do aluguel, já melhorou a situação.

Dona Izabel, reforça:

Juma: Dona Dilma, e por que que a senhora veio morar aqui no Novo Recreio?

Dilma: Vim morar no Novo Recreio porque meu marido ficou desempregado, a casa era alugada, que eu nunca tinha alugado casa, nem sabia o que era casa alugada. Não podia alugar casa se não tivesse trem. E eu trabalhava sozinha, pra alimentar meus quatro, escola deles, que prá mim tinha que estar tudo estudando, e eu não podia parar deles estudarem, porque o pai estava desempregado.

Guarulhos está inteiramente dividida em seu espaço intra-urbano, uma vez que a instalação do Aeroporto Internacional determinou de maneira resistente a desintegração do espaço urbano do município. A periferia distanciou-se em seus

limites espaciais conformando-se em áreas distintas das demais partes que forma a municipalidade (GAMA, 2009).

O anseio brasileiro da casa própria é reforçado pela determinação constitucional do direito de propriedade. Desde a Constituição imperial de 1824, a propriedade privada é um valor inviolável, o mais firme entre os direitos subjetivos. Algumas modificações substantivas no estatuto da propriedade foram implementadas constitucionalmente, sem abalar a sua centralidade.

A mais significativa delas talvez tenha sido a incorporação, em 1934, da função social da propriedade, limitando o direito de propriedade mediante o interesse social e coletivo, na forma da lei, mas sem ser regulamentada naquele momento. O direito perpétuo à propriedade, independentemente do uso, e sem possibilidade de perda pelo não uso, dava espaço à possibilidade da aplicação do instrumento da desapropriação por interesse público. Anteriormente, o dispositivo da desapropriação era aplicável somente na usucapião rural, nos casos de ocupação longeva das terras por usuários não proprietários (GAMA, 2009).

Seguindo o marco constitucional definidor da ordem jurídica nacional, as políticas públicas relacionadas ao direito à habitação têm sido elaboradas, sistematicamente, sob a orientação do princípio da posse do imóvel. Destacam-se os grandes marcos definidores da política pública de habitação brasileira, nas décadas de 1940 (Fundação da Casa Popular), 1960 (Banco Nacional da Habitação – BNH) e 2010 (Programa Minha Casa Minha Vida), todos fundamentados na aquisição imobiliária como modo de provisão predominante.

4.3.3 Como era o bairro quando você chegou?

A habitação nas cidades tem uma lógica perversa de distribuição de riscos que afeta desigualmente a população. No Brasil metropolitano abrange atualmente quatrocentos e treze municípios, vivendo quase setenta milhões de habitantes. As adversidades metropolitanas nos dias atuais é que as cidades criem as condições para assegurar uma qualidade de vida que possa ser considerada aceitável (JACOBI, 2006).

O território brasileiro foi marcado por intensas alterações no início do século XX, em especial o sudeste, na estrutura urbana das suas principais cidades. O crescimento da urbanização na cidade de São Paulo e também nos municípios situados nos arredores da capital são reflexos diretos do processo de urbanização, especialmente no planalto. É possível notarmos que o auge da industrialização no Brasil ocorreu no pós-guerra, alavancado eminentemente pela política desenvolvimentista de Vargas. Apesar disso, compreender a introdução da indústria na espacialidade de Guarulhos, presume uma investigação coesa em torno da industrialização na capital paulista, em razão do município ser o principal indutor da concentração industrial no planalto (GAMA, 2009).

O crescimento urbano da cidade de São Paulo sobrepujou os limites de sua espacialidade ocupando espaços dos municípios vizinhos, especialmente, Guarulhos. O fato dos municípios serem fronteiriços cooperou para que a espacialidade guarulhense fosse extremamente incorporada ao padrão periférico de capital, suscitando uma nova lógica de reprodução do espaço no município (GAMA, 2009).

A prática ambiental urbana têm grande complexidade, especialmente numa realidade heterogênea como a brasileira, em que as cidades convivem ao mesmo tempo com problemas típicos da pobreza - ocupações irregulares de áreas ambientalmente frágeis como encostas e áreas alagáveis, baixo índice de coleta e tratamento dos esgotos – e problemas referentes a altos padrões de vida e consumo - congestionamento de trânsito e poluição atmosférica por veículos, aumento do volume de resíduos sólidos (COSTA E BRAGA, 2004).

Maricato (1996 e 2002) considera que a ausência do poder público torna este espaço urbano locus de violação, por outro lado o processo de ocupação do solo urbano, sob as regras capitalistas de produção apropriação, vai delineando as desigualdades sociais nele contidas. Acrescenta ainda que há um grande desconhecimento da cidade concreta, ao mesmo tempo, em que há uma profunda separação entre a cidade real e a ordem legal, conseqüentemente o conflito.

Diante do exposto segue relatos que nos traz aspectos importantes de como era o bairro Novo Recreio no início de sua formação:

Entrevistadora: Como é que era o bairro quando a senhora chegou pra morar aqui?

Josefa: Tinham três casas. Não tinha água, não tinha luz, não tinha esgoto... Não tinha condução, a gente ia pegar ônibus lá na Chiquinha. Eu trabalhava lá no Jardim Brasil, então tinha que atravessar aquela parte de lá a pé.

Entrevistadora: E como era o bairro quando a senhora veio morar aqui? Como foi vir chegar aqui?

Socorro: Ah, tudo barro, né? Já começa da Chiquinha pra cá era tudo barro, barro vermelhão mesmo, aqui era tudo cheio de toco, cheio de pedra, mas era muita gente aqui, tudo desesperada atrás de um espaço prá fazer uma moradia, e aí a gente foi lutando, tinha um prefeito que já morreu, o Pasqual, e o povo fala que o Pasqual... a gente não quer comentar de política, né, mas a gente tem que comentar o assunto, prá você tirar fora o que você quer. Vê o que aproveita!

Entrevistadora: E como era o bairro quando você veio morar aqui.

Bete: Horrível! Não tinha luz, não tinha água, nós pegávamos água lá embaixo, numa mina, pegava água lá, mas demorou pouco tempo, logo colocaram água. E não tinha energia, era gato, uma hora tinha, outra não tinha. Mas com o tempo colocaram água, depois energia, telefone, depois linha de ônibus. Não é bem um ônibus de empresa, mas tem uns bicos.

Entrevistadora: É, como foi chegar aqui, o início?

Bete: Você quer dizer o início, quando eu comecei a fazer a casinha?

Entrevistadora: Sim!

Bete: Só era terra! Aqui não tinha caminho, era uma vereda. Tinha barro e pedra solto assim, quantas vezes eu não caí nessas ruas aqui. E era assim! Foi difícil, era difícil porque quantas vezes eu ia trabalhar, eu trabalhava no aeroporto, eu saía daqui meio-dia, ia lá prá Chiquinha, lá embaixo. Eu ia com um chinelo desse, e levava um pano molhado dentro de um saquinho, pra limpar o pé, limpar o chinelo, e lá botava o sapato. Porque eu entrava no ônibus só tinha barro do povo, pra poder chegar no serviço. Pra não ir suja, né?

Entrevistadora: A senhora falou antes, que quando veio morar aqui era horrível.

Bete: É, porque não tinha nada de benefício.

Guarulhos é o 12º município mais populoso do país e o segundo no Estado de São Paulo, sendo superado apenas pela Capital (IBGE, 2010). A população atual do município é de 1.222.357 habitantes, distribuídos em uma área de 318,01 Km (58% ocupados por áreas urbanas e 42% correspondentes à área rural), com densidade demográfica de 4.250,78 hab./km (SEADE, 2010). A cobertura florestal em Guarulhos corresponde a 32% de seu território, recobertos por mata nativa,

destacando-se o Núcleo Cabuçu do Parque Estadual da Cantareira (ANDRADE, 1999).

O Parque Estadual da Cantareira (PEC) é uma unidade de conservação criada pelo Decreto n. 41.626/63. Possui uma área de 7.916 hectares, 34% está localizado no de Guarulhos e está dividido em quatro núcleos: Pedra Grande, Engordador, Águas Claras e *Cabuçu* (HERLING, 2002).

O *Núcleo Cabuçu* está totalmente localizado no município de Guarulhos, possui área de 26,7 km² e foi objeto de acordo firmado entre o Instituto Florestal (IF), a Secretaria de Meio Ambiente do Município de Guarulhos e o Sistema Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) do mesmo município, aspirando proteger e conservar o Núcleo, para reativar a captação e armazenamento de água do Cabuçu com intuito de abastecimento de alguns bairros de Guarulhos.

A área que envolve o Núcleo Cabuçu do PEC foi definida pelo Projeto Cabuçu (OLIVEIRA et al, 2005) como Zona de Defesa (ZD). Atualmente, essa área foi definida pela Lei de Zoneamento de Guarulhos (GUARULHOS, 2007) como Área de Preservação Ambiental (APA) Cabuçu – Tanque Grande.

A Zona de Defesa (ZD), futura APA, possui aproximadamente 32,2 km e envolve áreas de ocupação urbana que, na sua maioria, correspondem a ocupações irregulares, invasões e/ou desmembramentos ilegais de lotes, que exercem pressão sobre esse núcleo. Para mais, dada a restrita aptidão do meio físico à ocupação urbana, em razão do relevo acidentado com altas declividades, suscetibilidade à erosão e movimentos de massa, muitas ocupações são inadequadas geoambientalmente, criando áreas de risco a escorregamentos (OLIVEIRA et al, 2005).

O avolumamento das ocupações ilegais e dos aglomerados subnormais no município de Guarulhos é consequência de um processo histórico de urbanização orientado por uma lógica expansiva, seletiva e excludente. E o efeito desta dinâmica é um espaço revelador de contradições, através do uso do solo, da justaposição entre riqueza e pobreza, da segregação estampada na paisagem, como é constatado nos loteamentos do Novo Recreio (UZAN, 2008).

O loteamento Novo Recreio, de acordo com o Censo 2000 e o estudo da Secretaria de Defesa Civil no município de Guarulhos (2004), corresponde a uma das áreas que apresentava maior número de pessoas em situação de risco de escorregamento (UZAN, 2008).

O risco de escorregamento torna-se menos significativo, quando para essa população o risco maior está em não ter onde morar, o risco de não ter uma renda suficiente para garantir a sua subsistência. Além disso, as riquezas naturais disponíveis nesses espaços, como a madeira, a pesca, nem sempre são meios de sobrevivência desta população. Usam a terra apenas para construir sua moradia, portanto esta pode não ser entendida apenas como sinônimo de riqueza e poder, mas sua posse também significa segurança na vida, significa "morar" (UZAN, 2008).

Esta maneira de ocupação, não se estabelece em simples ato de desrespeito à legislação urbanística e ambiental. Precede uma manifestação ou materialização da lógica excludente da produção das cidades capitalistas que longe de ser apenas o locus da produção, é ela própria espaço de lutas entre as classes sociais e objeto de acumulação de rendas e riquezas, pela ação do capital imobiliário e o Estado como mediador desta relação (UZAN, 2008).

As individualidades que configuraram a espacialidade no município de Guarulhos vão de encontro com o desenfreado crescimento urbano da capital, ordenado pelos altos índices de crescimento da população urbana, que a partir de 1950 começa a apresentar números cada vez mais altos em sua composição demográfica. Na década de 1940 a população total de Guarulhos era pouco mais de 13 mil habitantes distribuídos na área central e rural do município, já ao findar de cinco décadas a população ultrapassou os 800 mil habitantes (GAMA, 2009).

A formação do espaço periférico como meio de reprodução da força de trabalho e a preponderância da "Produção doméstica" na consolidação da periferia urbana no município de Guarulhos, fez-se eminentemente um espaço dedicado a acomodar a população operária. A proximidade entre o município guarulhense e a capital paulista, atuou como elemento propício para a expansão da periferia urbana na espacialidade do município guarulhense, fundamentalmente, em sua porção leste.

Entrevistadora: E qual é a sua visão hoje, do bairro? Como é que a senhora enxerga, o que que a senhora pensa, o que mudou?

Josefa: Ah, mudou muito, muita gente, a gente podia passar uma noite em paz, dormia até no meio da rua, porta aberta. Hoje a gente já não pode mais. Cresceu! É afastado, mas é igual uma cidade grande. Tudo o que você imaginar já tem. Tanto tem do bom como do pior. Acabou o nosso sossego. O nome da nossa rua que era do sossego, acabou-se! Hoje em dia a gente já tem que ficar de olho nas portas, não deixar as portas abertas, cuidado com as crianças por causa dos carros, naquele tempo a gente não tinha. Essa minha menina nós chegamos aqui ela tinha 18 anos. Ela descia essa rua aqui numa pet!

Nas periferias que situam-se as piores condições de vulnerabilidade social encontrando, por exemplo, alguns dos piores indicadores de segurança pública. A violência continua a ser um dos maiores problemas sociais enfrentados. As principais causas relacionadas a essa alta taxa de homicídios na região são o tráfico de drogas, o policiamento insuficiente e a alta concentração de população de baixa renda. Um aspecto importante da violência na região é o risco associado aos jovens. A periferia é o local da metrópole onde há a maior concentração da população jovem. Mais de 10% da população das áreas periféricas encontra-se entre os 15 e 19 anos de idade. E é nessas regiões onde o risco desses jovens serem vítimas de homicídio é maior. A probabilidade de um jovem vir a ser assassinado é quatro vezes maior nos bairros da periferia do que nos bairros centrais da cidade. É também na periferia onde o risco de um jovem se envolver com o crime é maior. Esse risco é medido pelo IVJ – Índice de Vulnerabilidade Juvenil, medido pela Fundação SEADE, e formulado a partir de variáveis como taxa de crescimento populacional, concentração de jovens entre os quinze e dezenove anos, taxa de mortalidade por homicídios, mães com idade entre catorze e dezessete anos, valor do rendimento do chefe de família e adolescentes que não freqüentam a escola. Um terço dos jovens da cidade de São Paulo vive em regiões de elevado risco de contágio pela violência urbana. Este risco se associa a outros e se consubstancia num quadro de problemas que afetam as regiões do município mais vulneráveis, e que mais necessitam a aplicação de recursos públicos para prevenir a violência e agregar capital social. Nesse contexto de desigualdade e exclusão, onde alguns bairros tornam-se referenciais de recordes de violência, que disseminados de forma dramática pelos meios de comunicação revelam as mazelas geradas pelo desemprego, o uso de drogas, o alcoolismo, a falta de equipamentos de lazer e

cultura. A realidade destes bairros é de uma crescente exposição à violência, de uma multiplicação de episódios de desagregação das famílias (JACOBI, 2006).

4.3.4 Semelhanças e diferenças do Novo Recreio e seu local de origem (água, alimento e energia);

O nexus ou nexo água-energia-alimento (Water – Energy – Food) é um conceito para referir-se à interconexão entre *três* dos mais importantes integrantes da sustentabilidade: água, energia e alimentos; e sua importante função na sustentabilidade urbana. Baseado no gerenciamento integrado, seus proponentes estimulam uma governança integrada ao planejamento, análise e tomada de decisões (CARVALHO; GIATTI; JACOBI, 2019).

Em um mundo hiperconectado, a principal premissa da abordagem do nexo é que os três componentes mencionados são cada vez mais interdependentes, com impactos em um setor afetando os outros. As relações entre água, energia e alimento podem ser definidas da seguinte forma: a água é necessária para a geração de energia; energia é necessária para o fornecimento de água; energia é necessária para produzir alimentos; a comida pode ser utilizada para produzir energia; a água é indispensável para cultivar alimentos, ao passo que o setor de alimentos usa água, usualmente através do uso de energia (STRINGER et al., 2014). Compreender e levar em consideração essas interdependências é vital para que as decisões alcancem objetivos econômicos, ambientais e sociais sustentáveis ligados com a resiliência urbana (HOFF, 2011).

A Conferência de Bonn (2011) sobre o nexo enfatizou a necessidade de entender este conceito para desenvolvimento de políticas, estratégias e investimentos para explorar sinergias e mitigar as compensações, além de aperfeiçoar a governança nos setores com a participação eficaz entre agências governamentais, setor privado, academia e sociedade civil (HOFF, 2011). Um processo de diálogo e participação de partes interessadas reúne diferentes

perspectivas e permite aos atores identificar conjuntamente soluções para o desenvolvimento sustentável.

A abordagem do nexo urbano (água, energia e alimentos) configura um desafio intersetorial que se refere a ultrapassar a convencional ausência de interlocução e de consideração de matrizes de provimento interdependentes ligadas pela escassez. Uma forma de “racionalidade do nexo”, assim como a necessidade por ações integradas, se faz evidente nesse sentido, elencando como primordial a compreensão de que não há mais possibilidade de se considerar qualquer perspectiva de eficiência de modo restrito a determinado setor (GIATTI et.al. 2019).

Tendo a água como questão central do nexo, a melhor gestão setorial deste recurso não significa alcançar automaticamente êxito na sua forma de se associar por meio de contingências (*trade-offs*) com as cadeias de provimento de energia e alimentos. Esta abordagem firma-se na identificação de interdependências e de uma analogia de distintas formas de escassez, de maneira intrínseca ao provimento de recursos e dinâmicas sociais e políticas.

Quando abordadas em relação a *água*, as entrevistadas de modo geral falaram da seca acometida no Nordeste e da crise híbrida vivida no bairro Novo Recreio:

Entrevistadora: Como era o acesso à água lá no Pernambuco?

Josefa: Era ruim, a gente ia buscar água longe, era água de rio, água de cacimba, lavava as roupas também nos açudes.

Entrevistadora: Quando a senhora chegou aqui no Novo Recreio, qual era o acesso à água?

Josefa: Mesmo jeito! Tinha uma bica ali embaixo, a gente pegava água da bica.

Entrevistadora: E como é que é agora?

Josefa: Agora tem água normal, tem água encanada, tem esgoto que não tinha.

Entrevistadora: A água tem todo dia, como é que está?

Josefa: Eu não sei falar porque eu tenho caixa, eu nem vejo, mas costumam falar que é um dia sim, um dia não.

Agente de Saúde Comunitária: É rodízio.

Entrevistadora: Continua rodízio. A senhora não sente porque tem a caixa?

Josefa: Mas vejo muitas pessoas reclamando quando não tem água.

Entrevistadora: Dona Socorro, como era o acesso à água lá na sua cidade de origem?

Socorro: Bem complicado! A gente ia por barreiro, açude, cacimba, a gente ia pra cacimba de noite.

Entrevistadora: Carregava água na cabeça?

Socorro: Sim! Tinha no terreiro do meu pai um barreiro, que fala, mas era coisa de quando chegava o calor mesmo, como é quente, a água parava rápido. Mas lá tinha um açude que não nunca secava. Esse açude nunca secou. Nesse açude quando a água baixava tinha uma cacimba, e a água era branca! E a gente buscava aquela água limpa, cheia de bichinho, e pegava ali uma cuia, enchia a lata e levava ela assim, de noite, várias viagens. E enchia todo dia aqueles potes de água ali, e tudo amarrado com paninho pra coar, porque ficava cheio de bichinho. Entrevistadora: E como era o acesso à água aqui no Novo Recreio quando a senhora chegou?

Socorro: Essa mina, tudo era essa mina.

Entrevistadora: Tinha nome a mina ou era só mina?

Socorro: Mina! Tinha um monte de tanque pra gente lavar a roupa. Mas aí, por isso que a gente teve que pedir primeiro a água, porque como foi fazendo as casas, foi fazendo fossa. Então, rapidinho ia contaminar. Luz, sim, puxava um fio não sei de onde, você puxava um fio prá sua casa, aí quatro ou cinco ligava do seu, aí queimava tudo que tinha dentro de casa, chuveiro não funcionava, queimou vários aparelhos de telefone meu, som, queimou tudo que era meu. Eu botei pra mim, mas um monte de dente ligou, e não aguentava.

Entrevistadora: Então antigamente era a mina. E como é agora o acesso à água.

Socorro: Eu acho ótimo.

Entrevistadora: Então não tem nenhuma objeção?

Socorro: Não, não tenho!

Entrevistadora: Mas a senhora tem caixa d'água?

Socorro: Tenho, eu tenho a minha, minha filha tem a dela.

Entrevistadora: Na opinião da senhora, Dona Socorro, como moradora aqui do bairro e nordestina, no que se refere à água, a senhora acha que tem semelhanças e diferenças do Novo Recreio lá para São Caetano? Em relação à água!

Socorro: Tem, tem que quando acabava água nos açudes, que vinha aquele carro pipa, vinha prá vila, não vinha o carro pipa pro sítio, e você tinha que pegar o carro de boi, botar os tambores em cima, e fazia fila lá, fila pra poder pegar água. Graças a Deus que agora tem água do Rio São Francisco lá. Quando começou a pandemia foi quando a água chegou lá, na vila lá perto do sítio onde eu morava. Então, foi isso aí, essas dificuldades mesmo.

Entrevistadora: Mas a senhora acha o que se assemelha, o que que é parecido o acesso à água aqui com São Caetano, ou o que que é diferente do acesso à água daqui, do Novo Recreio para São Caetano?

Socorro: Lá pro sítio? Ah, muito diferente. Aqui a gente tem na torneira todos os dias, lá era no baldinho, no pote de barro carregando, então, a dificuldade era muito grande. Hoje já não tem muito. Muitos já têm o seu próprio poço que o estado faz, prá uma quantidade de vizinho prá se servir daquilo ali. Hoje tá mais fácil, hoje não sofre muito, porque tem aquela quantidade de cisterna, enorme, do tamanho disso aqui.

Entrevistadora: Mas deixa eu tirar uma dúvida: Na época que a senhora morou em São Caetano, pra ter água, tinha que ir lá na cacimba. Aqui, quando a senhora chegou, tinha que ir na mina. A senhora acha que aqui era mais fácil ou era mais difícil do que lá?

Socorro: Eu acho que era mais fácil, porque mina não seca nunca, né? E lá secava, a gente tinha que ir prá mais longe, pra mais longe... A mina continua ali minando.

Entrevistadora: E a qualidade da água era diferente.

Socorro: Era muito diferente daqui da mina pra de lá dos barreiros. Muito diferente.

Juma: Como era o acesso à água lá no seu local de origem, lá em São Caetano.

No Brasil as secas têm aspectos discriminatórios. Em uma conjuntura de forte concentração fundiária, as famílias mais pobres que comumente produziam culturas alimentares em pequenas propriedades eram as mais atingidas, pois não conseguiam armazenar alimentos no período de chuvas para sobreviver durante a seca. Enquanto os médios e grandes donos de terras possuíam de meios, na agropecuária ou fora dela, para atravessar longas estiagens, além de relações políticas que garantiam privilégios na distribuição dos recursos públicos (DUARTE, 2002).

A seca de 1958 (período que nossas entrevistadas imigraram para São Paulo) logo se transformou em calamidade pública. Com isso o presidente Juscelino Kubitschek visitou as regiões mais atingidas e assinou atos liberando 105 milhões de cruzeiros para os socorros emergenciais, recursos que representariam, porém, apenas a metade do valor da renda perdida naquele ano pelos estados atingidos. O governo também destinou ao Nordeste remessas de charque e feijão, e autorizou a admissão de milhares de flagelados como trabalhadores nas rodovias da região. Açudes seriam construídos para mitigar os efeitos da seca e empregar os atingidos, ao mesmo tempo em que empréstimos tornariam possíveis para pequenos proprietários de terras e lavradores (DUARTE, 2002).

Essas medidas, todavia, teriam pouco efeito: os recursos acabariam drenados pela “indústria da seca”, que envolvia fornecedores e grandes proprietários. Surgindo denúncias, irregularidades, falhas e desvios na distribuição dos gêneros alimentícios e nos serviços de socorro aos flagelados. No ano seguinte, seria criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), diretamente subordinada à Presidência da República, com o objetivo de reduzir as consequências da seca e promover o desenvolvimento do Nordeste (DUARTE, 2002).

O abastecimento público de água no Novo Recreio não é contínuo e existe rodízio, um dia com água e um dia sem (como relata nossas entrevistadas). Historicamente, no momento da ocupação da área na década de 1990, a população

residente não tinha acesso aos serviços saneamento básicos (água, rede de esgoto, coleta de resíduos sólidos, drenagem), em virtude do bairro ser considerado ilegal. Atualmente, para mitigar a intermitência da distribuição, a água é armazenada pelos moradores em caixas d'água, tambores e vasilhames (GIATTI et.al. 2019).

As consequências das crises hídricas estão diretamente relacionadas à redução na produção de alimentos e, por conseguinte, à segurança alimentar, da contenção da produção industrial, e na diminuição da atividade econômica, principalmente na redução no abastecimento público de água, afetando o bem-estar da população. Com a crescente demanda de água nos centros urbanos, uma crise hídrica leva a um aumento das consequências negativas das atividades socioeconômicas associadas a ela (RIJSBERMAN, 2006).

No ano de 2015, um estudo (VELDKAMP, 2015) correlacionando variações hidroclimáticas e condições socioeconômicas mundiais, durante o período de 1960 a 2000, apresentou alguns aspectos importantes: há uma clara interação entre as variações hidroclimáticas e as condições socioeconômicas. No entanto, essa interação só é percebida depois de alguns anos, dependendo das condições locais de variações hidroclimáticas como armazenamento ou estresse hídrico. Nesse sentido, mesmo que existam indícios das consequências socioeconômicas em São Paulo, em decorrência da crise hídrica, de acordo com esse estudo, ainda há um lapso de tempo para que se percebam essas alterações. Mas essas evidências ficam mascaradas por uma crise econômica em nível nacional que alterou a dinâmica econômica nesse período (BUCKERIDGE E RIBEIRO, 2018).

Pelo relato das entrevistadas fica nítido as dificuldades enfrentadas para ter acesso à água, e, mediante o exposto fica fácil relacionar o nexo água-alimento (interdependência). Apesar de mitigar a intermitência na distribuição com o uso de caixas d'água, cabe ressaltar que para se ter uma caixa de grande volume alocada de forma segura, necessita de um poder aquisitivo. Inclusive essa forma de mitigar, retroalimenta a indústria da seca.

Bete nos relata e reforça a necessidade do uso da caixa d'água e traz relatos sobre sua filha que ainda vive no nordeste e sobre o diferente tratamento ao acesso à água fazendo relação com classe social:

Entrevistada: Como era o acesso à água lá no seu local de origem, lá em São Caetano?

Bete: Era água de barreiro. Nem rio perto não tinha.

Entrevistadora: Aí vocês iam pegar, como é que era?

Bete: No terreno do meu avô era um terreno que tinha cacimba, cacimbão grande que enchia na época da chuva e ficava o ano inteiro aquela água lá. Mas aquela água era mais pros bichos beberem. E a gente era água de barreiro. Barreiro, ou tanques de pedras, quando aqueles tanques secavam... cheio de sapos. Ficava aqueles barreiros. E às vezes dava prá encontrar com outra chuvada, que você sabe que lá no nordeste não chove como aqui, todo mês. Aí dava prá chegar outra chuva, e quando não chovia, quem tinha tonel grande, e o meu pai ia buscar de carro de boi. E era bom, viu? Nós éramos felizes e não sabíamos!

Entrevistadora: E como era o acesso à água aqui no Novo Recreio, quando você chegou?

Bete: Então, tô te falando, da mina lá embaixo. Buscar na cabeça. Mas foi por pouco tempo. Não demorou muito pra ter água encanada. Pelo menos depois que eu cheguei, porque já tinha gente antes de mim. Assim que eu cheguei já começou a ter água.

Entrevistadora: É como é agora a água aqui?

Bete: Aqui não falta água. Porque eu tenho uma caixa grande, nem percebo quando falta, só seca quando meu marido deixa secar prá lavar. Mas às vezes falta água, o pessoal fala: ah, faltou água! Eu nem percebi. Mas eu não bebo também dessa água, não.

Entrevistadora: Agora eu vou fazer umas perguntas, que você vai me falar, sobre as semelhanças e as diferenças do acesso à água, lá de São Caetano com o Novo Recreio. Você acha que a sua realidade lá com acesso à água lá em São Caetano, era parecida com a realidade do acesso à água quando você chegou aqui, no Novo Recreio?

Bete: Não, lá era pior! Lá é muito pior. Até hoje lá tem locais das pessoas pagarem conta, mas a água não chega não. Minha menina mesmo mora lá, água chega uma vez por mês. Tem que ter uma cisterna grande pra aquela cisterna encher. Acho que eles fazem escolha. Tem rua que não falta água. A rua dos ricos não falta água, mas na periferia...

Entrevistadora: Então você acha que, ainda com toda a dificuldade do início aqui, você ainda acha que aqui era...

Bete: Eu preferia aqui, em relação à água!

Considerando a crise hídrica e outras crises de natureza urbano-ambiental, torna-se essencial repensar o sistema de desenvolvimento atual, o qual, além de excludente e segregador (como relatado acima), faz dos pobres suas principais vítimas. Direitos básicos, tais como água, alimentação e energia devem ser atendidos, como preveem diversos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Outro componente do nexa é o *alimento* e para falarmos dele - mesmo tendo feito correlações com a *água* - faremos, também, um paralelo das experiências vividas por nossas entrevistadas no seu local de origem e no bairro que hoje residem.

Entrevistadora: Como era o acesso a alimento lá em Pernambuco? Acesso à comida?

Josefa: Lá na minha casa não era muito ruim, mas eu tinha vizinhos, principalmente na década de 70, que passavam muita fome. Como meu pai trabalhava de oficina, os caminhoneiros deixavam muitas coisas assim, mantimento, então ele trazia, e a minha mãe fazia comida para aquele povo da rua quase todo, né. Eu tenho uma comadre que quase sempre que eu falo dessa mulher eu choro, que os meninos chegavam lá em casa, parecia que ele chorava quando via comida assim, sabe, prá comer? Eu mesmo nunca passei fome, mas conheci muita gente que passou. Passavam o dia sem ter o que comer.

Entrevistadora: A senhora notou alguma diferença quando veio prá cá em relação a alimento?

Josefa: Muita, muita! Praticamente não conhecia quase nada! Eu conhecia arroz, feijão, carne, alface e tomate. Agora essas outras coisas assim: grão de bico, lentilha, ervilha, tudo eu vim conhecer aqui, lá eu não conhecia. Nem conhecia esse negócio de panetone, chocolate, não conhecia nada disso. Isso eu vim conhecer aqui em São Paulo.

Entrevistadora: E em relação a alimentos, a senhora acha que quais são as diferenças e semelhanças, assim, de lá prá cá, pro Novo Recreio.

Josefa: Na época bem diferente, mas hoje acho que está igual.

Entrevistadora: Na época era diferente por quê? Naquela época?

Josefa: Naquela época era diferente pelo que eu te falei, arroz a gente só comia de dia de domingo, era feijão e farinha, se tivesse uma carne, tudo bem, se não tivesse, um ovo, mas o povo era acostumado a comer feijão e farinha, e estava bom. Uma abóbora, que lá era jerimum, que não faltava. Batata também, que não faltava, mas essas outras coisas, tipo brócolis, couve, beterraba... cenoura também de vez em quando se achava. Mas essas outras coisas eu nem conhecia.

Entrevistadora: E esses alimentos eram vocês que plantavam?

Josefa: Não, comprava na feira.

Entrevistadora: E como era o acesso aos alimentos lá em São Caetano?

Socorro: Ah, isso era bem complicado. Aquilo que dava pra lucrar, guardava. Mas era tipo assim: arroz ninguém via, macarrão ninguém via, pão era a cada 15 dias vinha um pãzeiro, já sabia que era o pão, comiam ali e pronto. Não existia uma bolacha, era cuscuz, cuscuz não tinha leite, botava o cuscuz num prato, amarrava, e botava a panela de barro lá fervendo, e botava aquele prato emborcado com o cuscuz amarrado assim em cima, e a própria água da panela era pra você molhar o cuscuz e comer. Não tinha essa mordomia que a gente tem hoje em dia, não!

Entrevistadora: E em relação aos alimentos? Lá era difícil, a senhora me disse, lá era difícil, não tinha tudo... E aqui quando chegou também não era tão fácil.

Socorro: Não, não era.

Entrevistadora: Mas o que que era a diferença?

Socorro: A diferença é que lá você nem tinha tudo que não podia plantar, e também não podia comprar. Aqui você não pode plantar que não tem espaço, mas você pode comprar.

Áreas periféricas de grandes cidades têm sido classificadas como desertos alimentares, onde existe não só pouca ou nenhuma fonte de comida disponível, mas também dificuldades de acesso a alimentos frescos, saudáveis e não processados, situação que se aplica ao bairro Novo Recreio.

A alimentação saudável nesse cenário está vinculada à renda familiar, ou seja, a possibilidade de pagar pelo transporte (*energia*) até os maiores mercados e também poder comprar alimentos que custam mais dinheiro. Entretanto, as famílias mais vulneráveis, com renda menor e mais variável, acabam consumindo alimentos industrializados mais baratos, disponíveis no próprio bairro. A escolha dos moradores por carne vermelha também é relevante. No entanto, pelo preço alto, acabam consumindo embutidos, como salsichas, ou seja, alimentos ultraprocessados são consumidos como proteína (GIATTI, et.al., 2019).

O transporte público do território, por conta da pouca quantidade de linhas de ônibus que ali circulam e das limitações de acesso em dias de chuva (por conta da declividade), colabora para a restrição da mobilidade dos moradores para ir trabalhar, fazer compras ou utilizar serviços públicos em outras localidades. Falar sobre transporte é discutir energia, diante disso, verifica-se que há uma primeira forma de exclusão quanto ao uso de energia, que está associada com a precariedade no transporte (GIATTI, et.al., 2019).

Bete: Só era terra! Aqui não tinha caminho, era uma vereda. Tinha barro e pedra solto assim, quantas vezes eu não caí nessas ruas aqui. E era assim! Foi difícil, era difícil porque quantas vezes eu ia trabalhar, eu trabalhava no aeroporto, eu saía daqui meio-dia, ia lá pra Chiquinha, lá embaixo. Eu ia com um chinelo desse, e levava um pano molhado dentro de um saquinho, pra limpar o pé, limpar o chinelo, e lá botava o sapato. Porque eu entrava no ônibus só tinha barro do povo, pra poder chegar no serviço. Pra não ir suja, né?

Entrevistadora: E energia elétrica?

Bete: Que nem tinha? Quando eu via um poste eu tinha era com medo. Tem uns postes que são feinhos, né Karen? Não sei se vocês já viram por aí. Quando eu ia com a minha avó de carro, que a gente ia pra romaria, passava por algum poste eu cobria a cabeça, achando que era algum bicho que iria pegar. Eu não sabia o que era aquilo, e também eles não explicavam.

Entrevistadora: E como é que era o acesso à energia aqui no Novo Recreio quando você chegou, com relação a transporte público, a gás, a energia elétrica?

Bete: A energia elétrica era bem fraca, porque não tinha. Já era gambiarra que vinha de outro lugar. E não tinha força porque era prá muitas casas, principalmente chuveiro. E carro, eu ia prá Chiquinha. Não tinha condução aqui. Não tinha lotação, não tinha ônibus, não tinha nada. Nem chegava carro aqui.

Entrevistadora: E o gás?

Bete: O gás tinha porque a gente ia comprar onde fosse, que tinha por aí, barzinho, sempre vendia os botijões e a gente ia. Sem cozinhar ninguém ficava não.

Entrevistadora: E como é que é agora?

Bete: Ah, agora tudo mudou, que você pede e o cara vem prá porta. Não precisa mais nem buscar, o cara já trás na porta.

Entrevistadora: E o transporte?

Bete: Tem, já teve pior, né. Não é aquela coisa que tem toda hora, se você tiver paciência de esperar... mas tem.

Indagando Izabel, ela relata:

Entrevistadora: E como é que era a energia quando vocês chegaram aqui no Novo Recreio?

Izabel: Quando eu cheguei aqui não tinha energia. Depois é que ali embaixo tem uma fazenda, aí foi que o Gerônimo pediu pro homem e o homem deu uns gatos prá gente. Passou energia prá gente. Pró quem morava aqui pertinho. Porque tinham poucas casas.

Entrevistadora: E como era o transporte quando a senhora chegou aqui?

Izabel: O transporte eram as pernas. Depois chegaram umas peruas. Era aquele corre-corre dos infernos. Corre-corre prá pegar gente, umas ficavam e outro monte ia. Era um em cima do outro.

Apesar de o ambiente urbano venha a apresentar algum isolamento quanto às dimensões territoriais das cadeias de fornecimento de água, energia e alimentos, sua conexão com esses fatores se faz de maneira constante e intensa. Na verdade, é nas cidades que se adequam as dinâmicas e as demandas referentes aos componentes do nexos. Conseqüentemente, pensar as cidades sob essa

racionalidade permite dialogar com a carência de recursos e com a respectiva crise planetária, que tem causado insustentabilidade sob diversos pontos de vista.

Sem embargo duas observações específicas se fazem válidas quanto ao nexo: primeiramente, entendemos a escassez nos contextos de vulnerabilidade, em que prevalece o obstáculo de prover água, energia e alimentos como forma de diminuir iniquidades em saúde, agindo na mitigação de determinantes e condicionantes; em segundo lugar, a demanda não é meramente técnica, digamos, de meramente se buscar otimização e sinergia dentre os setores água, energia e alimentos. Há o ditame de compreensões e ações pautadas no âmbito das ciências sociais, associadas ao estudo de práticas sociais e saberes dentre habitantes em condições de vulnerabilidade, interlocuções possíveis com políticas públicas, melhores estruturas de governança e interações necessárias na busca de uma multiplicidade de soluções e sinergias (BATISTELLA, 2007; MARICATO, 2000 E SCHATZKI, 2015).

4.4 Participação e relação com o poder público

No Brasil a participação social constitui um desafio aos diferentes níveis de gestão e aos inúmeros setores de políticas públicas. O tema reúne esforços e discussões que partem da expansão e aprofundamento do campo da teoria democrática contemporânea, bem como da análise de experiências empíricas promovidas pelo poder público e por atores sociais em todo o país, constituindo-se como objeto privilegiado de investigação acadêmica crescente desde 1990.

Diz-se que a participação é um dos requisitos das condições fundamentais do ideário democrático. Ugarte (2004) reitera que relacionar o conceito de democracia a uma forma de governo em que os cidadãos participam é uma meia verdade, pois é necessário conhecer quem são esses cidadãos e de qual modalidade de participação se fala, como se dá, para quê e para quem.

É imprescindível evidenciar que o significado do termo participação também foi modificando no decorrer do tempo, de acordo com o contexto histórico, social e político. Ao fazer um resgate histórico da participação na América Latina percebe-se que nos anos 1950 a ideia de participação destinava-se à subversão e devia ser

combatida. Com o transpor dos anos, o termo foi assumindo perspectivas e conotações diferentes como uma forma de manipulação ideológica para legitimação de instituições ou se conseguir mão de obra barata para construção de escolas e outros equipamentos públicos; como facilitadora da ação médica em ações preventivas e só passou a ter um significado voltado para transformação com a ação dos movimentos sociais iniciados na década de 1970, momento em que se notou a importância dos processos educativos das populações mais pobres garantindo os seus direitos, nascendo mais tarde a participação como organização democrática e de transformação social (BRICEÑO-LEON, 1998).

4.4.1 Acontecimentos marcantes com relação à participação dos moradores

Vivemos numa sociedade marcada pelo avanço tecnológico, demonstrando um capitalismo que, ao mesmo tempo em que inova e traz esperanças, também traz desespero. Em compensação, percebem-se movimentos de atores sociais que procuram a valorização das culturas locais e do controle das pessoas sobre suas próprias vidas e ambientes. "Incorporam movimentos de tendência ativa, voltados à transformação das relações humanas em seu nível mais básico" (p. 18). Na tensão entre essas tendências forja-se a construção social de novas identidades (CASTELLS, 1999).

Josefa: Acho que diretamente não, mas indiretamente sim.

Entrevistadora: Indiretamente como que a senhora participava das relações?

Josefa: Porque eu convidava muitas pessoas, foi na época que eu estudava, eu ia em todas as plenárias que tinham. Procurava ver as pessoas que estavam envolvidas, levava pessoas. Eu não gosto de me envolver em política, mas se tiver alguma coisa assim: Vamos fazer, e eu estiver em casa... se eu não tivesse um médico, que geralmente o médico tira a gente dessas coisas, que a gente tem dificuldade de médico até hoje, não só aqui, em todo canto, que é um sistema, às vezes você fica um ano esperando por uma consulta, ela sai naquele dia, aquele dia você não pode participar de nada, você tem que correr atrás dela, porque se tiver mais de um ano ou dois, tem coisa que demora mais de um ano pra sair. E assim, sucessivamente!

Entrevistadora: Como a senhora enxerga a participação dos moradores nas ações desenvolvidas pelo poder público?

Josefa: As pessoas querem muitas coisas, mas correr atrás é difícil. São poucas as pessoas que correm atrás, porque eles pedem um grupo de 100 pessoas, no máximo vão 10. E olhe lá quando você consegue essas 10 pessoas pra ir. Agora, na hora de reclamar, ah, o Prefeito é ruim, o Vereador

é ruim. Sim, os políticos têm os defeitos deles, mas nós aqui no Novo Recreio, a maioria das pessoas são acomodadas, eles não correm atrás dos direitos, eles só sabem reclamar. São poucas as pessoas que correm atrás.

Entrevistadora: Tem algum acontecimento marcante com relação à participação dos moradores que a senhora poderia relatar, alguma conquista, algum acontecimento marcante que a senhora lembra?

Josefa: As ruas calçadas, foi coisa que as pessoas daqui, principalmente dessa rua, correram atrás. Você vê, as outras foram esse ano, mas a nossa, primeiro essa daqui, porque não podia calçar essa, sem calçar a detrás, mas foi povo desta rua que correu atrás. Aí teve que calçar a outra pra depois calçar essa. Você vê, aquela dali demorou, demorou, e agora tá aquela coisa que um fala eu fiz, eu eu fiz, mas faz tempo. Pelo menos isso o pessoal aqui da Rua do Sossego correu muito atrás disso.

Entrevistadora: E aí como é que foi esse processo, vocês foram atrás, se juntaram pra fazer isso, como foi?

Josefa: Teve muitos abaixo-assinados, ia trás na época, mas eu não fui porque eu trabalhava. Eu trabalhava de motel, aí eu só tinha uma folga na semana e nunca calhava de ser nas coisas que tinha. E mesmo que fosse, eu tinha que cuidar da casa, cuidar de filho, era o único dia que eu tinha prá por as coisas em ordem. Aí nessa época eu não fui atrás de nada. Mas eu sabia das coisas através das pessoas que iam, a única coisa que eu participei era assinar os abaixo-assinados.

Entrevistadora: Mas a senhora lembra se eram as pessoas mesmo, os moradores que ajudaram na calçada?

Josefa: Foram os moradores. A Prefeitura deu os materiais e os moradores ajudaram.

Entrevistadora: Seu marido ajudou? A senhora lembra?

Josefa: Sim!

Entrevistadora: Na sua opinião, existe alguma conquista para o desenvolvimento local, através da participação dos moradores? A senhora falou do calçamento, né? A senhora se lembra de mais alguma?

Josefa: Acho que o Postinho, a UBS, também foi conquista dos moradores. Os médicos que teve aqui, porque quando a gente chegou aqui nem médico tinha, a gente ia lá no Maria Helena.

Entrevistadora: E a luz?

Josefa: Também foram os moradores que correram atrás. Eu acho!

Embora apresente questões ainda por serem resolvidas, a participação social demonstra resultados de destaques voltados para o alargamento dos direitos sociais como exemplos de conquistas que ocorreram em função da mobilização da sociedade. Também, nesse contexto, temas importantes foram incluídos na agenda política que buscam combater as desigualdades sociais, de gênero, de raça/etnia, dentre outros, que ganham cada vez mais espaço (RIBEIRO E BARROS, 2018).

Entrevistadora: Tem algum acontecimento marcante em relação a participação dos moradores que você poderia relatar. Tipo uma ação que a comunidade se uniu para realizar?

Bete: A única coisa que eu lembro é dessa rua, que foi feita com o poder dos moradores. Tipo assim, esse asfalto.

Entrevistadora: Mas os moradores foram fazer mesmo? Colocaram a mão na massa?

Bete: Colocaram a mão na massa. Todo mundo. Vieram as pessoas da prefeitura, mas os moradores que enfrentaram. Lógico, se eu queria que a minha casa ficasse bonita a frente, eu tinha que ajudar também. Eu não mexo nas pedras, mas um café, uma água, um suco, eu estava ajudando. Varrer, que tinha que varrer as areias, né? Porque eu queria ver minha rua bonita.

Entrevistadora: E o que mais que teve?

Bete: A iluminação da rua. Porque tinha os postes, mas não tinha as lâmpadas nos postes. Foi a Enedina que entrou, tomou providência com a Prefeitura, mas os moradores pagaram. Teve união, pagou não lembro mais nem quanto, e tá iluminada a rua, né?

Mesmo com os avanços obtidos nos últimos anos, ainda estão presentes muitos desafios à consolidação da participação social. Neste sentido, Ciconello (2008) destaca quatro desafios: o desafio de abrir mais o Estado; o desafio da exigibilidade dos direitos; o desafio do fortalecimento das organizações da sociedade civil e o desafio da participação social na área econômica, pois as decisões de cunho econômico permanecem nas mãos de poucos. Percebe-se que alguns gestores públicos são resistentes ao diálogo com a sociedade e relutam em aceitar deliberações dos Conselhos e Conferências. Ainda não se avançou na construção de espaços mais fortalecidos de deliberações nas políticas públicas. Aliado a isso, a década de 90 marca uma reforma administrativa do Estado de caráter neoliberal, reduzindo a capacidade de implementar políticas públicas e de efetivar direitos. Ademais, o Brasil "é um país comandado por uma elite política e econômica que se estrutura em torno de privilégios." (CICONELLO, 2008).

4.4.2 Empoderamento e protagonismo feminino

Na sociedade as mulheres continuam na luta para conquista e reafirmação do espaço social na contemporaneidade. O empoderamento feminino tem como base a consciência expressa por ações que fortalecem e desenvolvem a equidade na sociedade, sendo diferente do feminismo, embora interligados (AZEVEDO E SOUSA, 2019).

Resultante das inúmeras opressões que a sociedade impôs e ainda impõe, intensificaram as lutas e as formas de organização à volta de um campo constituído fundamentalmente por mulheres anunciando a reivindicação de seus direitos e denunciando as desigualdades de classe, violência e etnia, mas principalmente de luta pela liberdade e respeito, consolidando o processo de construção de uma identidade feminina capaz de garantir a participação ativa da mulher na política e na sociedade.

Entrevistadora: Como é a sua relação com os outros moradores?

Socorro: Nunca tive nenhum problema! Não tenho nenhuma inimizade com ninguém. E sempre tudo que a gente lutou, a gente lutou junto. Pode marcar uma reunião aí, tinha a plenária, né? Eu era eleita a conselheira da região todinha, representava a região, o povo ia, mesmo! Reivindicava aqueles políticos, toda a cúpula deles lá, e você ia, se era sobre saúde ia o secretário de saúde, se era de transporte, ia o secretário de transporte, você tinha voz, você falava direto com o secretário ou com o prefeito. Então foi isso que fez a mudança do Novo Recreio, a gente se uniu. Hoje não tá muito assim, não. Agora é tipo assim: Ah, eu precisava de asfalto na minha rua. Ah, eu não preciso de mais nada, então não me interessa o que a outra esteja faltando. Muitos se afastaram.

Entrevistadora: A união coletiva?

Socorro: (...) E a energia, até ficar normalizado, mesmo, foi muito sofrimento. Porque foi tudo gambiarra. E aí, demorou prá cada um ir lá pedir na Bandeirantes, às vezes um vinha, outro vinha. Mas a gente tem muita sorte aqui. Porque tudo aqui veio mais rápido. Eu conheço bairro em Guarulhos que ficou 15 anos prá chegar água. A gente aqui com um ano que estava aqui conseguiu água. A gente foi privilegiada.

Entrevistadora: E a senhora acha que foi rápido por quê?

Socorro: Porque nós fomos atrás, alguém tinha que fazer alguma coisa, e nem sempre que eu ia alguém ia comigo. Ó, vai ter uma reunião assim... nem sempre. E mesmo assim eu ia sozinha, ia com minha filha, com meu marido. Entendeu? A gente foi atrás, foi cobrar. Eu fazia o pedido por escrito, pegava o nome das pessoas e corria! Por isso que veio mais rápido as coisas prá gente, porque teve gente que correu atrás.

Socorro: Sim, porque nós temos que fazer isso. Eles mesmos falam: ah, a gente não pode se envolver... A gente tem que se envolver! Porque tudo é política. Isso aqui é política! Nós estamos aqui debatendo vários assuntos. Então, tudo é política. A gente não pode cruzar os braços e, ah, não quero me envolver com aquilo, nós estamos envolvidos. Então, como a gente está envolvido e a gente tem a possibilidade de trazer algo deles, que eles estão achando que nós não temos direito, mas nós sabemos que temos, nós vamos lá e buscamos.

Entrevistadora: Na verdade é nosso!

Socorro: É nosso! Eu não pago pau prá político!

Entrevistadora: De quais ações desenvolvidas pelo poder público a senhora já participou ou participa?

Socorro: Nossa! Qual será, hein? Bom, primeiro eu comecei como eu já falei prá você. Cheguei aqui, e para conhecer os políticos, os governantes da cidade eu fiz o que? Fui prá Câmara dos Vereadores. É lá que eu voto, né? Voto no vereador, e ele vem aqui, aí ele promete, mas tem o dia dele votar o que ele prometeu lá. Então foi lá que eu realmente entrei de cabeça, quando eu vi aquele vereador que chegou aqui e prometeu, lá ele votando contra o que ele prometeu prá gente. E aí eu não gosto nem um pouco.

Entrevistadora: Então a senhora participava?

Socorro: Eu participava! Eu faço igual o ditado: eu gosto de ver e ser vista! Sou igual locutor, esse locutor de rodeio? Ele vê tudo, mas o pessoal tá vendo ele. Eu gosto de ver e ser vista. E prá gente chegar a isso, a gente tem que se envolver. Nós temos que mostrar prá eles que a gente sabe os direitos da gente. E que a gente tem que fazer eles cumprirem nossos direitos. Em ações, muitas. Eu entrei no orçamento participativo, que ela conhece também. É tipo assim: Entra, que é a única maneira de vir água pro Novo Recreio. E eu participava, mas quando eram as plenárias em outro lugar. Era a Maria Helena do orçamento participativo, e foi um político que fez esse projeto, né, e foi muito bom, porque é tipo assim: é um tipo de político que eles querem que o povo esteja junto! Eu posso citar o nome, depois você apaga faz o que quiser.

A sociedade vem sofrendo mudanças e uma muito importante que se destaca é o papel da mulher antes coadjuvante, apagada pela figura do homem, como objeto ou ser protegido e fragilizada, atualmente assumindo cada vez mais um papel de destaque, mesmo tendo um passado assinalado por limitações e autoritarismos. Devido às lutas travadas por muitas mulheres que estão conquistando e assumindo cada vez mais espaços da vida social e pública, deixando no passado o estereótipo de “dona de casa” e ocupando vagas de trabalho antes inimagináveis há algumas décadas atrás.

Entrevistadora: Mas teve algum outro acontecimento marcante que a senhora lembra, que consiga me relatar em relação à participação?

Socorro: Ai, gente... tantas coisas, dá um branco na gente. Teve um acontecimento que é assim, eu fiquei feliz e ao mesmo tempo um pouco triste, porque quando a gente trabalha no coletivo, as coisas funcionam melhor. Quando eu fiz o projeto de iluminação da nossa rua, era o projeto do TSI, já para que as comunidades se unissem e viesse a luz de rua mais rápido. Porque luz também é segurança, né. Então foi assim, foram várias reuniões, eu falei assim, eu vou implantar esse projeto na minha rua que eu moro, que a justiça veio em casa primeiro, se funcionar, provavelmente nas outras ruas vai funcionar. Aí, tipo assim, foram feitas várias reuniões, a Bandeirantes, secretaria de iluminação, o povo presente ali. Vamos agora iluminar nossa rua, vamos esperar eles iluminarem, vai demorar muito, nós precisamos de iluminação, que é um barro aí é um sufoco desgramado, um barreiro lá prá cima que não descia carro, então é assim: Primeiro o asfalto da nossa rua. E depois da 4 de Março a nossa aqui foi essencial para as coisas decolarem. Então, ver aqui a minha rua, eu tenho foto e vídeos no computador, cheia de máquina, algum morador meio nervoso porque tinha que tirar um pedaço da calçada que ele fez, e tinha que tirar mesmo. Foi uma grande vitória.

Entrevistadora: ver aquilo acontecer...

Socorro: Foi muito, muito mesmo. É como se a gente acertasse na loto. Mas, essas coisas só sente quando você tem um objetivo, quando você gosta daquilo que você faz. Então, eu ficava ali no sol, na chuva, com os caras da máquina, fazia café, fazia suco, levava pão, levava bolo, então prá mim isso é inesquecível essa passagem na minha vida.

Ainda hoje, as mulheres continuam sujeitas a restrições e limitações de uma sociedade composta em suas raízes históricas de tradição machista, o

patriarcalismo gerou uma sociedade que tem suas amarras muito forte ideologicamente, e essa tradição só reforça o status inferior das mulheres e impõe limitações sociais, que na verdade, são inexistentes. Na condição de mulher, muitas vezes são obrigadas a passar por testes maiores para provar que são qualificadas para determinado trabalho. Além de enfrentar o preconceito pela possibilidade de maternidade ou corpo frágil.

Eu como brasileira tenho orgulho e vou ter sempre de votar. Por isso eu falo para minhas amigas que não é só “ai, eu vou votar pro bonitão”, é a importância, é o direito que nós conquistamos, essa luta é uma luta antiga, quantas pessoas foram assassinadas, quantas mulheres foram assassinadas por lutar pelos seus direitos, pelo direito de poder votar, eu sinto orgulho de ser brasileira. Cada vez que tem uma eleição que eu vou lá votar, eu sinto mais orgulho ainda.

Entrevistadora: E por ser mulher, também. Porque antes as mulheres não votavam.

Socorro: Por ser mulher! Não votavam. Nós não conquistamos tudo ainda. Temos muitas coisas prá conquistar. De preferência os negros, né? Conseguiram algumas vitórias, mas não venceram a guerra ainda. Então eu sinto orgulho de ser brasileira e de votar. E ser mulher! Muito orgulho, muito, muito mesmo.

Adichie (2015, 2017) afirma que é preciso fazer uma reflexão sobre a conduta da mulher de forma que não anule mais sua personalidade para atender expectativas dos outros. É preciso que defender a liberdade e os direitos iguais, afirmando que as mulheres não precisam se adequar a estereótipos de masculinidade. A sociedade é impregnada de um patriarcalismo que reproduz incessantemente que a mulher não é capaz de exercer determinadas tarefas, não há representatividade feminina em posições de poder, com pouca visibilidade e respeito, tendo que lutar para a mudança de estereótipo.

5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou conhecer a história de quatro mulheres que viviam no Nordeste em condições de vulnerabilidade e que migraram para São Paulo na tentativa de uma melhoria de vida, tentamos conhecer suas vidas quando ainda moravam no Nordeste, suas vidas ao chegar em São Paulo e suas vidas hoje.

Nota-se ao longo dos diálogos que são mulheres que viveram fortes situações de vulnerabilidades em todas as fases da vida. São relatos fortes, de sofrimento e de muita marginalização social. Na totalidade, todas tiveram infâncias roubadas pelo trabalho infantil, impossibilidade de estudar e adolescência sem outra alternativa que não a de cuidar de um lar e dos filhos.

No decorrer das falas sempre há a re-confirmação de que as vivências em São Paulo foram menos doloridas que as vivências do Nordeste. Muitas vezes até reduzindo os sofrimentos vividos em São Paulo em detrimento da vivência no Nordeste. A utilização de entrevistas com base em elementos de história oral por seu caráter exploratório e de vinculação com as experiências individuais ao longo do tempo, aliada à análise documental, mostrou-se adequada ao processo de investigação desta pesquisa. Além de favorecer o conhecimento sobre as vivências das mulheres em determinadas etapas de

suas vidas, contribuiu na identificação de fatos e percepções acerca do objeto de estudo.

Diante do exposto evidenciou-se que a mulher de origem nordestina é submetida a situações adversas de recobrar seu potencial criativo e existencial, e dele fazer uso em prol de uma superação de obstáculos, ao mesmo tempo em que desenvolve mecanismos de proteção e adaptação, fazendo dela um indivíduo mais resiliente mediante aos contextos de vulnerabilidade socioambiental. Ou seja, quando as pessoas otimizam o uso de recursos escassos e interdependentes elas geram sinergias que representam mais resiliência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLOUCHE, Jeremy et.al. Technical Veil, Hidden Politics: Interrogating the Power Linkages behind the Nexus. **Water Alternatives**: Montpellier, 2015. Disponível em: <<http://www.water-alternatives.org/index.php/alldoc/articles/vol8/v8issue1/277-a8-11/file>>. Acesso em: 9 de set. de 2018.

BASSO, Larissa; VIOLA, Eduardo. O sistema internacional do antropoceno. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Brasília, v.31, n.92, out. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v31n92/0102-6909-rbcsoc-3192012016.pdf>>. Acesso em: 23 de fev. de 2019.

BERTH, JOICE. O que é empoderamento? Ed. Letramento: Justificando: Belo Horizonte, MG, 2018.

BUCKERIDGE, Marcos; RIBEIRO, Wagner Costa. **A crise hídrica na região Metropolitana de São Paulo em 2013-2015**: Origens, impactos e soluções. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo: Livro Branco da Água, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/ebooks/livro-branco-da-aqua>. Acesso em: 10/07/2021.

CARVALHO, Carolina Monteiro; GIATTI, Leandro Luiz; JACOBI, Pedro Roberto. **Aprendizagem Social e Ferramentas Participativas para o Nexo Urbano**: Aprendendo Juntos para Promover um Futuro Melhor. Faculdade de Saúde Pública - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/423/376/1520-1>. Acesso em: 28/01/2021.

CASTILHO, J.V. **A favelização do espaço urbano em São Paulo. Estudo de caso: Heliópolis e Paraisópolis.** Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, p. 45, 2013.

CONTRA MINHA VONTADE: Desafiando as práticas que prejudicam mulheres e meninas, e impedem a igualdade. UNFPA, 2020. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/situacao_da_populacao_mundial_2020-unfpa.pdf. Acesso em: 19 de setembro de 2020.

FAJERSZTAJN, L; VERAS, M; SALDIVA, P.H. N. Como as cidades podem favorecer ou dificultar a promoção da saúde de seus moradores?. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, n. 86, p. 7-27, abr. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000100007. Acesso em: 12 nov. 2018.

FOLKE, C. Resilience Thinking: Integrating Resilience, Adaptability and Transformability. **Ecology and Society**, Estocolmo, v.15, n.4, 2010. Disponível em: <https://www.ecologyandsociety.org/vol15/iss4/art20/>. Acesso em: 16 de jan. de 2019.

FREIRE, Teresa et al. Felicidade Hedônica e Eudaimônica: Um estudo com adolescentes portugueses. **Análise Psicológica**, Braga, v.4, n.31, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v31n4/v31n4a02.pdf>. Acesso em: 23 de fev. 2019.

GAMA, Nilton César de Oliveira. **O processo de conformação da periferia urbana no município de Guarulhos:** os loteamentos periféricos como (re)produção de novas especialidades e lugar de reprodução da força de trabalho. Dissertação apresentada para a obtenção do título de Mestre em Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - FFLCH/USP. São Paulo, p. 1-225, 2009

GAMA, N.C.O. **O processo de conformação da periferia urbana no município de Guarulhos: os loteamentos periféricos como (re)produção da força de trabalho.** Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

GOMES, S.C. **O Território do Trabalho dos Carregadores Piauienses no Terminal da CEAGESP: Modernização, Mobilização e a Migração** – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 26-31. 2007.

GIATTI, Luiz Leandro et al. **Nexos de exclusão e desafios de sustentabilidade e saúde em uma periferia urbana no Brasil.** Cadernos de saúde pública, São Paulo, vol. 37, p. 1-12, jan/2019.

GIATTI, Luiz Leandro et al. **O nexos água, energia e alimentos no contexto da metrópole paulista.** Estudos Avançados, São Paulo, vol. 30, p. 43-61, 2016.

GIATTI, Luiz Leandro et al. **Estudo de urbanização em áreas de risco a escorregamentos nos loteamentos do Recreio São Jorge e Novo Recreio, região do Cabuçu, Guarulhos (SP), Brasil.** Paisagem ambiente: Ensaios, São Paulo, vol. 29, p. 57-82, 2011.

GIATTI, Leandro Luiz et al. O nexa água, energia e alimentos no contexto da Metrópole Paulista. **Estud. av.**, São Paulo, v.30, n.88, p. 43-61, Dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142016000300043&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 9 de set. de 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional Aglomerados subnormais: Informações Territoriais** 2008. Rio de Janeiro, 2010.

INFANTE, Francisca. A resiliência como processo: uma revisão da literatura recente. In: MELILLO, Aldo; OJEDA, Elbio N.S (Cols). **Resiliência – descobrindo as próprias fortalezas**. 1.ed. São Paulo: Artmed, 2005. Cap.1, p.24-38.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2010.

JORGE, W. Periferia e favelização avançam nas grandes cidades da América Latina. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v.57, n.2, abr/jun 2005. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000200005>. Acesso em: 26 de nov de 20018.

MARTINS, J.S. Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MEEROW, S; NEWELL, J.P. Urban resilience for whom, what, when, where, and why? **Urban Geography**, Ann Arbor, v.7, n.17, jul. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/02723638.2016.1206395>>. Acesso em: 16 de jan de 2019.

MINAYO, M.C.S. Os desafios do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. Ed. 9ª, São Paulo: Hucitec, 2006.

NETO, F.L; OLIVEIRA, C.S. Suicídio entre povos indígenas: um panorama estatístico brasileiro. **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v.30 , n.1, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832003000100001>. Acesso em: 13 de junho de 2018.

MURRAY, K; ZAUTRA, A. Community Resilience: Fostering Recovery, Sustainability, and Growth. **The Social Ecology Of Resilience**, Nova York, [s.l.], p.337-345, set.

2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/978-1-4614-0586-3_26>. Acesso em: 15 de jan de 2019.

NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa - Características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisa em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, dez/ 2003. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>>. Acesso em: 17 de out. 2018.

PASTERNAK, S; OTTAVIANO, C.D. Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da Leitura Territorial do Censo de 2010. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v.18, n.35, abr 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cm/v18n35/2236-9996-cm-18-35-0075.pdf>>. Acesso em: 8 de set de 2018.

SINGER, P. Economia política da urbaniza o. 12 ed (1973). São Paulo: Brasiliense, 1990. 152p.

TASCHNER, S.P. Favelas em São Paulo – censo, consensos e contra-sensos. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, n.5, set/2001. Disponível em:<http://cadernosmetropole.net/system/artigos/arquivos/000/000/019/original/cm5_19.pdf?1474650638>. Acesso em: 25 de nov de 2018.

WALKER, B; HOLLING, C.S; CARPENTER, S.R. Resilience, Adaptability and Transformability in Social–ecological Systems. **Ecology and Society**, Madison, v.9, n.2, set. 2004. Disponível em: < <https://www.ecologyandsociety.org/vol9/iss2/art5/>>. Acesso em: 17 de dez. de 2018.

WOLFF, Eric W. Explainer: what are ice cores? **The Conversation**, Cambridge, 20 de mar. de 2014. Disponível em: < <http://theconversation.com/explainer-what-are-ice-cores-24302>>. Acesso em: 22 de fev. de 2019.

MACCALI, Nicole et al. História de vida: uma possibilidade metodológica de pesquisar os aspectos subjetivos no processo de tomada de decisão. In: Encontro da ANPAD, 37, 2013, Rio de Janeiro, **Anais... ANPAD**, 2013.

ROZENBERG, Jacob Eduardo; TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em a o. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**. v.7, p.1-35. São Paulo, 1997.

OAKLEY, Peter; CLAYTON, Andrew. Monitoramento e avalia o do empoderamento (“empowerment”). São Paulo: Instituto Pólis, 2003.

BERNARDINO, A. T; PINHEIRO, T. C. G. TRABALHO INFANTIL NO BRASIL: VIOLÊNCIA E A MÃO DE OBRA EXPLORADA NO CAMPO. **Criança e adolescente: viola o de Direitos e redu o da maioria penal**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/20547460-Trabalho-infantil-no-brasil-violencia-e-a-mao-de-obra-explorada-no-campo.html>. Acesso em: 25 de outubro/2020.

CORSINI, A. L.; FIGUEIRÊDO, L. V.; BUSTAMANTE, M. C.; LARA, P. H. G. Guia de estudos: A prática do casamento infantil. **MINIONU: nosso jeito de mudar o mundo**. Belo Horizonte: UNICEF, 2015. 19 ed. 7-16 p.

FALCI, M. K. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORE, Maria Del (org.); PINSKY, Carla Bassanezi (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 10a Ed., 2a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

MARQUES, T. G.; TEIXEIRA, A. B. M.; GONÇALVES, L. A. O. **As mães pouco escolarizadas como suporte para jovens da roça terem acesso e permanecerem no ensino superior**. Belo Horizonte: EDUR (Educação em Revista), 2020. vol. 36. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698203268>. Acesso em: 09 de janeiro de 2021.

NAVARRO, M. S. IX EDUCERE - III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. **O brincar na educação infantil**. Paraná, 2009. p. 2123-2136. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2693_1263.pdf. Acesso em: 17 de Junho/2020.

NOGUEIRA, M. L. P. S. **Mulheres, história e literatura em João Gumes: Alto-Sertão da Bahia, 1897-1930**. São Paulo: Intermeios, 2015.

OLIVEIRA, M. L.; RABAY, G. A vida das mulheres no semiárido nordestino: pobreza, desigualdades e teimosia. In: **Jornal da Rede Feminista de Saúde**. Número 26. Julho. São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, M. L. L. de. Feminismo, relações de gênero e educação no cotidiano das mulheres trabalhadoras rurais do semiárido paraibano. In: **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero: Gênero e Preconceito**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/M/Maria_Lucia_Lopes_de_Oliveira_06.pdf. Acesso em: 03 de fevereiro de 2021.

PRIORE, M. D.; BASSANEZI, C. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2004. 428-457 p.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

SIQUEIRA, A. E. S. S. de. **Empoderamento de Mulheres Agricultoras: Possibilidades e limites de um projeto de desenvolvimento rural no Semiárido Baiano**. (Dissertação Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares: Mulheres, Gênero e Feminismo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. p. 24.

SOARES, D. N. **Gênero e Água – Desenhos do Norte, Alternativas do Sul: Análise da experiência do Semiárido Brasileiro na construção do desenvolvimento democrático**. (Tese de Doutorado). Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

TAYLOR, A.; LAURO, G.; SEGUNDO, M.; GREENE, M. **Casamento na infância e adolescência no Brasil: Ela vai no meu barco**. Rio de Janeiro e Washington DC: Instituto Promundo & Promundo-US, Setembro/2015.

VEIGA, M. V. A.; LOYOLA, V. M. Z. Escolher é Ser Escolhida: Meninice, Pobreza e Casamento Infantil no Brasil. **Psicologia: teoria e pesquisa**. Brasília: 2020. v.36 ed.36. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e36nspe18>. Acesso em: 14 de janeiro/2021.

Bilge, Sirma. (2009), Théorisations féministes de l'intersectionnalité. *Diogenè*, 1 (225): 70-88.

Nogueira, C. (2017). Interseccionalidades e Psicologia Feminista. Devires

PRADO, E. **Casamento infantil em Pernambuco**. Retruco, 2020. Disponível em: <https://www.retruco.com.br/post/a-realidade-do-casamento-infantil-em-pernambuco>. Acesso em: 20 de novembro de 2020.

SHAAF, A. V. D. **Jeito de mulher rural**: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 412-442, jul/dez 2003.

MOBRAL. Que república é essa?, 2019. Disponível em: <http://querepublicaeessa.an.gov.br/temas/66-filme/191-mobral.html#:~:text=O%20Movimento%20Brasileiro%20de%20Alfabetização,1967%2C%20pela%20Lei%20nº%205.379.&text=Se%20de%20in%C3%ADcio%20o%20objetivo,entre%209%20e%2014%20anos>. Acesso em: 27 de agosto de 2020.

SCHWAAB, K. S.; CERETTA, P. S.; DUTRA, V. R. **Efeitos da educação sobre a renda**: disparidades regionais. *Revista Expectativa*, Paraná, v. 16, n. 2, p. 145-166, julho/dezembro, 2017.

OLIVEIRA, Kleber Fernandes; JANNUZZI, Paulo de Martino. **Motivos para migração no Brasil e retorno ao nordeste padrões etários, por sexo e origem/destino**. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 134-143, out./dez. 2005.

FARIA, Gluélmer Júnior Almeida. **Migração, trabalho doméstico, gênero: curso da vida e trajetórias de trabalhadoras domésticas migrantes presentes no filme: 'Que horas ela volta?'**. *Aurora: revista de arte, mídia e política*, São Paulo, v. 10, n. 29, p. 146-155, jun./set. 2017.

MORAIS, Normanda Araujo; OLIVEIRA, Ana Tercila Campos. **Resiliência Comunitária**: Um estudo de Revisão Integrativa da Literatura. Out./Dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tpsy/a/HMbfr7yYyyqBMZyJqxxGpft/?lang=pt>. Acesso em: 14/02/2021.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Projeto de Pesquisa: A construção da resiliência urbana entre mulheres de origem nordestina em um contexto de vulnerabilidade socioambiental no bairro Novo Recreio, Guarulhos - SP

Este projeto de mestrado tem o objetivo de investigar o processo de construção da resiliência urbana de mulheres de origem nordestina buscando identificar elementos de fortalecimento social frente a vulnerabilidades socioambientais, no bairro Novo Recreio, Guarulhos – SP.

Para tanto, além de utilizar dados secundários disponíveis, será necessário realizar conversas com moradoras de origem nordestina identificadas no Novo Recreio para conhecer algumas de suas experiências e percepções relacionadas ao local em que moram e ao local em que moraram, ou seja, o Nordeste. Assim gostaria de convidá-la para participar contando um pouco sobre sua experiência de vida durante o tempo que a senhora achar conveniente. Para maior segurança quanto aos dados coletados solicitamos sua autorização para que tais entrevistas sejam gravadas. Na divulgação das informações obtidas, o seu nome e de outros membros da comunidade não serão citados sem o seu consentimento. Esclarecemos que as gravações permanecerão em poder do pesquisador durante 5 anos e após este período serão descartadas.

Com relação à participação e andamento do projeto:

- a. A pesquisa oferece riscos mínimos, inerentes a algum desconforto no fornecimento de informações, contudo, salienta-se que a qualquer momento o(a) sr.(a) poderá recusar-se a participar da pesquisa ou retirar seu consentimento de uso das informações coletadas sem que ocorra qualquer tipo de prejuízo a sua pessoa, familiares ou quaisquer pessoas próximas. Todas as informações coletadas serão sigilosas.
- b. O envolvimento das participantes no processo de pesquisa contribuirá oferecendo benefícios, como o acesso aos produtos do projeto, tais como informações relevantes à história do bairro Novo Recreio e sobre a compreensão da resiliência nas mulheres de origem nordestina, permitindo ainda por meio de técnicas participativas combater possíveis preconceitos sofridos, fortalecendo vínculos e inclusão social; fomentando um empoderamento para um desenvolvimento local.
- c. Para informações, esclarecimentos e quaisquer outras demandas, pode-se entrar em contato diretamente com o responsável pela pesquisa: Juma Amanda Ferreira Santos, telefone: 11 – 977904894, e-mail: jumamandaf@usp.br
- d. Aspecto legal: Este consentimento foi elaborado de acordo com as diretrizes e normas regulamentadas de pesquisa envolvendo seres humanos. Atende a Resolução 196 de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde – Brasília / DF, e suas complementares.
- e. Confiabilidade: A senhora terá direito à privacidade. Sua identidade (nome e sobrenome) não será divulgada. Porém, a senhora assinará o termo de consentimento para que os resultados obtidos possam ser utilizados nesta pesquisa e apresentados em congressos e publicações.

ATENÇÃO: A participação nesta pesquisa é voluntária, e não será oferecida qualquer tipo de gratificação em dinheiro ou em outra espécie pelas informações fornecidas.

Após ler e receber explicações sobre a pesquisa, e ter meus direitos de:

1. receber resposta a qualquer pergunta e esclarecimento sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros relacionados à pesquisa;
2. retirar o consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo;
3. não ser identificado e ser mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à privacidade.
4. procurar esclarecimentos com o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, no telefone 11 3061-7779 ou Av. Dr. Arnaldo, 715 – Cerqueira César, São Paulo - SP, em caso de dúvidas ou notificação de acontecimentos não previstos.

Declaro estar ciente do exposto e desejar participar deste projeto de pesquisa.

São Paulo, _____ de _____ de _____.

Nome do sujeito: _____

Assinatura: _____

Eu, Juma Amanda F. Santos, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto ao participante e/ou responsável.

_____ Data: ____ / ____ / ____.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome:

Idade:

Grau de instrução:

Profissão:

Cidade de origem:

Filhos:

Tempo que reside no Novo Recreio:

FAMÍLIA, INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.

1. Fale sobre sua família: qual origem? Fale um pouco sobre ela – personalidade, naturalidade dos pais, grau de instrução, ocupação, número de irmãos.
2. Onde a senhora passou sua infância e adolescência? Fale um pouco sobre as suas vivências durante este período.
3. Durante sua infância/adolescência você passou por adversidades/dificuldades? Se sim, quais?
4. Com qual idade a senhora veio morar em São Paulo? Quais eram seus sonhos e expectativas da época?
5. O que mais você achou diferente quando chegou aqui em São Paulo?

CHEGADA NO BAIRRO, PERCEPÇÕES E INTERAÇÃO SOCIAL

6. Porque você veio morar no Bairro Novo Recreio?
7. Como se sente morando aqui?
8. Como era o bairro quando você veio morar aqui? Como foi chegar aqui?
9. E hoje a sua visão sobre o bairro é a mesma? O que mudou?
10. Como é sua relação com os outros moradores? Você percebe alguma diferença entre moradores nordestinos e não nordestinos?
11. Como era o acesso à água no seu local de origem? E como era o acesso a água aqui no Novo Recreio quando você chegou? Como é agora?
12. Como era o acesso a alimento no seu local de origem? E como era o acesso a alimento aqui no Novo Recreio quando você chegou? Como é agora?
13. Como era o acesso à energia no seu local de origem? E como era o acesso à energia aqui no Novo Recreio quando você chegou? Como é agora?
*Aqui o entrevistador explica sobre o contexto de “energia”, trazendo o contexto do Nexu para o dia a dia dele, exemplos como: gás de cozinha, transporte público etc.
14. Na sua opinião como moradora do bairro e nordestino, no que se refere ao acesso à água, quais as semelhanças e diferenças do bairro Novo Recreio e seu local de origem?
15. Na sua opinião como moradora do bairro e nordestino, no que se refere ao acesso a alimentos, quais as semelhanças e diferenças do bairro Novo Recreio e seu local de origem?
16. Na sua opinião como moradora do bairro e nordestino, no que se refere ao acesso a energia, quais as semelhanças e diferenças do bairro Novo Recreio e seu local de origem?

PARTICIPAÇÃO E RELAÇÃO COM O PODER PÚBLICO

17. De quais ações desenvolvidas pelo poder público você já participou e/ou participa? Conte sobre as experiências que já teve.

18. Como a senhora enxerga a participação dos moradores nas ações desenvolvidas pelo poder público?
19. Há algum acontecimento marcante em relação à participação dos moradores que você poderia relatar?
20. Na sua opinião existiu alguma conquista para desenvolvimento local através da participação dos moradores?
21. Qual sua visão de futuro para o bairro? Seus projetos pessoais incluem o Novo Recreio?

1 – Identificação do Objeto a ser executado:

Pesquisadora responsável: JUMA AMANDA FERREIRA SANTOS

Número USP: 9960043

Orientador responsável: LEANDRO LUIZ GIATTI

Número USP: 3036256

Nome do Projeto: A CONSTRUÇÃO DA RESILIÊNCIA URBANA ENTRE MULHERES DE ORIGEM NORDESTINA EM UM CONTEXTO DE VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL, BAIRRO NOVO RECREIO, GUARULHOS-SP;

CAAE: 30409120.3.0000.5421

Instituição Proponente: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - FSP/USP;

Número do Comprovante: 028808/2020

Patrocinador Principal: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (bolsa de estudos CNPq).

Fone/E-mail: (11) 97790-4894 - jumamandaf@usp.br

Dos Objetivos e Metas Principais

Resumo: Esta pesquisa tem como principal objetivo investigar o processo de construção da resiliência das mulheres de origem nordestina do bairro Novo Recreio, Guarulhos-SP, tentando também identificar elementos de empoderamento. Será utilizada como abordagem a pesquisa qualitativa, utilizando instrumentos participativos, tais como a observação participante, entrevistas semi-estruturadas e história de vida. Serão apresentadas referências sobre resiliência urbana, bem como o processo de periferização e migração das mulheres nordestinas em São Paulo, especificamente em Guarulhos-SP. Tendo em mãos o referencial teórico, as observações de campo e dados coletados por meio das entrevistas e das histórias de vida, será realizada análise de dados, aportada na técnica de análise de conteúdo. Com isso, espera-se colaborar para a construção do conceito de resiliência urbana brasileiro. Esperança-se também combater preconceitos sofridos por mulheres de origem nordestina motivando assim sua autoestima, fortalecendo vínculos e inclusão social; fomentando um empoderamento para um desenvolvimento local.

Tal como disciplinado na resolução CoPq No 8012, de 14 de setembro 2020, merece destaque para essa pesquisa:

- Guarulhos avança à fase verde de flexibilização do Plano São Paulo (SÃO PAULO, 2020) nesta sexta-feira (9) de outubro e os dados da Vigilância Epidemiológica Municipal do dia 13 de outubro são (GUARULHOS, 2020):

Taxa de cura - 92%;

Taxa de letalidade – 5,53%;

Total de recuperados – 24.805;

Casos confirmados – 26.733;

Total de óbitos - 1.479 confirmados e oito em investigação;

Taxa de ocupação de leitos de UTI em hospitais públicos de Guarulhos: 49%;

Taxa de ocupação de leitos de enfermaria em hospitais públicos de Guarulhos: 54,9%;

Taxa de ocupação de UTIs da Grande São Paulo: 42,6%.

- O deslocamento será feito em carro exclusivo e apenas a pesquisadora responsável se deslocará;
- A interação social com a população local se dará apenas com as 4 mulheres entrevistadas e a Agente Comunitária de Saúde, apenas ao que for imprescindível; e, sempre que possível, respeitará o distanciamento social mínimo de 1,5 m;
- A pesquisadora responsável e os demais indivíduos envolvidos na pesquisa utilizarão máscara de proteção e demais formas de prevenção de contágio da doença, tal como uso de álcool em gel;
- No retorno do campo, se a pesquisadora responsável apresentar algum sintoma, respeitará o período de quarentena previsto no Protocolo de Biossegurança da USP.

Nesse diapasão, a situação encontrada é favorável para realização das últimas atividades de campo da nossa pesquisa no Novo Recreio.

Juma Amanda Ferreira Santos (pesquisadora responsável)

Leandro Luiz Giatti (orientador responsável)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GUARULHOS. Prefeitura de Guarulhos. Coronavírus: Ações em Guarulhos. **Informação de utilidade pública sobre Covid-19 em Guarulhos**. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www.guarulhos.sp.gov.br/article/informacao-de-utilidade-publica-sobre-covid-19-em-guarulhos-39>>. Acesso em: 14 out. 2020.

SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo. **Retomada consciente**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/planosp/?utm_source=portal&utm_medium=banner&utm_campaign=PlanoSP>. Acesso em: 14 out. 2020.

